



IV Legislatura
II Sessão legislativa

Número: 27
Quinta-Feira, 23 de Novembro de 1989

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

S U M A R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

No **Período da Ordem do Dia** deu-se continuidade à discussão das Propostas de Resolução sobre o **Plano e Orçamento para 1990**.

Intervieram nos debates, a diverso título, os Srs. Deputados Victor Evaristo (PSD), Paulo Valadão (PCP), Francisco Sousa (PS), António Oliveira Rodrigues (PS), Manuel Serpa (PS), José Manuel Bettencourt (PS), Paulo Araújo (PS), Victor Ramos (PS), Fernando Fonte (PS), Duarte Pires (PS), Carlos Mendonça (PS), Albano Pimentel (PS), Artur Martins (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS), Renato Leal (PS), Dionísio Sousa (PS), Renato Moura (PSD), Rogério Serpa (PS), Francisco José Silva (PSD), José Ramos Aguiar (PSD), Martins Goulart (PS), Rui Melo (PSD), Hélio Pombo (PS), José Carlos Simas (PSD), Regina Cunha (PSD), Carlos Pinto (PS), Luís Filipe Cabral (PS), António Gaspar Silva (PSD), Rui Meireles (CDS), Henrique Aguiar Rodrigues (PSD), António Gomes (PS), Carlos Teixeira (PSD), Madruga da Costa (PSD), Borges de Carvalho (PSD) e David Santos (PSD), bem como os seguintes Srs. Membros do Governo: Secretário Regional da Agricultura e Pescas, *Adolfo Lima*; Secretário Regional das Finanças e Planeamento, *Gualter Furtado*; Secretário Regional do Turismo e Ambiente, *Eugénio Leal*; Secretário Regional da Administração Interna, *Costa Neves*; Subsecretário Regional da Comunicação Social, *Joaquim Machado*; Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, *António Meneses*; Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, *Manuel Arruda*; Secretário Regional da Educação e Cultura, *Aurélio da Fonseca*; e Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, *Natalino Viveiros*. Usou ainda da palavra o Sr. Presidente do Governo Regional, *Mota Amaral*.

Os trabalhos terminaram às 21,20 horas.

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para a chamada.

(Eram 10,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Álvaro Pacheco, Madruga da Costa, Melo Alves, Manuel Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Rui Melo, Mário Freitas, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Dionísio Medeiros, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, Carlos Pinto, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvalho Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Paulo Araújo, Renato Leal, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Victor Ramos; **CDS** - Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 50 Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar continuidade à discussão das Propostas de Resolução sobre o **Plano e Orçamento para 1990**.

Queria anunciar que os Srs. Deputados que se inscreveram ontem para pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos desistiram das suas inscrições.

Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um plano, qualquer que seja, é, por definição, um conjunto de medidas previsíveis, temporalmente limitadas na sua execução onde, para além de objectivos definidos, se anexam e discriminam os meios necessários à sua execução, ou seja, um plano será sempre complementado com o respectivo orçamento.

É este conceito, geralmente aceite, aplique-se tanto ao sector privado como ao sector público. Aceita-se que a maior diferença entre ambos se situa no domínio da **obtenção de receitas** necessárias à satisfação das necessidades previstas, atento às diferentes fontes de financiamento.

Na realidade, se os meios de financiamento público são conhecidos, por previamente definidos por lei, não é menos verdade também que, atentas as inúmeros necessidades e objectivos de interesse colectivo que urge satisfazer e realizar, se vai tornando cada vez mais difícil, ou impossível mesmo, garantir uma cobertura financeira inicial absolutamente exacta. Daí, o **recurso normal aos orçamentos suplementares ou intercalares**.

Se assim é, e parece que não subsistem dúvidas, poderá avaliar-se da enorme dificuldade de elaborar um plano e respectivo orçamento estatal. **Dificuldade compreensivelmente acrescida, quando se trata de uma região como a nossa que, embora autônoma, não goza ainda de uma plenitude financeira e de um regime fiscal que comande o controle eficazmente.**

Daí que, certas críticas ao Plano e Orçamento que por aí já se vão ouvindo, tenham, pelas razões expostas, carácter leviano, derrotista e maledicente, bem próprias, aliás, de quem, não **sabendo fazer melhor, critica por criticar, o que equivale a dizer que fala para não estar calado.**

Deputado Dionísio Sousa (PS): Estamos a ver... estamos a ver!

Deputado Francisco Sousa (PS): Estamos vendo e ouvindo!

Deputado Ricardo Barros (PS): Isso é uma análise profunda, Sr. Deputado! Nota-se!

O Orador: O Plano e Orçamento apresentado pelo Governo Regional a esta Câmara, são documentos sérios, expressam e definem as linhas de orientação em matéria económica e social que melhor respondem a um desenvolvimento harmónico, coerente e progressivamente acelerado dos Açores. **Delles foi arredada a utopia e a demagogia fácil.** Na sua concepção e desenvolvimento, não encontrarão, Srs. Deputados da oposição, o irrealismo ou a materialização de promessas impossíveis, sempre com fins inconfessáveis ou pouco claros, porquanto recusamos esses métodos.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Apenas prometemos fazer o que somos capazes, já que não temos o "dom socialista" de distribuir riqueza que não temos.

Deixamos à oposição a habilidade de "fazer omeletes sem ovos", entrada gastronómica que pelos vistos não é muito do gosto dos açorianos.

Numa óptica realística e continuada do trabalho desenvolvido ao longo de 13 anos, define este Plano as linhas de orientação pri-

vilegiada em matéria de Agricultura, Pescas e Turismo.

Deputado Francisco Sousa (PS): Onde é que está a Educação?!

O Orador: A Educação fica para o Sr. Deputado!

(Risos do PSD)

Deputado Francisco Sousa (PS): Não é só!

O Orador: Naturalmente que haverá quem discorde destas prioridades. **Decidir é optar. Eu penso que se optou bem.** Direi mesmo que, atentas as nossas condições naturais, não poderíamos escolher de outra maneira. **O que não é difícil de demonstrar. Bastará atentar-mos no que somos e onde estamos.**

Somos um mercado fixo de mais ou menos 250 mil consumidores, cuja elasticidade, em termos de consumo, poderá atingir 300 mil consumidores. Que indústrias verdadeiramente competitivas para o mercado externo aqui poderão laborar com rentabilidade? Não será difícil futurar que apenas as agro-industriais, ou seja, aquelas cuja matéria prima essencial seja aqui produzida.

Entre elas, destaco os lacticínios, as tabaqueiras e, eventualmente, uma açucareira.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Eventualmente!

O Orador: E pouco mais. Ora, todas assentam em matéria prima local. Daí, a aposta do Governo na Agricultura e Pecuária. Bastará compilar o Plano para o próximo ano, desde a Agricultura, a Pecuária e a Silvicultura...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado, do PS, Dionísio Sousa)

O Orador: Faça o favor de dizer, Sr. Deputado!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Já está compilado!

O Orador: V. Exa. dá-me licença que continue?...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado, do PS, Dionísio Sousa)

O orador: ...Fico-lhe muito agradecido!

Ora muito bem, dizia eu que...

Deputado Albano Pimentel (PS): Já se perdeu!

O Orador: Não me perdi! Perdida anda a oposição!

...Bastará compilar o Plano para o próximo ano,...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Está compilado, Sr. Deputado!

O Orador: ...onde a agricultura, a pecuária e a silvicultura aparecem dotadas com 5.858

mil contos, correspondendo a cerca de 26,4% dos sectores económicos e a cerca de 17% do total do Plano. **É um enorme esforço de investimento público** de que se realçam as verbas destinadas ao apoio às explorações agrícolas (892 mil contos), à investigação e experimentação (470.800 contos) e aos apoios financeiros aos rendimentos - as chamadas indemnizações compensatórias - dotadas com 800 mil contos.

Penso que o Governo Regional ao apostar grandemente neste sector visará dois aspectos essenciais: o desenvolvimento directo do mesmo, com a melhoria da vida de quem nele trabalha e, simultaneamente, fomentar, ainda que por forma indirecta, a produção e as culturas indispensáveis a alimentar as empresas agro-industriais que delas precisam.

Por idêntica razão geográfica impunha-se aproveitar a exploração do mar que nos rodeia. Quem, hoje em dia, se atreverá a pôr em causa que os recursos marinhos serão forte suporte de sobrevivência da humanidade em futuro mais ou menos próximo?

Por ora, apenas tiramos do mar, essencialmente alimento. Virá o tempo que, para além do petróleo e da já conhecida energia das ondas, o mar fornecerá tantos outros recursos que, hoje em dia, nem sequer se imaginam. Que erro houve, então, nesta aposta nas pescas que o Plano aponta e o Orçamento contempla substancialmente?

É óbvio que não poderia, para já, exigir-se que o Plano avançasse na exploração de outros recursos marinhos que não a pesca.

Tais investimentos e tecnologia estão, por ora, fora do nosso alcance. Ciente desta realidade prevê o Programa-25 uma dotação para este sector da ordem dos 2.950 mil contos, correspondendo a 13,3% dos sectores económicos e a 8,6% do total do Plano, com forte incidência no apoio à frota pesqueira e a infraestruturas portuárias (cerca de 1.790 mil contos) e no incentivo à transformação e comercialização do pescado (cerca de 988 mil contos), **facultando fechar o circuito económico por forma a reter toda a mais valia possível na Região.** Igualmente, a verba destinada à formação profissional, divulgação e investigação (cerca de 172 mil contos) bem demonstra o cuidado no apoio indirecto a esta actividade.

Não vou pronunciar-me sobre o Turismo. Outro companheiro de bancada o fará!

Não quero, porém, **deixar de fazer uma especial referência à energia.** Já Wisenstein, celeberrimo cientista alemão e um dos criadores da física nuclear, dizia, há mais de

40 anos, que ... "a energia está para um país na mesma proporção que o sangue está para o organismo humano. Sem energia um país torna-se dependente de outros, sem sangue o homem depende do sangue alheio."

Ciente de tudo isto e indiferente a críticas tão infundamentadas quanto ignorantes, tem vindo o Governo Regional a apostar neste sector.

Há uma clara consciência do custo dos investimentos.

São naturalmente vultuosos por isso é caro o produto final em qualquer parte do mundo. Duas soluções havia: cruzar os braços e viver dependente ou encarar o problema de frente. **O nosso subsolo não tem petróleo nem carvão. Tem vapor, também ele, de alguma maneira, gás natural. Há que aproveitá-lo.** Daí a aposta na geotermia. Projecto que apesar das críticas da oposição (ou da arrecadação, como o Sr. Deputado refere!) continua a avançar. Sabemos que muitos só acreditarão na viabilidade do projecto quando virem as centrais a produzir energia e esta chegar a suas casas.

São como S. Tomé... Mas já estamos habituados à descrença e à crítica fácil e estéril de muitos dos quais, alguns, bem instalados, quiçá até aqui sentados - nesta Câmara que se comportam como na história do "**vilão em casa do sogro**": **comem e bebem bem, mas dizem mal dele.**

Deputado Duarte Pires (PSD): Poça! Isso é uma asneira "monstra"! Tal fraqueza!

O Orador: Outro projecto neste domínio, que já vai dando os seus frutos, é a **energia eólica**. A experiência já feita em Santa Maria comprovou-o.

Pretende-se alargá-lo a outras ilhas de consumo não intensivo.

Aposta-se, também, na **energia das ondas**. Em curso está um projecto a desenvolver na Ilha do Pico. Projecto este que é **inédito em Portugal**.

Ciente da relevância deste Sector, o Plano (P-31) dota-o com 1.750 mil contos, correspondendo a 7,9% dos sectores económicos e a 5,1% do total do Plano. Uma parte desta verba destina-se a compartilhar a EDA para que todos possam consumir energia a preço inferior ao seu custo real de produção. É um custo social, entre outros, que o Governo entende manter, facilitando o seu acesso a toda a comunidade, dele beneficiando, particularmente, as classes mais desfavorecidas.

Parece assim claro e indiscutível que os vectores aqui referidos mereciam, pela inegável importância que revestem, um trata-

mento preferencial. **Sem o seu rápido e sólido desenvolvimento não poderá esta Região atingir os níveis de desenvolvimento que lhe permita arrogar-se da autonomia político-administrativa que os seus habitantes conquistaram e pretendem desenvolver.** Assim, **apostar nestes sectores não é mero capricho, nem é uma opção errónea. É uma questão de sobrevivência da nossa Autonomia.** E quem não entender esta evidência ou é tolo ou está de má fé!

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Aos tolos ainda se poderá desculpar e temos obrigação moral de os ajudar a compreender.

Porém, **quem está de má fé não merece desculpa.** Assemelha-se ao "**Cavalo de Tróia**", ainda hoje símbolo da manha e insídia do adversário que nos quer destruir. **Quero crer, senhores deputados da oposição, que nenhum de vós desejará viajar no interior do celeberrimo triste cavalo...**

Deputado Ricardo Barros (PS): Que era uma grande besta!

O Orador: ...ou ...Talvez eu seja ingénuo demais...

Tenho dito.

Voices do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era apenas para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado.

O Sr. Deputado fez algumas considerações sobre determinados aspectos de investimentos programados. Eu queria-lhe fazer apenas uma pergunta em relação a um desses investimentos que focou.

Por exemplo, no sector agrícola refere-se às indemnizações compensatórias pagas aos agricultores e a minha pergunta é a seguinte: se isso se deve, de facto, a mérito do Governo Regional ou, pura e simplesmente, é uma consequência da Região Autónoma dos Açores ser uma zona desfavorecida integrada na Comunidade Económica Europeia.

Disse.

Deputado António Silveira (PSD): Isso é uma pergunta profunda!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo, se quiser responder.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Devo dizer ao Sr. Deputado Paulo Valadão que a sua pergunta é capciosa, como é evi-

dente, e naturalmente, como é evidente também, eu não me posso deixar ir atrás daquilo que o Sr. Deputado pretende que efectivamente eu queira não dizer.

Olhe, Sr. Deputado, a única resposta que lhe posso dar é esta: - As duas questões que o Sr. pôs são perfeitamente indiferentes. Esta Região é desfavorecida e isso entende o Governo Regional, e porque o é e o Governo assim o entende é que está essa verba dotada no Plano.

Penso que respondi à sua pergunta, Sr. Deputado.

Deputado António Silveira (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para esclarecer o Sr. Deputado Paulo Valadão sobre aspectos de pormenor, que evidentemente o Deputado da bancada do meu partido não podia esclarecer.

A negociação da Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia é, na Região, em parte, conduzida por mim e é através dos argumentos apresentados pelo Governo Regional junto da Comunidade que nós fomos considerados "região desfavorecida". Portanto, passa pelo Governo Regional grande parte da responsabilidade de sermos considerados "região desfavorecida" e, como tal, virmos a receber as indemnizações compensatórias.

Por outro lado, também depende da decisão do Governo Regional o montante das indemnizações compensatórias atribuídas anualmente.

Deputado António Silveira (PSD): Ele sabia!

O Orador: Por conseguinte, o Governo Regional desempenha de facto um papel fulcral nesta matéria e, por outro lado, Sr. Deputado, metade, em termos orçamentais, da verba atribuída anualmente é também do Orçamento deste Governo Regional.

E, para concluir, este ano vão ser pagos 1 milhão e 200 mil contos em indemnizações compensatórias, das quais 290 e tal mil contos são duma indemnização compensatória complementar que decorre dum documento que nós apresentámos na sequência de intempéries e que conseguimos demonstrar perante a Comunidade que tínhamos direito a receber essa indemnização compensatória.

Portanto, Sr. Deputado, a sua pergunta cai pela base, se não se importa!

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Sousa pede a palavra para?

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, é para fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Victor Evaristo.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, era para perguntar-lhe, claramente, se a Educação continua a ser ou não prioritária, dado que uma das prioridades era essa e o Sr. não a quis aceitar na sua intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A pergunta do Sr. Deputado Francisco Sousa é curial.

Eu devo dizer-lhe uma coisa:

- Penso que (se me ouviu com atenção) tive o cuidado de dizer que na minha exposição a esta Câmara focava apenas e só dois sectores económicos - a Agricultura e as Pescas -, tendo o cuidado até de dizer que deixaria para outro meu companheiro de bancada o Turismo. E depois disse que fazia uma referência especial à energia, por considerar que a energia era básica para os sectores económicos.

O Sr. Deputado terá com certeza oportunidade de ouvir outros meus companheiros de bancada referirem-se ao sector da Educação, que, logicamente, é efectivamente um sector importantíssimo. Nisso estamos todos de acordo!

Eu apenas me referi à parte económica e penso que o seu sector é efectivamente mais de carácter social do que económico, embora na base seja económico, mas terá com certeza, a seu tempo, a sua resposta, Sr. Deputado.

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido, de forma que agora tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

I

Dedicarei os próximos minutos a tecer algumas considerações sobre as áreas da economia açoriana que de acordo com a Orgânica do Governo se encontram sob a minha responsabilidade. Falarei delas, do que foi feito ao longo deste quase um ano, do que está programado, e fá-lo-ei - digo-o desde já - numa perspectiva de optimismo, determinação e confiança.

Presidente do Governo Regional (Mota

Amaral): Muito bem!

O Orador: Não prefiro as teses retrógradas para as quais a "insularidade" é um mal sem remédio, um drama que pode ser anunciado, mas nunca resolvido. Julgo (e tenho a certeza e nisto estou acompanhado) que as ilhas, têm valor, e independentemente do mar onde se situam, **podem e devem ser sujeitos activos de desenvolvimento.**

A nossa Região Autónoma, mesmo distante dos grandes centros comerciais e financeiros, internamente dispersa, **é viável** e tem-no demonstrado, ao longo destes 13 anos de autonomia democrática.

As transferências financeiras processadas pelo Estado a favor da Região não podem ser consideradas **uma dádiva**, mas antes um acto de justiça na repartição dos recursos nacionais, e depois um investimento necessário ao desenvolvimento do próprio País, que no seu todo, e mesmo em termos puramente económicos, acaba por disso beneficiar porquanto se alargaram os mercados, foram criados novos empregos, se distribuiu riqueza no interior do País. Por outro lado, as transferências do Estado representam, em boa parte, impostos que embora gerados na Região não foram por esta arrecadados.

Como será possível considerar que uma escola, uma estrada, um hospital, levados a cabo no território do Continente são investimentos, mas se o forem nas ilhas **não passam de "luxos", de excessos reivindicativos dos seus habitantes.** Como admitir duas medidas e dois pesos?

As ilhas são viáveis e a necessidade que têm de aproximar o seu nível de vida da média continental, é uma questão que importa à definição territorial do próprio Estado, porque está em causa a extensão das fronteiras, uma localização estratégica, não necessariamente bélica, para o próprio País no relacionamento com os outros Estados.

É sabido que nós geramos todo o rendimento de que necessitamos para o nosso desenvolvimento, sobretudo para crescermos a um ritmo que nos permita aproximar das médias nacionais, mas havemos de reduzir substancialmente as nossas carências em recursos financeiros.

II

Temos uma pequena economia insular, com o PIB inferior a 100 milhões de contos, dos quais 50% são hoje um contributo do sector terciário o qual, pela primeira vez, em 1987, deve ter empregue mais de 50% da nossa força de trabalho. A terciarização

da nossa economia é hoje **uma tendência inquestionável:** o sector primário não ultrapassa 1/4 do PIB e o sector secundário cresce, mas a um ritmo muito lento. Desta realidade, temos de tirar as devidas ilações e pensarmos a estratégia económica mais adequada. E é precisamente para isso que temos de ter consciência de que vivemos em ilhas, com graves limitações para o desenvolvimento de grandes indústrias e de que não vale a pena esperar pelo que não pode vir, ou seja, indústrias de ponta ou pesadas. A terciarização da economia é uma realidade, e não é só nas nossas ilhas, é-o em quase todas por este mundo fora, até porque, devido às limitações resultantes da distância e de "escala", o desenvolvimento de projectos no sector dos serviços é mais rápido, mais seguro e produz rendimento mais depressa. Mas precisamos também de ter consciência de outras realidades que passarei a referir.

A maior parte das nossas empresas são de reduzida dimensão e não chega a uma dúzia as que têm mais de cem trabalhadores.

Acresce que se trata de uma economia fortemente dominada pelo sector público, pertencendo-lhe cerca de 4/5 dos novos investimentos. O sector privado, por seu turno, é maioritariamente controlado pelos lacticínios, onde se encontra a maior parte da iniciativa individual.

As nossas exportações rondarão 1/4 do PIB; não podemos, a este propósito, deixar de sublinhar que, apesar de tudo, a taxa de cobertura das importações pelas exportações tem vindo a melhorar. O que mais importamos são matérias primas e mobiliárias (cereais, cimento, adubos, combustíveis) e o que mais exportamos são os produtos do sector primário (queijo, leite em pó, peixe e animais vivos).

Todavia, a evolução dos indicadores macroeconómicos mais usados para medir o estado da economia, designados também por "taxa de desconforto", que são a taxa de inflação e a taxa de desemprego têm tido no caso da nossa Região um comportamento deveras favorável, porquanto os preços este ano não subiram a uma taxa superior a 6,3% e o desemprego situou-se ao nível friccional de 34%. Por outro lado, assistimos este ano ao aparecimento de novas empresas e a procura da Região como local para investimentos tem vindo a crescer, em sectores novos como da aquacultura, das telecomunicações, dos circuitos, águas minerais, ou em sectores mais tradicionais, como é o caso dos **tabacos**, das **madeiras** e

das **cervejas**, para não falar no caso do turismo, de que o meu colega de Governo se ocupará.

Não vejo razões sérias para o "alarmismo" que vejo medrar em certos sectores de opinião, que há anos procuram a "arca perdida", disparando em todos os sentidos e acabando por ser vítimas de "ricochete" das próprias balas.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Veja-se que este ano houve um crescimento positivo, e bem positivo, dos salários reais, porquanto tendo a inflação se situado na Região ao nível dos 6% os salários em média aumentaram mais de 10%...

Deputado Ricardo Barros (PS): Está a falar nos 10% que o Cavaco aumentou? Tenha a bondade de explicar!

O Orador: Tenho a bondade... tenho a bondade! 6,4% dos preços!...

(Apartes inaudíveis do PS)

O Orador: ...6,4% dos preços!... Os Srs. têm os indicadores!

Deputado Dionísio Sousa (PS): E a inflação!

O Orador: E o índice de preços ao consumidor! O Sr. Deputado corrija!

O Sr. Deputado ainda tem alguma coisa que aprender entre a inflação e o índice de preços ao consumidor!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Mas não é consigo!

O Orador: Oh Sr. Deputado!... E muito menos eu aprenderei consigo!

Deputado Martins Goulart (PS): Explique os 6%... explique os 6%!

O Orador: Já explicarei, Sr. Deputado - e com muito gosto! -, e possivelmente o Sr. Deputado aproveitará estes ensinamentos para outro curso seu!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É verdade que a nossa economia é pequena e dispersa, aberta ao exterior e vulnerável às mutações da conjuntura,...

Deputado Ricardo Barros (PS): Não sabe explicar!

O Orador: Lá chegaremos, com calma Sr. Deputado! Temos tempo! Os Srs. ainda não ouviram o que vai acontecer! Esperem um pouco!

(Risos do PSD)

Deputado Albano Pimentel (PS): Isso é alguma desgraça?! Isso é dito com ar de "Velho do Restelo"!

(Apartes inaudíveis do PS)

O Orador: Tenham paciência! Não se exci-

tem! Não se preocupem! Assim, com esta excitação toda, prejudica-os, Srs. Deputados! Tenham calma! Lá chegaremos... lá chegaremos!

Deputado Martins Goulart (PS): Estou à espera da sua resposta quanto aos "6%".

O Orador: Lá chegaremos!... E mais, Sr. Deputado Martins Goulart: - Chegaremos e chegaremos às suas propostas, que eu tenho aqui comigo! Propostas que eu desde já adianto me parecerem ter sido assinadas por um Franciscano, tal é a sua miséria!

(Risos do PSD)

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Martins Goulart)

O Orador: Lá chegaremos!

Sr. Presidente, eu peço-lhe que desconte o tempo da excitação desta bancada!

É verdade que a nossa economia é pequena e dispersa, aberta ao exterior e vulnerável às mutações da conjuntura, em fase de acentuada terciarização, dominada pelo sector público, como grande empregador e como grande investidor, ainda com sérios problemas de acessibilidade, com um tecido empresarial não muito confiante nos resultados de uma dinâmica expansionista, e com poucos grupos económicos que nos casos em que existem situam-se preferencialmente no sector da distribuição dos combustíveis, ou dos lacticínios. É verdade que é tudo isto, mas tem condições para ter mais e ser melhor.

Vistas as coisas assim, qual o caminho a seguir para conseguir um desenvolvimento sustentado da nossa economia que estimule a fixação da população nos Açores, o aparecimento de novas empresas, a diversificação económica, o emprego de mão de obra qualificada?

A **cooperação empresarial**, a importação de novas tecnologias, de novos métodos de gestão, a preferência pelo financiamento das empresas através do aumento do capital social, mediante adequadas operações que não deixem de ter em conta os interesses regionais, parecem-me as vias correctas. O poder público tem também que dar o exemplo, não só através dos estímulos financeiros e fiscais, mas abrindo o capital das empresas que detêm as participações privadas, porque também é necessário desocupar algum espaço, **sem perder o controlo dos sectores estratégicos**, para ajudar a consolidar estruturas empresariais da nossa Região.

Os ventos são favoráveis, quer no plano da economia nacional, quer no plano da economia internacional onde se espera que conti-

nue a recuperação, com inflação controlada e baixas taxas de desemprego.

Não podemos embarcar, sem meios, quero dizer, sem uma correcta avaliação das consequências, nas novas teorias liberais, só porque é moda e fica bem, de resto nem é esta a nossa opção política, mas não nos podemos alhear da mudança estrutural que se está a operar na economia a nível mundial, das lições que extraímos do empolamento do sector público empresarial, da excessiva subsidiação da economia e dos seus malefícios. **Para tudo há uma conta, um peso e uma medida**, e seria mau que a "voragem" das nacionalizações fosse substituída pela voragem das reprivatizações.

Há uma fase de transição, de cooperação entre o sector público e o privado, que não significa a fuga daquele nem o enfartamento deste, mas a conciliação entre a defesa dos interesses regionais e a necessidade de gerir algumas das nossas empresas de acordo com critérios mais modernos, que atendam às indicações do mercado, e permitam fazer face à concorrência.

A reestruturação e redimensionamento das nossas empresas é essencial, para o seu fortalecimento. É neste sentido:

É possível lançar um conjunto coordenado de acções e medidas que visem:

- **Assegurar o controlo rigoroso dos preços das matérias primas e subsidiárias consumidas na nossa Região, por forma a garantir um preço idêntico ou muito próximo dos valores nacionais, com vista a manter a competitividade das nossas produções;**

- **Racionalizar custos e melhorar a capacidade oferecida pelos serviços de transportes marítimos e aéreos, com o exterior e inter-ilhas, através da introdução de equipamento novo, do acabamento das infraestruturas, da revisão das taxas portuárias, da racionalização dos custos dos recursos humanos empregues nos portos;**

- **Possibilitar e estimular a cooperação empresarial, dentro e fora da Região, com vista a reforçar a estrutura financeira das nossas empresas e a permitir-lhes adequada expansão e diversificação dos seus investimentos;**

- **Fomentar as nossas exportações, utilizando para o efeito a sede de serviços de promoção que o País tem no estrangeiro e de campanhas próprias.**

Definidos os princípios, passemos à matéria concreta, falando do que foi feito e do que se projecta fazer no próximo ano. Sector por Sector.

III

Ao longo deste ano na área do comércio e atento o quadro em que se desenvolve a actividade económica regional, privilegiou-se o controlo dos preços dos produtos acabados de primeira necessidade e das matérias primas e mobiliárias. Tratou-se de evitar subidas acentuadas dos preços de serviços ou de bens de primeira necessidade (tarifas de transportes terrestres, marítimos e aéreos, combustíveis, cereais, adubos, cimento, energia eléctrica, margens de comercialização)

Começou a explicação, Srs. Deputados Dionísio de Sousa e Martins Goulart!

No caso dos serviços essenciais e produtos acabados alimentares, a contenção foi conseguida ao nível...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Martins Goulart)

O Orador: O Sr. Deputado quer falar?

Deputado Martins Goulart (PS): Continuo à espera da sua resposta quanto aos "6%".

O Orador: E vai ouvi-la! Preste atenção, Sr. Deputado!

No caso dos serviços essenciais e produtos acabados alimentares, a contenção foi conseguida ao nível inferior aos 2 dígitos e o mais próximo possível dos 6%, o que aconteceu também com os transportes aéreos e terrestres, e sem que qualquer alteração se verificasse quanto às tarifas dos transportes marítimos. No que diz respeito aos cereais e cimento, negociações com as empresas fornecedoras, que culminaram com convenções, permitiram, tal como já se verificara com os combustíveis, colocar sob a orientação do Governo Regional a evolução presente e futura do preço dessas matérias primas de capital importância, assim como possibilitaram assegurar um preço nacional com a finalidade de não agravar o custo de vida nos Açores e não deitar a perder vantagens comparativas que possuímos em alguns domínios e ainda evitar que fosse seriamente perturbada a estabilidade de algumas das nossas indústrias alimentares.

Dentro em breve esta Assembleia Legislativa Regional terá ocasião de apreciar e votar uma proposta de Decreto Legislativo Regional que definirá na Região o regime jurídico da fixação e acompanhamento dos preços dos produtos essenciais e das matérias primas. Será uma lei quadro regional sobre regimes de preços, num propósito de tornar toda esta importante matéria mais clara e segura quer para os consumidores, quer para os produtores e comerciantes, a fim de que os mesmos te-

nam um quadro geral de movimentação. Todos ficarão a conhecer as "regras do jogo", mas não teremos, quanto a isso, carácter intervencionista.

Deram-se passos decisivos na concepção dos mercados abastecedores de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, neste caso no âmbito de uma boa cooperação com a Câmara Municipal; assim como se manteve o programa de apoio ao comércio rural e de apoio à formação de stocks de garantia nas ilhas onde ainda isso é necessário.

Estuda-se agora a extensão à Região, no âmbito de uma cooperação alargada, de um programa específico de apoio à modernização do comércio da Região, envolvendo as associações comerciais nacionais e regionais, e os Governos da República e Regionais. É a primeira vez que se lançará um programa global de modernização das nossas estruturas de distribuição de produtos, no já mencionado propósito de redimensionamento e reforço de capacidade de intervenção.

Se no caso do sector do comércio foram neste primeiro ano concentrados esforços no sentido da montagem de um sistema de acompanhamento de preços, que passou também pelo combate ao comércio clandestino, no sector da indústria preocupamo-nos com a aplicação dos incentivos, não só dos incentivos específicos da Região (SIF) como dos com contributo comunitário, caso do SIBR e do PEDIP, a que corresponderam acções de divulgação com a participação dos interessados, a preparação da legislação que esta Assembleia aprovou e de outra do âmbito do Governo, assim como a conclusão de processos respeitantes a projectos de investimento privado. Vale a pena dizer que de Janeiro até ao corrente mês foram já aprovados e apoiados 20 projectos de investimento no montante de 1.500 mil contos, a que corresponde um incentivo de 500 mil contos e representam a criação de cerca de 250 postos de trabalhos, em 6 ilhas do Arquipélago. Para aprovação até final do ano existem mais de 21 projectos no montante de 2.500 mil contos aos quais corresponderá mais de 200 postos de trabalho.

No domínio das infraestruturas prosseguiram as acções directas ou de apoio à construção de parques ou zonas industriais, em S. Jorge, na Madalena do Pico, onde já há empresas instaladas, na cidade da Horta, em Angra do Heroísmo, na Ribeira Grande. Os parques ou zonas industriais são instrumentos de ordenamento do território, e incentivos físicos ao investimento industrial porquanto

neles se operam economias de localização. O parque industrial da Ribeira Grande, o mais antigo, e já de dimensão apreciável para a nossa economia, tem hoje mais empresas do que tinha no início do ano, tendo sido autorizada uma empresa de processamento de carnes (e está lá instalada), outra de embalagens (está a concluir-se) outra ainda de menor dimensão. Amanhã assinarei em Ponta Delgada com a Fábrica de Cervejas Melo Abreu um protocolo de instalação no parque industrial da Ribeira Grande de uma nova fábrica, mais moderna e mais ampla, a que corresponderá um investimento 1.600 mil contos. Seguir-se-á a autorização para a instalação de uma nova fábrica de tabacos, um projecto conjunto da Fábrica de Tabaco Micaelense e da Fábrica de Tabaco Estrela, num bem vindo projecto de redimensionamento e mobilização, acompanhado de libertação de apreciáveis áreas de prédios urbanos e rústicos no interior da cidade de Ponta Delgada - um projecto que vai permitir encerrar o nosso mercado e desenvolver essas duas indústrias.

Deputado Duarte Pires (PS): E na Praia?

O Orador: E a Zona Franca de Santa Maria (antes da Praia!)? E a Zona Franca de Santa Maria?

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Martins Goulart)

O Orador: Lá chegaremos, Sr. Deputado! Não se excite tanto! Tenha tempo! Há-de ouvir!

Deputado Martins Goulart (PS): Chega a tanto sítio que não chega a lado nenhum!

O Orador: Sr. Deputado Martins Goulart, uma coisa lhe garanto: chegarei onde o Sr. não vai chegar!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

Deputado Martins Goulart (PS): Eu sei para onde vou!...

O Orador: Sr. Deputado, tenha paciência! Ouça um bocadinho!

Deputado Martins Goulart (PS): ...Não vou por aí!

O Orador: Sr. Deputado Martins Goulart, lhe garanto uma coisa...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Então não vêem que ele está a subir de cotação na bolsa!

(Risos do PS e do orador)

O Orador: Sr. Deputado Martins Goulart, não se meta por esses caminhos! Esses caminhos estragam-no, fazem-lhe perder as elei-

ções! Não se meta por aí!

Deputado Martins Goulart (PS): Está muito excitado, Sr. Secretário! Acalme-se!

O Orador: Não! Excitado está o Sr. Deputado!... Eu estou calmo, a ler o meu discurso!...

Deputado Martins Goulart (PS): De maneira nenhuma!

O Orador: ...Está o Sr. Deputado, está a sua bancada e vai de uma ponta à outra! Estou à espera que todos eles...

Deputado Martins Goulart (PS): Acalme-se! Diga qualquer coisa!

O Orador: Vou-lhe dizer a "coisa"! Se o Sr. Deputado tiver paciência para ouvir e tiver um pouco de educação, direi!

Eu ouço-o; páro o meu discurso para o ouvir; o Sr. Deputado interrompe o seu para ouvir!

E, de resto, dir-lhe-ia eu, quanto ao sítio onde vou chegar que o Sr. Deputado nunca chegará, isto será para bem deste Povo, porque as propostas que eu vejo...

Deputado Martins Goulart (PS): Que arrogância, Sr. Secretário!

O Orador: A "arrogância" está aqui!...

Deputado Martins Goulart (PS): Que arrogância, Sr. Secretário! Como é que sabe que o Sr. é o único que sabe fazer coisas?!

O Orador: Vou já dizer! Vou prová-lo!...

Deputado Martins Goulart (PS): Que arrogância, Sr. Secretário!

O Orador: ...Tenha paciência!

Tenho aqui na minha frente o comunicado que os Srs. ...

Deputado Martins Goulart (PS): Não interessa!

O Orador: Não interessa este comunicado?! Não é vosso?!

(Risos do PSD e do Governo)

Deputado Martins Goulart (PS): Não! Não interessa aquilo que o Sr. vai dizer!

Coloque as suas coisas e responda às perguntas que lhe fazem!

O Orador: Então o Sr. Deputado não quer que eu lhe leia as suas propostas, magníficas, profundas, inovadoras?!

Deputado Martins Goulart (PS): Nós conhecemo-las! Fale das suas!

Presidente: Sr. Secretário Regional e Sr. Deputado Martins Goulart, eu pedia que não mantivessem diálogo directo. Usem as regras regimentais.

O Orador: Sr. Presidente, agradeço a intervenção, mas eu estou aqui no exercício de um direito que me conferiu e em que as interrupções não são minhas - são aqui da

bancada do Partido Socialista - e relativamente às quais discordo.

Apenas como uma correcção tenho que dizer aqui que de facto nem todos os Deputados do Partido Socialista se excitaram. Há aqui um deputado que tem estado calado, a ouvir seriamente. A este eu respeito-o!

Deputado Martins Goulart (PS): O Sr. não está bem! Não sabe o que é um Parlamento!

O Orador: Mas continuemos.

E a Zona Franca de Santa Maria? Completaram-se em Julho passado as infraestruturas necessárias, abastecimento de água, electricidade, telecomunicações (isso desagrada ouvir, Sr. Deputado, quando se faz coisas!) e nesse mesmo mês foi publicado o diploma de incentivos fiscais respeitantes aos impostos sobre as pessoas singulares e as pessoas colectivas; mais tarde e depois de conversações com o Governo da República ficou acordado o texto do diploma do off-shore bancário e de seguros o qual foi remetido para consulta a várias entidades que sobre ele se têm de pronunciar (é o caso da Comissão do Sistema Financeiro, do Banco de Portugal). Temos em análise vários pedidos de instalação na Zona Franca de Santa Maria de empresas nacionais de serviços e industriais, assim como de empresas estrangeiras.

A Zona Franca de Santa Maria não se circunscreve à actividade industrial, pode abranger, por definição do diploma que a criou e por certo é isso que vai acontecer, outros sectores como o comercial e o financeiro. A Zona Franca de Santa Maria não mede o desenvolvimento industrial da Região, Sr. Deputado Martins Goulart! Falecem por isso os argumentos que procurem ligar a Zona Franca apenas ao sector industrial. **Foi de facto assim, Sr. Deputado, mas no passado, nos anos 50.**

No sector da energia, 3 questões foram objecto da maior atenção: **o projecto geotérmico, o estudo de um novo tarifário, a elaboração do Plano Energético da Região e a procura de energias alternativas** a que se referiu aqui (e muito bem), ainda há pouco o Deputado da bancada do Partido Social Democrata.

Quanto ao programa geotérmico a orientação seguida foi no sentido de transformar o Consórcio Geotérmico numa empresa, com vista a melhorar a estrutura de capitais afectos a este empreendimento, designadamente reduzindo o respectivo custo e procurando novos investidores; no sentido de encontrar um novo líder técnico para o projecto, o que acontecerá dentro de dois dias quando se completar a apreciação das propostas exis-

tentes; no sentido de reforçar o apoio da Comunidade Económica Europeia, tendo já sido aprovado pela Comunidade Económica Europeia um apoio de 1,7 milhões de Ecus, Foi definida uma estrutura de acompanhamento do impacto ambiental do projecto.

Os bons resultados obtidos com o 1º poço permitem refazer os cálculos financeiros e estimar um custo final mais baixo.

Prosseguirão os investimentos com aumento de produção nas ilhas de S. Miguel, Terceira, Pico, Faial e de cobertura de Santa Maria, assim como em S. Jorge e Flores, neste caso através da Federação dos Municípios.

Deixei para o fim o sector dos transportes, uma preocupação constante ao longo deste ano.

Racionalizar custos, aumentar a capacidade oferecida, melhorar a qualidade do serviço prestado, quer com o exterior da Região quer inter-ilhas, foram as grandes preocupações. Como conseguir alcançar estes objectivos prioritários?

Actuando sobre as **infraestruturas e a sua gestão; sobre o equipamento utilizado; sobre o sistema de formação do tarifário:**

Infraestruturas e a sua Gestão

Assinalamos este ano a entrada em funcionamento da nova pista do **aeroporto de S. Miguel** que veio permitir a operação de aviões de longo curso e por isso a racionalização de custos, bem como o começo das obras do **Porto das Flores** e da aplicação do **aeroporto da mesma ilha;** completamos a reforma do piso do **Porto de S. Roque;** iniciámos as obras de ampliação dos terraplenos do **Porto de Ponta Delgada** que consistem no aumento da sua área seca; no seu desafogamento; iniciámos a obra de ampliação do **Porto das Velas em S. Jorge;** ainda este ano, se as condições de tempo o permitirem, vararemos o primeiro barco na nova rampa de varagem no **Porto da Madalena;**...

Deputado Ricardo Barros (PS): Vai varar!

O Orador: ...procedemos a estudos e seleccionamos as soluções para a defesa do molhe e da falésia do **Porto de Santa Maria;**...

Deputado Fernando Fonte (PS): Olha a ladaínha!

O Orador: Não é a "ladaínha": são as realizações! No seu caso seriam "ladainha", mas aqui são realizações, Sr. Deputado! Estão à vista! Toque nelas!

Deputado Fernando Fonte (PS): Olhe Sr. Secretário, a ladaínha é igual à que foi aqui ontem acusado o Sr. Deputado Francisco Sousa!

(Apartes inaudíveis do PS)

O Orador: Tenham calma, porque têm mais para ouvir!

...assinalaremos nos próximos dias a entrada em funcionamento do terminal cimenteiro no **Porto da Praia da Vitória...**

Deputado Fernando Fonte (PS): E!... Fale no Porto da Praia da Vitória, que fala muito bem!

O Orador: ...cujo molhe comercial tem já o seu piso praticamente concluído e definida a zona de implantação industrial e a área dos combustíveis; concluiremos os projectos de **melhoria de operacionalidade nos aeródromos mais pequenos** e cuja execução consistirá em obras de recuperação dos topos das pistas e na implantação de novo equipamento de ajudas rádio à navegação aérea, o que melhorará em muito as condições de operação nos aeródromos de **S. Jorge, Graciosa e Pico;** solicitamos, **um sistema de pressão contínua, à ANA-EP,** que executasse o seu programa de investimentos nos Açores o que deve consistir no **Projecto NAV 2** para Santa Maria, na construção de nova **aerogare para S. Miguel,** (e ontem mesmo foi assinado um contrato com os projectistas) nas obras de extensão da pista do aeroporto da Horta e na melhoria das ajudas à navegação aérea nos aeroportos por ela administrados.

Equipamento-Racionalização de Custos

Em matéria de equipamento, onde era necessário introduzir, algumas alterações com vista à racionalização de custos. Assim, quanto ao transporte aéreo foram introduzidos na linha Continente-Açores os aviões de maior porte - o Air-Bus - que melhoraram em muito a oferta de transporte de passageiros e carga; e a SATA foi autorizada a adquirir aviões de maior capacidade e maior raio de acção, concluindo-se um "dossier" preparado pelo Governo anterior.

No caso do transporte marítimo e no quadro do mesmo objectivo uma das empresas operadoras adquiriu navios de maior porte - 2 navios com capacidade para transporte de 100 contentores -, o primeiro dos quais passará a actuar já na primeira quinzena do mês de Dezembro.

Ainda no domínio da racionalização dos custos de transporte, acrescentarei que está bastante avançado um programa de redução de efectivos humanos empregues nas operações de carga e descarga, firmados acordos com os interessados - os sindicatos - e o terminal cimenteiro do Porto da Praia da Vitória iniciará as suas funções já em conformidade com o novo sistema, ou seja, com uma redução drástica dos custos de estiva. Com o sis-

tema que estamos a executar não só melhoraremos os custos da operação portuária, como da situação dos próprios trabalhadores que passam a ter, como os demais desta Região, um salário garantido.

Por fim, a revisão do estatuto das Juntas Autónomas dos Portos que data da década de 50 está a ser revisto por forma a adaptá-lo às exigências dos nossos dias e a uma participação activa dos operadores e utentes dos portos. Com isso também aliviaremos o orçamento regional.

Em matéria de tarifário e custos de operação portuária as metas são as seguintes:

- **Garantia de uma tarifa única e mais baixa do que a actual entre o Continente e os Açores, independentemente das ilhas de escala dos navios;**

- **Garantia de um custo de operação portuário uniformizado em todo o Arquipélago, por modificação do sistema em vigor em vários portos da Região e que se relaciona com o pagamento da estiva e destiva.**

Mantivemos conversações com as empresas operadoras e Câmaras de Comércio sobre esta matéria. Existem soluções de consenso acordadas pelas três partes, não há razão para rever os resultados. Este ano, Srs. Deputados Martins Goulart e Dionísio Sousa, já não se alteraram as tarifas com as taxas portuárias, o que já é em si uma redução em termos reais. Para o ano a haver reajustamento serão para as baixar. A entrada em funcionamento do Porto das Flores representará, a curto prazo, um contributo muito apreciável para este objectivo.

Com idêntica finalidade está gizado um acordo de cooperação entre a SATA e a TAP e esboçado outro entre a SATA e a AIR ATLANTIS, ou seja, tendo em vista a redução de custos, a expansão da operação da transportadora regional e da melhoria dos horários. Não haverá substituição de empresas mas conjugação de esforços e meios, melhoria de serviço, consolidação da empresa regional, cuja importância excede em muito o transporte de passageiros e cargas, porque se trata de uma empresa com 500 trabalhadores.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Deputado Martins Goulart (PS): Pode explicar esse caso?

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Oliveira Rodrigues.

Deputado António Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção o Sr. Secretário Regional, Alvaro Dâmaso, aqui num brilhante discurso de optimismo e confiança. Eu diria que parecia o homem da "Regisconta" que veio vender um computador da primeira geração quando a gente já está na quarta!

Mas, enfim, o optimismo é dele; ele falou, com certeza, para dentro do seu partido!

E um rol de intenções lindíssimas e eu não vou discuti-las todas, porque realmente a ladaíinha foi comprida!

Muito optimismo, muita confiança, muitas realizações, umas a fazerem-se, outras por fazer, mas, acima de tudo, confiança.

Eu queria era pegar numa frase dele, proferida aqui, também num discurso brilhante, quando apresentou o Plano de Médio Prazo, em que dizia que ia acabar com o aventureirismo dos incentivos ao investimento da indústria. E a pergunta que lhe faço é a seguinte:

- Considera que, face ao escândalo que houve numa empresa de confecções, acabou com o aventureirismo dos incentivos ao investimento da indústria?

Deputado António Silveira (PS): Que grande pergunta!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia, se quiser responder.

Secretário Regional da Economia (Alvaro Dâmaso): Com muito gosto, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A resposta é muito simples: - O projecto terminou porque não tinha condições! Cessaram os incentivos; o empresário não tinha condições para desenvolver o projecto; acabou-se com o aventureirismo!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado António Oliveira Rodrigues (PS): Fugiu!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Eu gostaria de fazer ao Sr. Secretário duas ou três perguntas, que eu considero de facto importantes - e a resposta também - porque é um assunto sério.

Não vou fazer o historial dum porto que começou antes do 25 de Abril - que é o porto da Madalena - e ainda não acabou. Não vou fazer o historial dessa obra, nem dos arranjos em relação ao porto, mas sei que é uma medida inovadora o facto de a zona industrial da Madalena poder ter uma gestão que abarque o próprio porto.

Essa inovação poderá de facto remediar

uma situação que eu considero calamitosa neste momento:

- Um porto que cresceu por força de uma indústria localizada perto dele, que vive, de facto, de convulsões, onde os passageiros saem, sem condições, juntamente com garrafas de gás;

- Um porto onde chegam marinheiros cheios de sangue pelo trabalho que fizeram e não têm uma pinga de água para se lavarem;

- Um porto que não tem um quarto de banho onde os marinheiros possam de facto satisfazer as suas necessidades, procurando trapodes e outras coisas para o fazerem.

Deputado Francisco José Silva (PSD):

Outra vez! Já dissestes isso várias vezes!

O Orador: Ao apresentar isto, não estou fazendo drama, estou a tentar perguntar-lhe se a medida para a gestão desse porto vem ou não vem depressa, ou seja, se de facto a gestão (ou o conselho de gestão - não sei, mas é algo parecido) que se vai criar para a zona industrial da Madalena, que é uma medida que eu julgo que é importante, quando é que de facto se vai concretizar essa medida, porque o Sr. Secretário sabe tão bem como eu que essa medida é tremendamente importante nesta hora, sobretudo quando há outros projectos que, naturalmente, durante este ano se irão acabar, como, por exemplo, a rampa de varagem, onde irá aumentar o movimento e onde - posso dizê-lo -, mesmo num ano não muito bom para a pesca, a fábrica da Madalena quase recebeu o mesmo peixe que no ano passado. Isto significa só, pura e simplesmente, que o porto está em crescimento, que a zona tem de ser olhada - e bem olhada.

Portanto, perguntaria ao Sr. Secretário quando é que de facto haverá uma gestão para alguém tomar conta daquele porto, porque ele neste momento **não é de ninguém!**

Também gostaria de perguntar, quanto ao novo avião ATP, e em relação aos aeroportos mais pequenos - aos aeroportos como, por exemplo, o da minha ilha -, se há ou não mais penalizações do que em relação ao próprio Avro, mesmo com arranjos nas pontas das pistas.

Suponho que o Sr. Secretário, quando se referiu à baixa das tarifas, o fez em relação às cargas. Não vou acreditar que as tarifas de passageiros irão descer também no próximo ano.

Se este horário de Inverno da SATA é o horário para ficar mesmo com o ATP, em relação a algumas ilhas, não tem nenhuma melhoria, tem é profundos agravamentos -

- suponho eu.

Era só.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para responder aos pedidos de esclarecimento.

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente ao porto da Madalena, é evidente que não só é para muito breve a constituição da gestão, como já está a ser executado.

O Sr. Deputado, que vive lá, por certo sabe que já foram atribuídos e definidos espaços para as empresas (algumas até já estavam instaladas, embora de uma forma um pouco desordenada) e portanto já está em marcha a gestão. O resto é uma questão de formalização.

Relativamente às outras questões que me coloca quanto à aeração do ATP, o ATP não vai ser penalizado nesses aeroportos.

As duas modificações que vão acontecer nos topos das pistas e a instalação de equipamentos de ajuda à navegação são necessárias para melhorar a operação. De resto, como o Sr. Deputado sabe, esses novos aviões são aviões com maior capacidade de 64 lugares - e portanto, por essa mesma razão, nunca prejudicariam.

Quanto às tarifas, naturalmente que eu me referi - e o Sr. Deputado percebeu perfeitamente - às tarifas de cargas - e aí é importante para a nossa actividade económica.

Sem a expansão da base da nossa actividade económica nós não temos empregos. Portanto, é necessário, incentivar, estimular, promover essa actividade, para que possam crescer os empregos.

Quanto aos horários da SATA (que foi a última questão que referiu), é evidente que aqueles horários foram preparados para o novo avião e sofrerão as correcções necessárias. Naturalmente que os vamos experimentar e aquilo que for efectivamente de prejuízo para a população será corrigido, no entanto o que está a ser ensaiado é uma operação que em termos económicos é mais rendível do que a operação anterior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo confessar que gostei muito de ouvir o discurso do Sr. Secretário Regional -

Alvaro Dâmaso. E gostei muito, porque ouvi o Sr. Secretário falar em situações de bem estar, de óptimas comunicações, de inflações que não subiram, de aumento do poder de compra, enfim, ouvi o Sr. Secretário Regional falar dum sítio feliz, numa Região onde se vive bem e pensei, cá com os meus "botões", "que pena isto não ser aqui nos Açores"!

Eu gostaria de colocar uma questão ao Sr. Secretário.

Na proposta do Plano do seu Governo diz o seguinte:

"Tendo em vista o robustecimento do sector privado e a assunção pelo mesmo do papel de motor de desenvolvimento económico, serão intensificados contactos e diligências tendo em vista a captação de investimentos externos, nomeadamente estrangeiros".

Ouvi o Sr. Secretário Regional falar no Parque Industrial da Ribeira Grande, no porto da Praia da Vitória e na Zona Franca de Santa Maria, mas não o ouvi falar concretamente na ilha que dá o nome à Zona Franca - e que é a Ilha de Santa Maria - e no que está previsto, concretamente, para a Zona Franca de Santa Maria, ou seja, o Sr. Secretário falou naquilo que penso poder ser chamado de "sub-zonas" da Zona Franca de Santa Maria e, mesmo assim, falou, no caso da Ribeira Grande, que tem já três empresas e mais duas ou três em perspectiva.

Eu gostaria que o Sr. Secretário, de uma forma concisa e precisa, dissesse concretamente o que é que já existe; que empresas são; quais são as que estão previstas; e, quais são os contactos que o Governo pretende desencadear, quais os que já desencadeou para a captação real e efectiva de capitais nacionais e também, obviamente, como o Governo diz, de capitais estrangeiros.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra, também para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Araújo.

Deputado Paulo Araújo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de pôr uma questão ao Sr. Secretário da... ao Sr. Secretário da Economia e que...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Não é preciso gaguejar!

O Orador: Já lá vamos! O Sr. Deputado Carlos Teixeira vai ter certamente a oportunidade de fazer os protestos que achar convenientes!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Estou dizendo apenas que não é preciso gaguejar! Não disse mais nada!

O Orador: ...e a questão que eu lhe queria pôr é esta:

- Eu fiquei com a dúvida porque penso que isso não foi referido na intervenção que fez. De qualquer forma, gostava que me dissesse em que vectores é que vai ser orientada e que grandes opções é que vão ser tomadas no que diz respeito à política de transportes marítimos de cargas e também de passageiros a nível da Região, isto é, inter-ilhas e nos vários grupos.

Queria fazer também uma referência (se me é permitido) em relação ao que foi dito sobre a Zona Franca de Santa Maria e queria começar por dizer que nós esperamos que o espaço destinado à instalação de empresas na Zona Franca de Santa Maria não tenha o mesmo fim que teve o Parque Industrial da Ribeira Grande, que está lá para serem feitas provas de "karting" e, nesta altura, nem para isso!

Deputado António Silveira (PSD): O Sr. Deputado não ouviu! O Sr. Deputado tem que ir ao médico!

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Economia, Alvaro Dâmaso).

O Orador: Sr. Secretário, nós - os Socialistas - queremos acreditar na Zona Franca de Santa Maria e a prova disso é que os Socialistas de Santa Maria, nomeadamente através da Câmara Municipal de Vila do Porto, têm tido um papel preponderante e até de liderança e de captação de investimentos para a Zona Franca de Santa Maria!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Muito bem!

(Risos do PSD e do Governo)

O Orador: O Sr. Secretário sabe que isto é verdade! Excusa de passar a mão sobre as orelhas a ver se põe o cabelo direito, porque sabe que é verdade! Sabe que é verdade, porque tem estado lá!

Secretário Regional da Economia (Alvaro Dâmaso): Eles têm-me esclarecido!

O Orador: Têm... e bem bom que têm!

Mas, Sr. Secretário, é preciso que fique claro que, se há de facto alguma ilha a quem o Governo Regional deve alguma coisa, é a Santa Maria! As pessoas não têm a memória curta, Sr. Secretário!

É só isto.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos para pedir esclarecimentos.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O meu pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Economia não é mais do que repetir aqui algumas perguntas formuladas por alguns deputados da sua bancada aquando da discussão do Plano de 89.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Dispensamos procuração! As nossas perguntas podemos fazê-las!

O Orador: Sim, mas, como eu não vi resposta, queria reavivar essas perguntas!

A primeira pergunta (e utilizando a mesma linguagem que o Sr. Secretário utilizou) é se não constou nenhuma notícia sobre a alteração do tarifário de energia eléctrica.

E a segunda pergunta é relativamente ao investimento, na Graciosa, dos aerogeradores.

Presidente: Tem a palavra, também para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para perguntar ao Sr. Secretário da Economia o seguinte:

- A Comunicação Social tem dito que no próximo dia 26 se vai inaugurar o Porto da Praia da Vitória. Por outro lado, o Sr. Secretário acabou aqui por dizer que se vai inaugurar o terminal da "Cimentação".

Eu queria...

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): O Sr. Deputado não ponha na boca dos outros aquilo que pensa!

O Orador: ...Eu queria perguntar ao Sr. Secretário...

(Risos do Secretário Regional da Economia, Álvaro Dâmaso)

O Orador: O Sr. Secretário esqueceu-se da boa educação que recomendou há pouco, não é?! Então ouça com atenção que eu tenho direito a fazer-lhe uma pergunta e o Sr. responderá na altura certa!

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Aprendi com o Sr. Deputado Martins Goulart!

O Orador: ...Mas ouça com atenção e muita calma!

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Alguma!

O Orador: Eu pergunto-lhe se sempre vai existir a inauguração do Porto da Praia da Vitória no dia 26 ou se é só desse terminal da "Cimentação".

E queria-lhe perguntar mais:

- Quantas mais inaugurações se vão fazer no Porto da Praia da Vitória até que ele esteja concluído?!

Muito obrigado.

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Todas!

(Apartes inaudíveis do Governo Regional)

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostava também de questionar o Sr. Secretário em relação ao Parque Industrial da Praia da Vitória.

Efectivamente, tanto quanto sei (até porque sou autarca), o Parque Industrial tem sido sucessivamente prometido nos Planos do Governo e, nos últimos tempos, o que é certo é que houve uma indefinição por não se saber qual seria o local exacto da sua implantação.

Houve até reuniões com a autarquia e ouvi agora aqui, da boca do Sr. Secretário, que estaria finalmente resolvido o local da sua implantação.

E, obviamente, importantíssimo até como forma de ordenamento do território.

Como se costuma dizer, às vezes, nós somos os últimos a saber - no caso concreto do poder local, a que me orgulho de fazer parte.

Gostaria, concretamente, de saber, uma vez que tenho a possibilidade de saber na Assembleia e não tive a possibilidade de saber no órgão de que faço parte, se efectivamente já está definido o seguinte: - Qual a zona do Parque Industrial e em que zona se situa precisamente.

Presidente: Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria colocar ao Sr. Secretário Regional da Economia duas questões, que se prendem com o sector que ele dirige no âmbito do Governo Regional.

Olhando para as acções que se prevêem desenvolver na Ilha Graciosa, encontra-se, no âmbito das "Pescas" (não sendo da sua responsabilidade) e, por outro lado, no âmbito de "Transportes e Comunicações", dotações de verba: uma de 70 mil contos, que diz que é para "valorização dos portos de pesca" e depois diz "Porto da Praia"; e em "Transportes e Comunicações" surge uma verba de 20 mil contos para "Porto da Graciosa".

Eu gostaria de saber, concretamente, no

âmbito da sua Secretaria, o que é que se pretende fazer com estes 20 mil contos e em qual o porto da Graciosa.

Por outro lado, também em "Apoio ao Transporte Aéreo" existe uma verba de 30 mil contos, e, porque não vem perfeitamente discriminada no Plano, gostaria de saber qual o destino destes 30 mil contos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para prestar os esclarecimentos solicitados.

Secretário Regional da Economia (Alvaro Dâmaso): Muito obrigado, Sr. Presidente:

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E evidente que eu não vou responder a cada uma destas questões, porque senão, não saíria daqui, até porque algumas questões são irrespondíveis.

Que pena, Sr. Deputado!... Que pena, Sr. Deputado! O Sr. Deputado esteve emigrado!

(*Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, José Manuel Bettencourt*)

O Orador: Não?! Vive nos Açores?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Eu vivo nos Açores!

O Orador: Que pena, Sr. Deputado, não viver cá e ter estado emigrado esse tempo todo! Reapareceu!... Que pena!

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Passe no Centro de Emprego dos Trabalhadores Açorianos!

O Orador: Tal como o Sr. Deputado lhe pareceu que eu estaria a falar doutra Região, pareceu-me que o Sr. Deputado estava a viver noutra território! Esteve emigrado!

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Pergunte aos trabalhadores açorianos!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo concretamente às questões que me colocou o Sr. Deputado do Partido Socialista, devo dizer o seguinte:

Quanto às acções de promoção, vão-se realizar duas imediatamente (o Sr. Deputado vai ter ocasião de as ver!): uma, já nos próximos dias - começa amanhã -, na Sexta e no Sábado; outra no dia 6 de Dezembro, junto da Associação Industrial Portuguesa. Tudo acções de "marketing", porque vale a pena vender os Açores, vale a pena promover os Açores, vale a pena promover o investimento nos Açores! Os Açores têm de facto condições para serem promovidos! Vale a pena!

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): A Madeira há quanto já está a vender?!

O Orador: ...Vale a pena, Sr. Deputado!-...Vale a pena!

Os Srs. Deputados vivem no seu mundo,

vivem no outro mundo!

Deputado Martins Goulart (PS): Por isso é que foi para a bolsa!

O Orador: Sr. Deputado Martins Goulart, ainda um dia hei-de tecer considerações a respeito dos seus estudos, tal como o Sr. Deputado está a tecer considerações a respeito de outras actividades minhas! Lá chegaremos, Sr. Deputado, mas não nesta Câmara!

Deputado Martins Goulart (PS): Porquê?

O Orador: Esta Câmara não é para isto! E para discussão! Não é para isto!

(*Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Martins Goulart*)

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Onde é que está o diploma?

Deputado Martins Goulart (PS): O diploma?! Querem o diploma também?

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Pois com certeza!

Deputado Martins Goulart (PS): Com certeza?! Está entregue na Universidade dos Açores! Não posso entregá-lo!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Também é entregue o pedido da matrícula!

(Risos do PSD e do Governo)

Deputado Martins Goulart (PS): Qual é o seu curso, Sr. Secretário?!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Eu não me arvorei com o diploma!

Deputado Martins Goulart (PS): Ainda estão aí! Arvorei-me?!

Presidente: Sr. Deputado e Sr. Secretário Regional, peço-lhes...

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Tem o diploma? Eu quero ver o diploma, Sr. Deputado!

Deputado Martins Goulart (PS): O diploma?! ...Está entregue no processo de homologação do concurso! Não posso fazer fotocópias! Não o tenho aqui!

Presidente: Peço a vossa atenção, porque o Sr. Secretário Regional da Economia está esclarecendo as perguntas que os Srs. Deputados lhe fizeram.

O Orador: E calmamente à espera, Sr. Presidente, que me seja retribuída a palavra!

Presidente: Faça o favor, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Relativamente à definição da Zona Industrial do Porto da Praia da Vitória, é evidente que a definição já está feita: é uma zona contígua ao porto, que tem área

suficiente, quer para expansão comercial, quer para expansão industrial, quer ainda para estacionamento de contentores. É uma zona muito grande. O Porto da Praia da Vitória é um porto de grande extensão. Esta zona é contígua. A gestão vai ser conjunta entre o porto, a zona comercial e a zona industrial, aliás, a exemplo até daquilo que vai acontecer em termos da Madalena, que me parece que é de facto a solução. Trata-se de um complexo.

Quanto às inaugurações do porto da Praia da Vitória, digo-vos mais:

- Vai, de facto, ser agora inaugurado o terminal de cimento; vai, depois, ser inaugurado o molhe comercial; vai, depois, ser inaugurado o porto de pescas; vai, depois ser inaugurado...

Deputado Fernando Fonte (PS): Antes das eleições?!

O Orador: Quando a iniciativa o entender e desenvolver aquilo que é o projecto (e que me parece sério!) dum estaleiro de reparação naval no Porto da Praia, porque isto é importante para os Açores!

Deputado Fernando Fonte (PS): Sempre o problema das eleições ou inaugurações!

O Orador: Se houver eleições, poderão ser ou não na altura! Quando estiverem concluídos!

(Apartes inaudíveis do PS)

O Orador: Pesa-vos, de facto, não conseguirem fazer isto, Srs. Deputados!...

Deputado Fernando Fonte (PS): Com certeza!

(Risos do PS)

O Orador: ..., mas o mandato é nosso! Os Srs. Deputados não têm...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Martins Goulart)

O Orador: Sr. Deputado Martins Goulart, ao longo deste ano aquilo que a oposição fez foi produzir um documento de 4 páginas, repetindo ideias velhas e "refonfelhas"!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Apartes inaudíveis do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É só para fazer uma pergunta ao Sr. Secretário da Economia:

- Como é que eu consigo ser convidado para fazer uma inauguração qualquer?!

Eu gostava de fazer uma inauguração. O Sr. diz que nós não podemos fazer inaugura-

ções. Se me permitir, na próxima inauguração que fizer (talvez do ar puro por cima do Porto da Praia da Vitória!), já agora, gostava de ser eu a inaugurar, com os meus argumentos de peso!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): O Sr. Deputado teve a inauguração da sede do Partido Socialista na Ribeira Grandel!...

(Risos do PSD e do Governo)

O Orador: Não! A gente inaugura as sedes!...

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): ...Foi com banda e tudo!

(Risos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, peço que restabeçam o silêncio, porque o Sr. Deputado Albano Pimentel está a usar da palavra.

O Orador: Eu estava a tentar perguntar como é que eu posso inaugurar qualquer coisa, a não ser a sede do Partido Socialista "com banda e tudo"!

(Risos da Câmara)

E portanto, se o Sr. Secretário me explicar, eu desde já me ofereço (e não me importo de ir ao seu lado!) também para inaugurar qualquer coisa! Pode ser que seja útil para as eleições autárquicas agora!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo para um pedido de esclarecimento.

Deputado Paulo Araújo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era só para repetir ao Sr. Secretário Regional a pergunta que fiz (se for possível, eu agradeço-lhe uma resposta):

- Que orientações específicas vão ser postas em prática, em termos de definição da política de transportes marítimos, para cargas e para passageiros, inter-ilhas e em todo o espaço da Região?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De facto, a excitação da vossa bancada foi tanta que essa pergunta ficou por responder!

Deputado Fernando Fonte (PS): O Sr. assim não chega lá!

O Orador: Mas, Sr. Deputado, muito rapidamente, lhe direi que o Sr. Deputado sabe a resposta perfeitamente, porque até tivemos ocasião de, na Comissão em que foi tratada esta minha área, discutir esse assunto.

De qualquer das maneiras, esclareço a Câmara (uma vez que ele não pretende a resposta para si próprio, mas para a Câmara) que o que está previsto para a resolução deste nosso problema de transportes inter-ilhas é de facto a aquisição de novos meios, quer de carga, quer de passageiros - quanto aos meios de passageiros, mais rápidos; e quanto aos meios de carga, com maior flexibilidade, permitindo o transporte de contentores e de veículos ou de paletes rotativas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não sei se de facto a perturbação do Sr. Secretário é que leva a que ele não responda a todas as perguntas que se lhe colocam ou se considera que as perguntas colocadas não têm de facto mérito para resposta.

De qualquer maneira, gostaria de ouvir a sua opinião.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Guarde isso para as intervenções!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia, se quiser responder.

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu disse que havia algumas perguntas que eram irrespondíveis. Essa é uma delas! Está no Plano! Veja! Está lá a acção referida!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não está!

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

O Plano e Orçamento agora em debate nesta Câmara, inclui os programas, projectos e acções a realizar durante o próximo ano de 1990, que foram consignados no Plano a Médio Prazo, aprovado por esta Assembleia Legislativa Regional no pretérito mês de Março.

Da análise do Plano e do Orçamento para o próximo ano, em confronto com o PMP 89/92, constata-se que as expectativas de financiamento esperadas não foram possíveis de concretizar porquanto as transferências do Orçamento do Estado e dos fundos comunitários não sofreram aumento na percentagem prevista.

Neste contexto o Plano de 1990, em rela-

ção às estimativas do citado PMP, apresenta uma diminuição de cerca de 6 milhões de contos o que implica o adiamento de algumas realizações previstas, por via da contracção financeira que houve necessidade de implementar.

Apesar das limitações financeiras evidenciadas torna-se notório o esforço de investimento nos sectores do Turismo e da Educação, considerados sectores prioritários no PMP e bem assim dos programas constantes do PNIC/TURISMO, do PEDRAA e os propostos no Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas.

Devido à racionalização financeira aludida, o Governo Regional, conforme foi referido por alguns Secretários Regionais, propõe-se implementar uma nova gestão do Plano, já ensaiada no decurso de 1989, conforme se refere no relatório e parecer sobre o Plano e Orçamento de 1990, elaborado pela Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos" o Governo passará a adoptar uma atitude de maior rigor na apreciação dos projectos e de faseamento na execução dos mesmos, em consonância com a necessidade de uma produtividade cada vez maior, na aplicação dos nossos escassos recursos financeiros".

Trata-se de obter uma maior rentabilização dos investimentos, quer pela revisão de alguns projectos nos seus aspectos secundários e onerosos, quer ainda, pela fixação de fases de execução que permitam a utilização do investimento logo que as mesmas estejam concluídas".

Outra das linhas fundamentais da política geral que orientaram a elaboração do Plano e do Orçamento para 1990, que merece especial relevância, é sem dúvida o sector económico numa clara determinação de que o investimento produtivo é a aposta segura no desenvolvimento estrategicamente delineado para a Região.

Os Transportes e as Comunicações absorvem a maior fatia do sector económico ou seja cerca de 25% da dotação global, o que, só por si, constitui indício de que numa Região Insular como a nossa, a criação de vias de comunicação adequadas, são factor determinante para o êxito das políticas de investimento nas áreas directamente produtivas.

O desenvolvimento agro-pecuário e as pescas constituem, igualmente, conjuntamente com a aposta no Turismo, sectores cujos programas foram dotados financeiramente em ordem a que o crescimento económico continue de forma segura na sua curva ascendente, possibilitando que a nossa Região po-

tencie os seus reais recursos incentivando, assim, o investimento directo e indirectamente produtivo.

O crescimento económico do sector privado é desta forma reforçado, por um lado, com os apoios à indústria e ao comércio e, por outro lado, como resultado do investimento nas áreas económicas.

Por aquilo que dissemos e pelo muito que havia a dizer ao redor das grandes linhas da política geral que presidiram à elaboração do Plano e do Orçamento de 90, é óbvio que vamos votar favoravelmente os dois documentos, na certeza de que são os instrumentos possíveis e os que se enquadram na realidade da nossa Região.

Disse.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Muito bem!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores ao eleger o Turismo como um dos sectores fundamentais do desenvolvimento desta Região tem a perfeita consciência de que a clarividência política e oportunidade dessa aposta só evidenciarão resultados concretos quantificáveis e alterações quantitativas **relevantes** a médio ou mesmo longo prazo.

Convém não esquecer que um destino turístico se não impõe em poucos anos - ainda que se possam lançar sólidas bases de desenvolvimento - e que se não constrói **exclusivamente** pela acção dos governos ou de documentos formais por estes emanados. Porque no caso dos Açores existem alguns problemas de natureza estrutural a resolver que por definição exigem intervenções de fundo com resultados previsíveis ao longo do tempo e, porque **sendo o Turismo uma actividade predominantemente privada**, exige o concurso e empenhamento acrescidos do sector privado cuja agressividade e criatividade traduzirão em certa medida a maior ou menor capacidade da oferta turística dos Açores.

Plenamente conscientes dessa verdade (que terá de ser comungada por todos), **o Governo está contudo em condições de louvar e demonstrar a crescente dinâmica gerada à sua volta, pelo sector privado.**

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Com efeito, no curtíssimo período de 11 meses foi aprovado um conjunto bastante significativo de projectos, representando a construção e ampliação ou remodelação de vários empreendimentos turísticos, cujas tipologias se repartem entre estabelecimentos hoteleiros, meios complementares de alojamento e estabelecimentos similares.

Estou ciente, de facto, que o sector privado do turismo não deixará o seu crédito por mãos alheias e que a **agressividade comercial, empenho e criatividade** continuarão a ser cada vez mais as palavras com maior significado para os diversos agentes económicos ligados ao sector.

1990, que foi escolhido pela Comissão das Comunidades Europeias como Ano Europeu do Turismo, será, estou certo, o início não só da mudança quantitativa mas fundamentalmente qualitativa dos Açores como destino turístico.

Deputado António Silveira (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, prosseguir-se-ão naturalmente os objectivos conducentes à obtenção daqueles resultados, para o que se implementarão as correspondentes medidas de política sectorial.

- Promover-se-á o aumento e melhoria qualitativa da oferta turística regional, diversificando o conjunto de produtos e subprodutos turísticos a oferecer e divulgar;

- Fomentar-se-á a dignificação profissional e a criação de um nível de serviços de qualidade superior e de uma mentalidade favorável ao desenvolvimento do fenómeno turístico;

- Intensificar-se-á e diversificar-se-á, perante o aumento e alargamento da oferta, a divulgação e promoção turísticas, actuando sobre os mercados e faixas de mercados emissores de maior relevância e interesse para a Região Autónoma dos Açores.

Assume também grande relevância a problemática da formação profissional e dignificação das profissões turísticas perante a excepcional importância do nível dos serviços prestados na qualificação da oferta regional.

Passará pela execução de um programa de formação e reciclagem intensivas, pela eventual utilização de unidades hoteleiras na chamada época baixa, como da manutenção da concessão de bolsas de estudo, tendo em vista promover o interesse e facilitar o acesso aos cursos superiores de turismo. O lançamento nos vários meios de comunicação social de uma campanha de dignificação das profissões turísticas, procurará sensibilizar

agentes económicos e população em geral para o acto humano por excelência que representa a actividade turística.

Uma palavra para o turismo no espaço rural sob as modalidades de turismo de habitação, turismo rural e agro-turismo que perante a informação e sensibilização já constataíveis, como perante os mecanismos de intervenção financeira existentes, originaram já uma atitude positiva, traduzível num significativo número de intenções de projecto e algumas candidaturas aos sistemas de financiamento em vigor, o que permite acreditar que estes meios complementares de alojamento turístico, possam vir a conhecer razoável dimensão, mas fundamentalmente a contribuir para a diversificação e qualidade da oferta, não só pela excelência e/ou genuidade das suas instalações como por possibilitar ao turista a mais intensa e genuína integração no meio sócio-cultural que visita.

Inscrevendo-se neste quadro orientador de referência e para além das relevantes acções não traduzíveis em obras físicas, importantes projectos serão iniciados e se concluirão:

- A execução dos campos de golfe da Batalha e do Faial e a ampliação do campo de golfe da Achada das Furnas, havendo indícios que nesta área um ou dois projectos mais vão ser apresentados o que representa seguramente por si só uma verdadeira "revolução pacífica" da organização da oferta turística açoriana;

- A construção da estalagem da Ilha das Flores, cuja adjudicação já foi efectuada;

A criação de uma rede de parques de campismo no sentido de corresponder a uma procura significativa do turismo regional e fundamentalmente ao objectivo de ordenamento e protecção de espaços susceptíveis de serem ameaçados com ocupação indiscriminada e sem condições de utilização;

- Continuação de diversas obras de valorização do património natural, nomeadamente o aproveitamento de piscinas naturais e construção de instalações balneares;

- Elaboração de projectos e execução de outros já concluídos de uma rede de 10 campos de ténis, no sentido do enriquecimento da oferta desportiva e de animação turística;

- Manutenção do apoio às actividades náuticas, nomeadamente à escafandria, dotando as estruturas desportivas existente de meios técnicos e equipamentos adequados,

Tendo o Governo Regional dos Açores definido as linhas mestras de orientação para o sector e existindo trabalhos de profundidade

que se debruçaram sobre a realidade turística açoriana, nas quais se inscrevem naturalmente as grandes opções e decisões nesta matéria, a previsível evolução do turismo regional aconselha contudo ao lançamento das bases de um plano regional de turismo que, reflectindo as condições e potencialidades turísticas regionais, possam, pela sistematização e organização técnico-científica, constituir o quadro de referência fundamental de toda a actividade turística. A esse respeito já se iniciaram e conhecerão um desenvolvimento importante no decurso do próximo ano os trabalhos conducentes à elaboração e posterior aprovação de tão relevante documento.

Neste final de 89 e perante o quadro de referência que acabo de referir, posso seguramente afirmar que acredito essencialmente na possibilidade do destino Açores evoluir para a qualidade, diversificação e tematização da sua oferta, potenciando a captação de procuras especializadas reconhecidamente interessantes do ponto de vista económico e da sua qualidade intrínseca.

Esse será um processo evolutivo, e de aperfeiçoamento contínuo, mas os simples indicadores positivos dessa evolução, permitem-me transmitir confiança no sucesso dos Açores como destino turístico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No que respeita ao sector do Ambiente, convém salientar que apesar de há bem poucos anos atrás, apenas um reduzido número de cidadãos se preocupava seriamente com o Ambiente, hoje, as questões ambientais ocupam lugar de destaque em todo o mundo - um simples atentado contra o ambiente numa região ou num país, poderá fazer perigar todo o equilíbrio mundial. Nos Açores, apesar de alguns casos pontuais que há que recuperar, **as preocupações centram-se na preservação.** Há que manter a nossa qualidade e, se possível, aumentá-la. Só na medida em que o consigamos, nos poderemos sentir como contribuindo para o verdadeiro êxito de todos os objectivos de desenvolvimento regional.

A problemática ambiental ultrapassa em muito os curtos horizontes regionais - a gestão dos resíduos, a conservação da natureza, a poluição do ar, da água e da terra - não podem conhecer fronteiras e devem motivar toda uma série de medidas que permitam sempre salvaguardar o futuro.

Durante o ano em curso, foi levada a cabo toda uma série de acções de limpeza da orla marítima, nomeadamente em Rabo de Peixe, no que se poderá considerar de acção piloto; foram adquiridas diversas máquinas para lim-

peza das praias; elaborados e acompanhados vários projectos de balneários a inserir em zonas carenciadas; implementada a "bandeira azul" em 11 zonas balneares açorianas, bem como estudos na áreas dos resíduos sólidos, seu tratamento, e eliminação, visando resolver as situações mais prementes em praticamente todas as ilhas, nomeadamente através da aquisição de cerca de 7.000 recipientes para colocação de resíduos sólidos urbanos, entregues às autarquias locais que aceitaram a proposta de colaboração da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente nesta matéria.

Outras acções, igualmente relevantes, pretenderam contribuir para conservar a natureza e ordenar a sua utilização nomeadamente a aquisição do Ilhéu de Vila Franca, e o seu macrozonamento; no acompanhamento do processo de implementação do parque de campismo das Sete cidade e recuperação da Caldeira Velha, em ambos os casos através da aquisição dos terrenos necessários; na iniciação da recuperação do Pinhal da Paz para reserva de recreio; na implementação do Jardim Botânico do Faial e sua zona recreativa e ainda toda uma série de levantamentos topográficos com vista á aquisição futura de novas áreas, bem como implementar várias directivas comunitárias e a cartografia das áreas protegidas.

Ainda ao nível da investigação e divulgação científicas, estão em preparação protocolos vários, com a Secretaria Regional da Educação e Cultura para implementação da educação ambiental; com outros organismos para a utilização de material informático visando a implementação da futura base de dados a cargo da Direcção Regional de Ambiente bem como da sua integração na rede de vigilância da qualidade do ambiente, a nível nacional e comunitário.

Em 1990, pretende-se sublinhar ainda mais o esforço colocado na conservação da natureza, preservando os espaços de maior valor, criando novas reservas naturais, implementando novas áreas protegidas.

Será intensificada, ainda, a promoção, planificação, criação e gestão de todo um conjunto de áreas, **por forma a transformá-las em espaços potenciadores de educarem, transformarem e concertarem as relações profundas que deverão existir entre homem e ambiente.** Para tal pretende-se instalar centros de interpretação, painéis informativos, ecomuseus e redes de percurso.

Serão levadas novamente e com grande relevo às escolas, através de colóquios, exposições itinerantes e visitas guiadas, todo um

conjunto de acções de sensibilização, como forma de investir para o futuro, no preparar e mudar das mentalidades, sempre as primeiras e grandes responsáveis por todo e qualquer verdadeiro progresso.

Continuar-se-á a nossa intervenção nos espaços ambientalmente degradados, como especial forma até de defesa dos nossos recursos naturais; serão implementadas noutras zonas balneares a campanha bandeira azul, tendo-se para tal, no ano em curso, procedido a análises em 43 zonas balneares com vista à candidatura do próximo ano; serão concluídos os estudos tendentes a inventariar as fontes de poluição e o controlo e gestão dos resíduos, ficando em aberto a possibilidade de se realizarem outros, caso se revelem necessários.

Aprofundaremos os conhecimentos técnicos adquiridos ao nível da investigação e divulgação científica, alargando o leque de matérias a investigar, nomeadamente à avaliação das águas costeiras e superficiais e dos efluentes industriais e domésticos e às campanhas de divulgação sobre a defesa do ambiente e da qualidade de vida.

Qualquer actividade tem de ser compatibilizada com a conservação do património cultural e natural, tendo em conta as aptidões do meio ambiente e a identidade de cada zona.

O desenvolvimento, como tenho várias vezes afirmado, não é antagónico em relação à conservação. São duas noções profundamente ligadas que não podem ser dissociadas no quadro político e institucional.

São várias as ameaças ao equilíbrio do ambiente e, conseqüentemente, à vida na terra e ao futuro do homem. Vivemos um tempo de alguma preocupação, mas é preciso evoluir para um tempo de acção.

No ambiente enraíza o nosso passado, assenta o presente, entronca o futuro. **Por isso o ambiente não se esgota neste plano, continua na dinâmica humanizada dum progresso que cimentado no respeito pelos outros salvguarde a nossa identidade cultural e ambiental para o futuro.**

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: É pois para isto que aqui nos encontramos, empenhados na concretização dos objectivos definidos neste plano, tal como o fizemos no ano em curso e de cujos resultados, perfeitamente visíveis, nos orgulhamos de neles termos participado tão activamente

contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de

vida do Povo Açoriano.

Disse.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Oliveira Rodrigues para pedir esclarecimentos.

Deputado António Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Secretário Regional do Turismo, também o ouvi com muita atenção.

A semelhança do Sr. Secretário da Economia, também foi aqui um rol de boas coisas feitas...

Deputado José Carlos Simas (PSD): Feitas! Muito bem!

O Orador: ...feitas ...feitas...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Feitas! Está muito bem!

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Diz bem!

O Orador: Vou-lhe dizer que em 1979, numa dotação, de apoio ao Investimento Privado, de 713 contos, nem se gastou metade!

(Apartes inaudíveis do Governo Regional)

O Orador: Nada foi cumprido no plano turístico!

E vou-lhe dizer mais:

Não é que eu esteja contra todas essas acções concretas que o Sr. Secretário anunciou aqui - numa praia, a limpeza; material para limpeza doutras; balneários noutras praias. Não estou contra nada disso!

Agora, gostaria e satisfazer-me-ia muito mais em termos de turismo era ver aquilo que foi anunciado num Programa do Governo, quando aqui foi anunciado por si:

1º - A criação de um Fundo Regional de Turismo;

- Onde está?!

2º - O ordenamento do território em termos turísticos, para sabermos que prioridades e que zonas privilegiadas de turismo podemos ter.

E mais: - ao fim de um ano de existência de uma Secretaria Regional de Turismo ainda não existe a Lei Orgânica. Para quando, Sr. Secretário?

Presidente: Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Como sempre, ouvir o Sr. Secretário do Turismo entusiasma. A forma quente e, realmente, alguma segurança, aparentemente,

tranquiliza-nos. Fica-se até com a ideia que, se pudessemos ser turistas nos Açores, o seríamos perante as perspectivas que se colocam!

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Porque não?!

O Orador: Para além de questões que iremos ver e que se prendem com a capacidade geral da execução e de, digamos, materialmente atingir os objectivos, queria só chamar a atenção para uma questão, Sr. Secretário.

O Sr. Secretário, realmente, está satisfeito com os resultados, mas não nos citou aqui o objectivo fundamental da razão de ser da sua política e, ao fim e ao cabo, do impacto que se deseja dos milhões de contos que a sua Secretaria gasta, que é exactamente o impacto na procura da hotelaria açoriana. Esse é que é o elemento fundamental e eu lamento que o Sr. Secretário não o tenha referido.

Pela primeira vez nos Açores, ao longo de 12 anos (e isto realmente é uma infelicidade!), de Janeiro a Agosto deste ano, que são os últimos dados que conhecemos, há um decréscimo na procura junto das unidades hoteleiras dos Açores, decréscimo esse que está situado entre os 2 e os 3% que são os dados publicados pela S.R.E.A..

Isto, Sr. Secretário, não pode deixar de fazer parte da análise desta Câmara!

Além do mais, há reflexos noutras leituras.

O Sr. Secretário refere (e bem!) que a oferta, na Região, embora com algumas oscilações, tem vindo a progredir.

Essa situação de, por um lado, a oferta aumentar e a coincidência de, logo este ano - o primeiro ano em que o Governo dá primeiro a prioridade ao Turismo -, a procura descer, faz com que a taxa de ocupação da hotelaria nos Açores tenha baixado de forma significativa, ficando muito aquém das médias anteriores que já de si são preocupantes.

Como o Sr. Secretário sabe, andamos com uma média de 33/34% de ocupação. Apenas duas ilhas ultrapassam essa média - que é o caso de São Miguel e, um pouco, o caso do Faial. As restantes 6 ilhas, não contando com o Corvo, estão abaixo dessa média regional e neste momento descem.

Há ilhas - que é o caso, por exemplo, da Terceira - que tem que ter algum papel nesse triângulo (não o triângulo de alguns, mas o triângulo de todos, que é São Miguel, Terceira e Faial). Nesse triângulo, por exemplo, só a procura dirigida à hotelaria da Terceira diminuiu 16%, como o Sr. Secretário sabe.

Ora, no período de 8 meses, um pequeno parque hoteleiro, como o da Ilha Terceira, perder 10.000 dormidas em relação ao ano anterior, isto é preocupante, Sr. Secretário!

Não me posso alongar, mas fica o tom e é lamentável que o Governo não se preocupe com isto, porque a gente sabe o que é que o Governo fez; a gente sabe o que é que o Governo gastou; a gente sabe os milhares de contos que estão distribuídos por essa Região fora em subsídios; a gente sabe as touradas, as festas, as procissões pagas pelo Governo! Nós sabemos disso tudo e até nos congratulamos, porque temos acasião de assistir a muitas delas e isso é importante!

Os campos de golfe aí vêm! Optimo! Mas, Sr. Secretário, é preciso que também venham turistas ocupar esses campos de golfe!

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Vão vir!

O Orador: Esperemos! Este ano ainda não vieram! Justifique!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal para pedir esclarecimentos.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostava de, uma vez mais,...

Deputado Rui Melo (PSD): Turismo Juvenil!

O Orador: Sobre o Turismo Juvenil, parece que o Sr. Deputado está devidamente empenhado e documentado e, tanto quanto ouvi ontem, tem uma pasta com tudo o que diz respeito à juventude!...

Deputado Rui Melo (PSD): Uma pasta não: um baú!

O Orador: Perdão!...

Deputado Rui Melo (PSD): Um baú!

O Orador: Um baú! Perdão! É uma questão de terminologia entre os diversos falares da Região Autónoma dos Açores!

Deputado Rui Melo (PSD): É a identificação do Povo!

O Orador: Eu vou então colocar a primeira pergunta ao Sr. Secretário do Turismo.

No Plano para 89 o Subprograma 29.2 referia a "criação de um quadro de desenvolvimento turístico prioritário".

Suponho que na intervenção que o Sr. Secretário fez não se referiu a este aspecto, que suponho que, não só para a própria Secretaria, como também para os empresários deste sector, portanto, todos quantos estão ligados a este sector, seria de extrema importância, sobretudo porque marcava o primeiro ano de actuação de um novo responsável pela Secretaria do Turismo.

Tanto quanto sei, este quadro de desen-

volvimento turístico prioritário - para que haja de facto transparência e se saiba perfeitamente o que é que se espera de cada um e quando é que se espera isso de cada um - não foi definido.

Uma questão de que suponho que o Sr. Secretário não falou, mas que penso que é entendimento de todos, é que o turismo que se espera ver implementado nos Açores - e que alguns dizem que já está de facto implementado é o turismo de qualidade.

Suponho que o Sr. Secretário nem uma vez se referiu a esta expressão. Se se referiu, eu, não só na qualidade de Deputado da Oposição, mas também na qualidade de irmão, peço desculpa.

Mas penso que não constituiu "cavalo de batalha" como em anos anteriores, em que tanto se falava de turismo de qualidade e de quem tem que dar a cara e o corpo e passar, como se diz, pelas amarguras de ter de embalar, por vezes, aquilo que aqui se serve por "turismo de qualidade".

Penso que o Sr. Secretário, pelo facto de não ter utilizado, por diversas vezes, essa expressão tão querida em anos anteriores, de duas uma, ou já se aperceberam das enormes dificuldades que vamos ter que passar até conseguirmos dar uma imagem transparente e convincente do turismo de qualidade, ou então a qualidade de vida dos açorianos vai aumentar mais rapidamente ainda do que os mais optimistas do Governo.

Uma outra questão que gostaria de colocar ao Sr. Secretário tem a ver com a diversificação da oferta e também com a diversificação de mercados.

Esta é uma tecla a que eu não gostaria de chamar de "cassete", porque "cassete", por vezes, tem conotações um bocado pejorativas e até insultuosas, mas há anos que se houve falar em diversificação da oferta, assim como na captação de novos mercados.

Por formação profissional, sei que "dois" constitui plural e basta que hajam dois novos mercados para que se embandeire em arco.

Todavia, eu gostaria de saber, da parte do Sr. Secretário, quais são os novos mercados em que a sua Secretaria aposta, sabendo-se que não constituirá uma decisão apenas da sua Secretaria, mas que tem a ver com outras Secretarias, sobretudo com transportes.

Muitas vezes, projectos que passam pela captação de novos mercados têm esbarrado com essa dificuldade enorme, quer de se conseguir transporte rápido, eficaz, confortável e, mesmo para um turismo de qualidade, a

preços que sejam de facto interessantes para quem está interessado em cá vir.

Uma última questão, que tem a ver com um aspecto a que uma vez já aqui me referi, embora muito ao de leve: tem a ver com a mentalidade e com a formação profissional.

Eu gostaria de saber, da parte do Sr. Secretário, o seguinte (para não lhe lembrar, porque ele certamente também tem a sua intervenção feita em Dezembro passado; houve de facto um enumerar de muitas questões e eu, nessa altura, referi que o discurso era longo):

Num sector tão importante como o Turismo - porque lida com pessoas (há sectores onde se formam profissionalmente as pessoas, mas não para lidar com pessoas) -, a formação profissional e a mentalidade são extremamente importantes - mas mais a formação profissional.

Concretamente, o Sr. Secretário pensa avançar mais rapidamente do que avançou neste ano de 89 ou não? E em que sectores?

E, que a experiência, até à data, eu não direi que é de uma desilusão total, mas há aspectos que merecem ser repensados. Há exemplos concretos de dinheiro do contribuinte que eu não direi que foi mal baratado, mas que não produziu nesta Região e nesta ilha os efeitos que seria legítimo esperar. E eu não gostaria de particularizar nenhum desses aspectos, mas, se necessário for, a isso chegarei!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos também para pedir esclarecimentos.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era uma questão simples e rápida.

Reconhecendo-se que a Região surge como destino turístico e ainda não está devidamente divulgada no exterior, perguntaria se há alguma intenção da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente em incentivar a realização de acções culturais ou recreativas que tenham em vista a divulgação da própria Região no exterior.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente, se quiser responder.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente, vou responder a algumas das questões que aqui foram feitas.

Relativamente à questão que o Sr. Depu-

tado Victor Ramos acaba de referir, têm estado à prova várias acções, quer de natureza cultural, quer de natureza recreativa, que têm sido apoiadas pela Secretaria. São inúmeras! Não vale a pena estar aqui a perder tempo a dizer quais foram elas, porque foi um conjunto delas.

Vamos continuar a apoiar essas acções, para além de estarmos a diligenciar no sentido da realização, aqui na Região Autónoma dos Açores, de congressos de interesse para o desenvolvimento do turismo - mas isso, na segunda parte, teremos depois oportunidade de explicar um pouco melhor.

Deputado António Oliveira Rodrigues (PS): Gostei muito de ouvir ontem o Sr. Deputado Galarza! Muito obrigado!

O Orador: Quanto à questão referida pelo Sr. Deputado Renato Leal, aceito as suas desculpas, porquanto eu referi (e posso-lhe dizer):

"Neste final de 89 e perante o quadro de referência que acabo de referir, posso seguramente afirmar que acredito essencialmente na possibilidade do destino Açores evoluir para a qualidade".

Enfim, isto foi de facto uma conclusão que tirei. Não é preciso estar sempre a falar no turismo de qualidade, porquanto (é evidente) a aposta foi no turismo de qualidade.

Quanto à questão que põe relativamente à formação profissional - se vai ser mais rápida do que este ano -, devo dizer o seguinte:

Aquando da intervenção do Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos disse que se iria dar início este ano à elaboração do projecto, com vista à construção de um bloco técnico dedicado exclusivamente ao sector da hotelaria, tendo em vista aumentar o número de formandos por ano.

Para além disso, eu queria referir que, durante o corrente ano, para além das acções feitas no Centro de Formação Profissional dos Açores, foram feitas acções noutras ilhas, nomeadamente na Ilha do Pico, e vão ser feitas outras no próximo ano na Ilha de S. Jorge e em outras ilhas.

Foi igualmente apoiado a formação nas empresas. Foram concedidos apoios às empresas que os solicitaram para fazerem formação nas mesmas.

Relativamente à questão da diversificação dos mercados, evidentemente que há uma aposta na diversificação dos mercados - o que é natural - e alguns mercados, como o mercado Alemão, o mercado Nórdico, o mercado Espanhol, o mercado Suíço, são mercados que têm grande interesse para nós.

Respondendo à questão do Sr. Deputado Oliveira Rodrigues, quero referir que (e eu tive oportunidade de referir isto na minha intervenção) estão já em curso os trabalhos conducentes ao lançamento, no próximo ano, do concurso para a elaboração de um Plano Regional de Turismo.

Existem, entretanto, alguns estudos feitos, por empresas da especialidade, que servirão de consulta e de forma de planeamento das acções que têm vindo a ser feitas até agora.

Não estamos às escuras! Isto é perfeitamente transparente! O que há é a necessidade de actualizar esses estudos e por isso mesmo vai ser lançado no próximo ano o concurso com vista à elaboração do Plano Regional de Turismo.

Queria também dizer, Sr. Deputado, que os incentivos financeiros para a iniciativa privada, previstos no projecto, **vão ser ultrapassados**, felizmente! A iniciativa privada deu resposta para além daquilo que estava previsto e vai continuar a dar, **porque há intenções manifestadas!** E, terei oportunidade depois também - com números - de lhe mostrar isso.

Deputado António Oliveira Rodrigues (PS): Eu tenho o relatório de execução!

O Orador: Quanto à questão que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro põe relativamente às taxas de ocupação, eu queria primeiro dizer, Sr. Deputado, que as taxas que refere são baixas - 33/34% -, mas são taxas de ocupação/cama, não são taxas de ocupação/quarto. Portanto, se for taxas de ocupação/quarto, isso quase que duplica - as taxas não assim tão alarmantes como isso.

É evidente, contudo (e o Sr. Deputado referiu - e é verdade), que o número de camas tem vindo a aumentar. A verdade é que o Turismo não é um fenómeno de ajustamento temporal imediato e, portanto, o facto de se aumentar este ano o número de camas não quer dizer que a procura corresponda logo! Por conseguinte, é um factor que será ajustado ao longo do tempo.

Relativamente à questão do decréscimo da procura, devo dizer, Sr. Deputado, que não houve um decréscimo da procura dos Açores - antes pelo contrário: houve um aumento da procura. O que se verificou - isso sim - foi um decréscimo no número de dormidas - como o Sr. Deputado referiu -, que anda à volta de 1,8%, o que não quer dizer que a situação seja alarmante, porquanto o número de hóspedes aumentou (é verdade).

Passou-se contudo a um fenómeno que

vai ser analisado e que terá a ver com certa também com os circuitos turísticos que são elaborados pelos diferentes operadores e que poderão ter sido alterados, dando-se preferência a um menor número de dias, por razões que com tempo se poderá analisar e verificar.

Muito obrigado.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

É apenas para avivar a memória do Sr. Secretário em relação a uma pergunta que foi feita.

Admito que seja a sua preocupação com o tempo, mas a pergunta é capaz de ter algum interesse para o esclarecimento desta Assembleia: relaciona-se com o problema da orgânica.

Recordava ao Sr. Secretário que, em entrevista na televisão, atribuiu o atraso da aprovação da orgânica da sua Secretaria ao Sr. Secretário da Administração Interna.

Gostaríamos de saber - para percebermos qual é o problema, porque temos todo o direito e todo o interesse em perceber - qual é o problema com que se defronta o Governo Regional em não conseguir fazer orgânicas de Secretarias, sobretudo de Secretarias novas e na divisão de novos poderes.

Interessa-nos perceber como é que se passa esse "jogo" e interessa ao Povo dos Açores percebê-lo.

É por isso que eu tomo a liberdade de insistir na questão - porque é importante.

Nós vemos pessoas desaproveitadas em Secretarias; chegamos à conclusão que há verbas que também são desaproveitadas; suspeitamos, com algum fundamento, que seja por isso e, portanto, precisamos perceber por que é que isso aconteceu.

Já discutimos um Programa de Governo; discutimos a Estrutura Orgânica do Governo, há um ano; discutimos, a seguir, um Plano de Médio Prazo; discutimos um Plano para 89 e estamos a discutir um Plano para 90. Tudo isso leva a que essas definições devam estar feitas, para que - repetindo um ilustre autonomista - nós saibamos em que "galho" é que estão os "macacos"!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr.

Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Relativamente ao Sr. Secretário, devo dizer que ele tem uma filosofia totalmente oposta à minha: eu preocupo-me é com a "cama"; ele preocupa-se é com o "quarto"!

(Risos do PS)

De qualquer forma, Sr. Secretário, lembro que o que é comum é a taxa de ocupação/cama e é essa que tem que funcionar. O Sr. Secretário sabe que o próprio Governo Regional apresenta as suas estatísticas é na base da taxa de ocupação/cama.

Quanto ao decréscimo ser 1,6 ou 2,6 é capaz de eu é que ter razão. Seja como for, até Dezembro, pode ser que haja algum congresso e que o Governo viaje mais e que aumente a ocupação. Sabe perfeitamente que a ocupação da hotelaria dos Açores depende mais do Governo e da Assembleia do que propriamente do turismo - e nisto acho que estamos todos de acordo.

Agora, o fundamental é a questão estrutural; é que nos Açores assistia-se - eu diria quase - a uma evolução natural, digamos, progressivamente, em que a sua Secretaria e o Sr. Secretário não precisavam de olhar para as estatísticas porque sabiam que todos os meses crescia a procura junto da hotelaria (porque partia duma base tão baixa).

Neste momento, depois desse esforço todo, depois do "Governo de Combate", a hotelaria baixa a sua ocupação e baixa sobretudo a procura, medida pelo critério que disse.

Isto é que é grave e isto é que deve-nos pôr a pensar, porque, realmente, ou as acções do Governo não estão a ser feitas nos sítios certos, ou alguma coisa está mal. É preciso reflectir, Sr. Secretário!

Quanto à média regional, não é alarmante, mas eu tive a preocupação de chamar a atenção (e é bom que se vejam os quadros informativos com incidência espacial de que infelizmente a nossa Região tem várias nuances e há zonas da Região - como eu disse - em que a queda é brutal.

Sr. Secretário, descer 16% das vendas nas unidades hoteleiras duma ilha, é grave! Podemos, por alto, estimar numa perda de cerca de 30 mil contos, em média, na hotelaria da Ilha Terceira.

Ora, isso tem que se reflectir. Temos que chegar à conclusão de que há uma crise no sector.

Todos sabemos que a iniciativa privada, na área do Turismo (até porque é a mais fácil), está respondendo a esse desafio (até porque não há muito por onde ir). Optimo! Agora, é preciso é ter cuidado: é que, também, se a iniciativa privada, mais uma vez, aceita o desafio do Governo e, por obra e graça do Espírito Santo, as coisas acabam por não funcionar ... Eu não estou a dizer que é por culpa do Governo! Eu também não digo - pelo facto de não haver atum nos Açores - que a culpa é do Secretário Adolfo Lima! Agora, como ele todos os anos chamava a si o mérito da vinda do atum para os Açores, claro que quando ele não vem os pescadores pensam que a culpa é dele!

(Risos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente, se quiser responder.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo ao Sr. Deputado Dionísio Sousa, gostaria de referir que **nunca disse** que o atraso da publicação da aprovação da Lei Orgânica da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente era por culpa do Sr. Secretário Regional da Administração Interna!

O atraso que se está a verificar é porque foi entregue a lei orgânica e, em função do novo Estatuto da Função Pública, logicamente não fazia sentido estar a aprovar uma lei orgânica para dois ou três meses e depois vir alterá-la de novo!

Portanto, aguardou-se que fosse publicado o novo Estatuto da Função Pública e ela agora vai ser ajustada de acordo com esse novo Estatuto! Está ciente, Sr. Deputado?!

Quanto ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, quero-lhe só dizer que quando referi as taxas de ocupação foi porque o Sr. Deputado referiu que eram muito baixas e apontou o número 33%. É verdade! As taxas que são utilizadas a nível regional e a nível nacional

são as taxas de ocupação/cama! Todavia, quando é dito o número - "apenas 33%" -, quem não está dentro do assunto fica com a nítida sensação de que isso são taxas de ocupação/quarto.

Portanto, apenas quero referir isto para esclarecimento, não do Sr. Deputado, porque sei que o Sr. Deputado anda sempre bem informado nesta matéria, mas da Câmara.

Queria contudo referir (e para terminar) que, apesar do número das dormidas ter diminuído 1,8 até Agosto, o aumento das receitas foi considerado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, suponho que não há mais pedidos de esclarecimento, de forma que vamos dar continuidade ao nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, ao analisarmos o Planeamento Regional para o próximo ano, entendo ser meu dever fazer algumas considerações sobre algo do que podia e devia ser planeado para a Ilha das Flores; do que já o foi e embora não executado, volta a não o ser; do que ainda não foi e continua a não ser; e, do que embora planeado e orçamentado, continua a sê-lo para 1990, porque não executado.

Consideramos que a economia da Ilha das Flores assenta em grande parte na agro-pecuária e nas actividades industriais e comerciais que daí resultam, nomeadamente a indústria de lacticínios e a exportação de gado vivo. Já aqui referimos em recentes intervenções, as dificuldades que a lavoura florentina deparou nos últimos tempos com a falta de transporte para o gado vivo; no entanto, esse é apenas um dos muitos problemas que a agricultura das Flores enfrenta e que urge serem resolvidos com rapidez e eficiência. Se antes da adesão à CEE a não resolução dos problemas que se punham à agricultura criavam já inúmeras dificuldades, com a próxima adesão à Comunidade, se não forem rapidamente enfrentados e resolvidos, poderão criar à esmagadora maioria dos agricultores uma situação de miséria e falência das suas explorações.

No Plano de Médio Prazo 85/88 falava-se no "rompimento de caminhos de acesso às explorações agro-pecuárias".

No de 1989/92 repetia-se "caminhos de acesso às explorações" e para 1990 estão orçados 45.000 contos para caminhos de acesso às explorações agrícolas e 14.000 para a rede

viária florestal; no entanto, isso pouco nos diz, porque, em nosso entender, interessa fundamentalmente a extensão dos caminhos que efectivamente vão ser construídos, a fim de contribuirem para o desenvolvimento agro-pecuário, e nos últimos anos esses ritmos de construção têm sido duma lentidão contra a qual é nosso dever protestar com veemência; quanto ao apoio às cooperativas de transformação de leite o Plano prevê a utilização de 102.000 contos nas Flores; no entanto em 14 de Dezembro do ano passado, aqui mesmo, o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas afirmava e cito:

"neste momento, estamos numa fase avançada da resolução desse problema" referindo-se à união das cooperativas, e no entanto, hoje encontramos-nos exactamente na mesma situação que estávamos o ano passado, por muitos motivos, alguns, é certo, imputáveis às próprias organizações da lavoura."

Em nosso entender, seria importante, necessário e urgente a formação duma sociedade com capitais mistos - das cooperativas, privado e do Estado - capaz de levar por diante a construção da fábrica de lacticínios, pô-la a funcionar, gerí-la e comercializar os produtos fabricados; aliás, empresas deste tipo, existem na Europa das Comunidades, pelo que não somos nós a inventá-lo. Só assim consideramos possível levar por diante a construção e funcionamento daquela estrutura, absolutamente indispensável à lavoura da Ilha das Flores.

Quanto às pescas, consideramos que seria prioritário para a Ilha das Flores a beneficiação e melhoramento em todos os portos de pesca, permitindo condições mais eficientes e seguras de operação nos mesmos, o que foi esquecido no Plano para 1990, embora fosse mencionado no Plano de Médio Prazo. Igualmente não são mencionadas as acções de formação profissional para os pescadores florentinos. Não podemos deixar de mais uma vez lembrar aqui da necessidade que os pescadores das Flores têm da construção de mais um entreposto frigorífico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o Plano de 1990 são orçados 15.000 contos para o Lar de Idosos; em 16 de Março do corrente ano o Senhor Secretário Regional da Saúde e Segurança Social afirmava nesta Assembleia "o Lar de Idosos de Santa Cruz das Flores vai avançar" e, até hoje ainda não avançou; esperamos e desejamos que efectivamente avance e não continue apenas a fazer parte do Plano, como é o caso da Casa do Povo de Ponta Delgada que continua pla-

neada, embora já estivesse também no Plano para 1985, em cujo anexo se podia ler "construção do edifício polivalente da Casa do Povo de Ponta Delgada"; diga-se de passagem que desse Plano (1985) também se projectava a "construção do edifício polivalente da Casa do Povo de Santa Cruz", o qual ainda não foi construído, mas já deixou de estar inscrito nos Planos Regionais.

Quanto à cultura, será desta vez que o Convento de São boaventura vai ser restaurado?

Estão orçados 50.000 contos; no entanto, já aguarda restauro há muitos anos; a propósito, valerá a pena recordar que no anexo 1 do Plano para 1982 podia ler-se: Flores "restauro da Igreja de São Boaventura e das instalações baleiras, em Santa Cruz". No Plano de Médio Prazo 1989/92 - Anexo, refere-se também o restauro da Fábrica da Baleia de Santa Cruz das Flores, o qual ainda não está projectado neste Plano. Receamos bem que aquela fábrica se continue a degradar sem que efectivamente seja restaurada, o que será, em nosso entender, de lamentar.

Quanto à saúde, continua-se a não planear a construção e instalação de um centro de saúde na Vila das Lajes;

No Anexo ao Plano de Médio Prazo 1989/92, no Programa 9 - apoio à fixação de pessoal de saúde, previa-se o apoio à fixação de pessoal de saúde através da construção de residências em Santa Cruz das Flores, o que não vem ainda planeado para 1990.

Quanto à educação, esperamos que seja desta vez que a Escola Preparatória de Santa Cruz das Flores seja ampliada, o que já não é sem tempo, na medida em que no Anexo do Plano para 1985 podia ler-se a páginas 26 "ampliação da Escola Preparatória de Santa Cruz das Flores" e na página seguinte, descrevia-se a acção a desenvolver, do seguinte modo: "Ampliação da Escola Preparatória com mais 4 salas de aula e uma arrecadação".

No entanto, também se continua a não planear a construção duma Escola Preparatória no Concelho das Lajes, o que consideramos absolutamente necessário.

No Programa 31 - apoio ao sector energético, pode ler-se "preparação do projecto para reforço de caudal da Central Hidroeléctrica da Ribeira Além Fazenda"; esperemos que o projecto referido seja a construção de barragem ou barragens que permitam fornecer água às turbinas já existentes, de modo a funcionarem em pleno, na medida que é disso que necessita a Ilha das Flores, a qual possui água em abundância, como é do conhecimento

geral, que apenas precisa de ser armazenada, e se o fosse devidamente não necessitaríamos de utilizar combustíveis para a produção de energia eléctrica.

Quanto aos transportes e comunicações não quero deixar de referir da necessidade da construção do resto da estrada da volta da Ilha. Também será de recordar que no anexo ao Plano 1989/92 mencionava-se a construção do parque de máquinas da Ilha das Flores, e que parece ainda não estar projectado para o próximo ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalmente vamo-nos referir ao sector que o Governo Regional elegeu por prioritário - o Turismo, e que em relação às Flores há muito que se lhe diga; esta Ilha tem condições naturais excepcionais para se transformar numa instância turística; neste sector não exageramos ao dizer que ela podia ser a "Ilha do Futuro"; é necessário e é importante promover esta actividade, salvaguardando tanto os interesses da população como o equilíbrio da Ilha, nos campos paisagístico, ecológico, urbanístico, cultural, etc.. Mas há que criar e promover a criação das estruturas, que quase não existem. Nada temos a opor aos apoios ao sector privado, mas queremos aqui lembrar que há anos foi criada a empresa mista Siturflor, em que os principais accionistas do sector privado se têm mostrado pouco empreendedores, e ainda menos capazes de concretizar obra que se veja, e por parte da Região as indefinições são evidentes. Consideramos importante que este empreendimento avance com rapidez e segurança contribuindo para o desenvolvimento turístico das Flores. Ainda ligado ao turismo e ao ambiente queremos chamar a atenção desta Câmara e do Governo Regional para o facto da maravilhosa lagoa conhecida por "Caldeira da Lomba" encontra-se infestada por plantas aquáticas, que de ano para ano crescem e invadem a lagoa, cada vez mais, o que a curto prazo a poderá transformar num pântano, se não for efectuada a sua limpeza. Dado que não descortinamos neste Plano qualquer iniciativa, nesse sentido, alertamos para ele e esperamos que haja o bom senso de salvar a tempo aquela lagoa, a bem do desenvolvimento turístico e da preservação do ambiente.

Abordámos e referimos apenas alguns dos muitos aspectos que consideramos imprescindíveis ao progresso e desenvolvimento da Ilha cujo círculo eleitoral nos elegeu, uma das mais esquecidas e menos desenvolvidas.

Muito há ainda a fazer se se quiser efectivamente procurar desenvolver harmonicamente todas as parcelas da Região, o que, em nosso entender, não aconteceu até ao presente.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu peço a palavra apenas para um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão, o qual eu, aliás, ouço sempre com muito interesse, porque reputo-o como um Deputado honesto, trabalhador e que põe aqui nesta Câmara a verdade dos factos quando fala da sua ilha. Só que há duas coisas que de facto **espantaram** e, aliás, não vou responder a tudo, porque toda a gente sabe (só quem não quer ver!) que, no caso dos caminhos de penetração, a Ilha das Flores é das mais dotadas da Região.

Mas dizer-se numa intervenção "próxima adesão à Comunidade", Sr. Deputado, já se aplicam nos Açores os mecanismos da Comunidade Económica Europeia e portanto não há uma "próxima adesão": nós já somos membros da Comunidade Económica Europeia!

A segunda questão é o Sr. Deputado falar do problema da indústria de transformação de lacticínios nas Flores e vir dizer que está tudo na mesma, e, ainda por cima, falar duma sociedade mista com capitais da produção e capitais do Estado.

A produção nas Flores, ou seja, concretamente, as cooperativas e aquilo que chama hoje a "união" não têm dinheiro - passe a expressão: "não têm dinheiro para fazer cantar um cego!". Portanto, o Governo Regional é que pagou os terrenos, o projecto e o estudo. Vai-se entrar na fase de construção; é o Governo que vai pagar a construção, para entregar por exploração, sem que isso signifique um único encargo à lavoura das Flores da unidade industrial.

Como é que se pode falar numa sociedade mista quando a lavoura ou as suas organizações não têm dinheiro?!

Acho que isto é uma coisa, de facto, aberrante!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só porque não está neste momento presente na Sala o Sr. Secretário Regional do Turismo é que vou prestar um esclarecimento

que se ele aqui estivesse prestaria e, aliás, ele referi-o na sua intervenção, mas percebo que o Sr. Deputado Paulo Valadão estaria porventura num momento menos atento, na medida em que foi referido pelo Sr. Secretário que, no que toca ao investimento da Siturflor citado pelo Sr. Deputado Paulo Valadão na sua intervenção, já está adjudicada a construção do Hotel-Residencial da Siturflor. De modo que não me parece correcta - e não é seguramente correcta - a afirmação, que por ele foi feita, de que, relativamente a essa matéria, o assunto não tinha tido o adequado andamento. A Residencial vai ser construída, na medida em que acaba de ser adjudicada.

Espero que, complementarmente, os demais Srs. Secretários Regionais, nas suas intervenções, prestem esclarecimentos relativamente a outras matérias que o Sr. aqui citou, que aliás, são matérias há muito conhecidas - a sua intervenção não trouxe inovações. Eles, nas suas intervenções, certamente que lhe darão conta do ponto da situação relativamente a muitas das questões que aí referiu - o que eu agora não o faço, por me parecer dever ser o Governo que o deva fazer, embora eu esteja esclarecido relativamente a elas - e esperava também que o Sr. Deputado as acompanhasse um pouco mais de perto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desejava fazer uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas sobre o seguinte:

Em resposta a um requerimento meu, de 3/07, a Secretaria da Agricultura e Pescas comunicou-me, a 4 de Agosto, o seguinte:

- "Foram já adquiridos pela união de cooperativas das Flores os terrenos destinados à implantação da unidade fabril, cujo valor orçou os 2.100 contos", o que infelizmente me leva a dizer, neste lugar, que é menos verdadeiro, porquanto a promessa de compra e venda de alguns vendedores dos referidos terrenos só se realizou na segunda quinzena de Outubro, ficando para se fazer a escritura definitiva durante os próximos 6 meses.

Como explica o Sr. Secretário esta falta de coincidências de datas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, infelizmente, dada a limitação de tempo que tenho, não me posso alongar em considerações que depois iriam impedir a minha participação nos debates deste Plano e Orçamento - como na realidade desejo e daí ter que ser bastante lacónico nas minhas considerações.

Em relação ao problema da adesão à CEE, Sr. Secretário, o Sr. sabe, como eu sei, que as consequências da adesão plena à CEE no capítulo da Agricultura e no capítulo de leite e lacticínios ainda não estão na sua fase final!

O Sr. Secretário sabe perfeitamente que as quotas de leite vão ser estabelecidas; que a Fábrica de Lacticínios da Ilha das Flores e o desenvolvimento dos lacticínios desta Região são uma parte importante de todo o nosso processo e de todas as consequências futuras na transformação e na comercialização dos nossos produtos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Eu não disse nada disso!

O Orador: Da mesma maneira que o Sr. Secretário sabe (e muito bem) relativamente àquilo que há pouco aqui se tratou - das indemnizações compensatórias -, que se efectivamente este Governo Regional não tivesse tido capacidade de conseguir as indemnizações compensatórias para esta Região evidentemente que as consequências para o próprio Governo Regional seriam gravíssimas!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Isto é "preso por ter cão e preso por não ter cão"!

O Orador: O Sr. Secretário da Agricultura e Pescas pode, por exemplo, dizer que foi um trunfo do Governo Regional; foi importante, por exemplo, ter reconhecido que a bacia leiteira de Ponta Delgada era uma zona desfavorecida. Isso é outro problema! Mas também em relação a isso, com o tempo suficiente, poderíamos discutir!

Agora, em relação à nossa Região ser uma Região desfavorecida, em relação a isso estamos conversados e não vou acrescentar mais nada em relação ao assunto.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): O leite é nosso! Não é!

O Orador: Sr. Secretário, não há mérito nenhum deste Governo Regional, não há mérito nenhum do Governo Regional da Madeira, não há mérito nenhum do Governo Português de ter conseguido que efectivamente fossem zonas desfavorecidas: é uma realidade infeliz; é fruto do nosso subdesenvolvimento! Esta é a realidade!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Isso nem resposta tem!

O Orador: Em relação ao problema da fábrica de lacticínios, eu apenas lamento e lamento muito - a fase em que nós estamos: estamos exactamente no mesmo ponto que estávamos o ano passado, quando o Sr. Secretário dizia que o assunto estava a andar!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Isso não é verdade!

O Orador: Não andou coisíssima nenhuma, Sr. Secretário! **Infelizmente não andou coisíssima nenhuma!**

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Por culpa dos florentinos!

O Orador: Na minha própria intervenção afirmi que também havia - e concordo que também há...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Não é "também" é "total"!...

O Orador: ...também há culpas das organizações da lavoura.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): ...Ponha lá "total" para não ser mentira!

O Orador: Também há culpas das organizações da lavoura, mas não só das organizações da lavoura!

E mais: - Este Governo não tem tido tão pouco preocupação - nem teve preocupação - (aliás há pouco o Sr. Deputado Rogério Serpa referia-se à aquisição de terrenos) em relação à própria localização, que também tem muito que se lhe diga!

Em relação ao turismo, Sr. Deputado Renato Moura, e em relação à Siturflor, o Sr. sabe perfeitamente que na sua campanha eleitoral andou, com os seus apoiantes a pôr nas montras de Santa Cruz das Flores maquetes da Siturflor! Nós estamos à espera e desejamos a execução da obra. Infelizmente, é capaz da situação não ser tão clara, tão clara como o Sr. aqui acabou de dizer!

Deputado Renato Moura (PSD): Eu não o disse! Não disse nada!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. deputados:

Eu ouvi com atenção tudo o que o Sr. Deputado Paulo Valadão disse e gostaria de esclarecer e protestar contra aquilo que ele afirma.

Eu julgo que é aos lavradores que compete resolverem os seus próprios problemas e não ao Governo.

Secretário Regional das Finanças e Pla-

neamento (*Gualter Furtado*): Muito bem!

O **Orador**: Eu julgo que é aos lavradores da Ilha das Flores que compete instar junto do Governo para que lhes seja prestado o auxílio necessário, mas é a eles que compete negociar, com quem bem quiserem e entenderem, a sua sobrevivência; é a eles que compete procurar vias de industrialização para resolver os seus próprios problemas.

O que o Sr. veio hoje aqui dizer relativamente à proposta que veio fazer em relação às Flores, ela no Pico encaminha-se e nós é que a tomámos em mão. E se os lavradores tomarem em mão essas e outras medidas, outro "galo cantará"!

As políticas fazem-se; todos aqui defendem, mas os únicos que são capazes de se defender são os agricultores - esses é que têm que se defender! -, porque, no fundo, aquela velha história do meu amigo Damião está sempre presente:

"Quando os elefantes lutam, quem se lixa é o capim" e normalmente o "capim" tem sido o prejudicado das lutas, por vezes, estéreis, inúteis, inconsequentes e vazias que a gente assiste sobre a agricultura quando alguns procuram tirar os dividendos na hora que lhes convém!

Era isto que eu gostava de dizer, Sr. Deputado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós entendemos que ao Estado compete apoiar e incentivar todos os sectores relacionados com a nossa economia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado do Partido Socialista.

A minha resposta em relação à questão que levantou foi dada quando o Sr. Deputado Paulo Valadão levantou aqui a questão da sociedade mista, ou seja, eu respondi que era o Governo que estava a suportar os encargos do estabelecimento da cooperativa nas Flores e não os próprios agricultores, que não têm dinheiro para isso.

Não deixo de concordar consigo que houve um certo desfasamento administrativo nessa matéria, mas a questão essencial é que é de facto o Governo que está a suportar os encar-

gos.

Presidente: Suponho que está esclarecida esta matéria, de forma que tem a palavra agora o Sr. Deputado José Ramos Aguiar.

Deputado José Ramos Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Foi e é considerada área prioritária para o desenvolvimento da Região, o turismo, tendo esta afirmação tradução quer no Programa quer nos Planos Anual e a Médio Prazo do Governo Regional, e senão, vejamos algumas afirmações referidas nos documentos mencionados: "Sector considerado prioritário para o desenvolvimento da Região", "área prioritária de desenvolvimento regional", "O turismo vai dar, neste mandato, um salto qualitativo. Toda a população tem de mobilizar-se para tal, pois a qualidade do acolhimento é fundamental para incentivar o fluxo de visitantes."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pegando um pouco nesta parte final da afirmação proferida gostaria de referir que o Povo dos Açores tem, efectivamente, esta característica, **sabe e esforça-se por acolher bem**, indo este esforço sendo concretizado com a iniciativa privada, de forma a apetrechar-se condignamente, designadamente em termos de equipamentos hoteleiros e não só, embora sendo ainda alguns sectores deficitários, daí que ninguém se possa alhear desta situação, muito menos o Governo Regional, e efectivamente este último não tem descuidado esta realidade, tendo sido o motor do desenvolvimento deste sector que tem muito para dar.

Nesta ordem de ideias apraz-me registar que este Plano para 1990 contenha verbas significativas para o sector turístico e que estas sejam canalizadas para investimentos como: as estruturas físicas, participação em empreendimentos turísticos, animação turística, ordenamento e enriquecimento da oferta turística, etc. etc..

No que diz respeito por exemplo à ilha que me elegeu, pondo-me ao serviço dos Açores, e quando se grita de vários quadrantes que nada se fez e que nada se vislumbra com possibilidade de ser concretizado é salutar ver-se, por exemplo, que uma aspiração, legítima, e de alguns anos, começa agora a ganhar forma.

Refiro-me concretamente a um investimento que está sendo realizado num sítio considerado, quer a nível regional, quer nacional e até internacional, como sendo um pólo de grande atracção turística. Estou a

falar da "Furna do Enxofre" na Caldeira da Ilha Graciosa.

E já um investimento em curso e que prevê o transporte de energia eléctrica até à entrada daquela Furna, mas não podia nem devia ficar-se por aqui e por isso já está a ser desenvolvido o estudo para a electrificação daquele monumento natural e certamente veremos a sua concretização no ano de 1990.

Um outro aspecto que julgo ser de grande importância para o sector turístico na ilha Graciosa e logo para toda a Região, é o lugar do Carapacho, onde estão instaladas as Termas do mesmo nome, que, para além dos benefícios aos indivíduos em termos de saúde, pode e deve também ser aproveitado, no seu conjunto, para um desenvolvimento integral da ilha.

Recordaria aqui, como exemplo, que em 1988 se vislumbrou a possibilidade de se deslocar àquelas instalações algumas dezenas de estrangeiros, o que não aconteceu devido a diversos condicionalismos que começam, efectivamente, a ser encarados como hipóteses de solução.

Como pressuposto para esta minha afirmação tenho em conta o empenhamento demonstrado pelos Secretários Regionais do Turismo e Ambiente e da Saúde e Segurança Social, tendo feito deslocar àquela zona alguns técnicos que se encarregarão de analisar e programar o necessário e possível para aquela área.

Pensamos, no entanto, que o desenvolvimento turístico não se faz só com os sectores abrangidos ou que estão a cargo da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, mas antes, pelo envolvimento de todos, ou grande parte, dos sectores abrangidos pelos diversos departamentos do Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo, por exemplo, que a área dos transportes tem um papel de relevante importância para o desenvolvimento turístico e ninguém pode afirmar que nesta área estamos como alguns anos atrás, pois já nenhuma pessoa fica à espera durante vinte, trinta ou mais dias para sair de uma ilha, qualquer que ela seja, o que acontecia com alguma frequência e não há muitos anos atrás, pois eu próprio senti isso na carne.

Contudo é sempre necessário aperfeiçoar-se esta área, porque com as exigências dos nossos dias e para quem quer deslocar-se inter-ilhas e deliciar-se com as belezas naturais de cada uma delas, ou com o património construído, ou ainda para quem tem de deslocar-

-se em serviço ou por motivo de doença não é elegante exigir-se que essas pessoas tenham de cingir-se a determinadas regras de jogo que obriguem esses indivíduos a ficar em alguns sítios mais tempo do que o desejado ou a terem de passar por locais que, à partida, não estariam nos seus horizontes.

A título de exemplo refiro que qualquer pessoa que pretenda visitar a Ilha Graciosa só o poderá fazer entre segunda e sexta-feira, pois o sábado e o domingo são dias em que aquela ilha não tem nenhuma ligação com o exterior. E, se de entre os dias possíveis, essa pessoa se encontrar na Terceira terá sempre que passar primeiro por outra ilha (à excepção de segunda-feira que é directo), trazendo esta situação inconvenientes de várias ordens que me dispense de inumerar.

Para minimizar esta situação e concretamente em relação àquela ilha, em meu entender, seria necessário efectuar-se pelo menos um voo ao fim-de-semana durante todo o ano, e se possível, rever-se os itinerários em relação aos dias úteis da semana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar, tendo em conta todos os aspectos positivos que contém o Plano para 1990, nomeadamente aqueles que aqui mencionei e outros já referidos por companheiros da minha bancada e contando ainda com o empenhamento que o Governo demonstra para realizar o que nestes documentos se contém, não podemos deixar de dar o nosso voto favorável ao Plano e Orçamento para o ano que se avizinha.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado José Aguiar e gostaria de lhe colocar uma questão - com a qual no seu aspecto da generalidade até estou de acordo - quanto ao desenvolvimento turístico da ilha e à necessidade de se apetrechar devidamente as principais localidades e infraestruturas que a ilha detém para esse efeito e nomeadamente a questão do Carapacho.

É uma questão que já foi aqui diversas vezes afluída e uma vez mais deparamos com essa carência e com uma verba de 5 mil contos para a beneficiação das Termas do

Carapacho.

E a pergunta que eu lhe coloco é se entende que uma verba desta natureza é minimamente suficiente para que se possa fazer o aproveitamento desejável e necessário daquela infraestrutura - que, no meu entender, deverá ter de ser aproveitada em colaboração, nomeadamente, com a Secretaria, não só do Turismo, mas também da Saúde e Segurança Social -, ou seja, se 5 mil contos é algo que se vislumbra para um futuro próximo do real aproveitamento que se necessita daquela infraestrutura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Ramos Aguiar, se quiser responder.

Deputado José Ramos Aguiar (PSD):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente, a pergunta do Sr. Deputado Carlos Mendonça tem alguma pertinência. No entanto, julgo que a verba de 5 mil contos, que aparece aí no Plano para 1990, cinge-se à parte das Termas em si e é da responsabilidade da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social.

E, se me fiz entender durante a minha intervenção, julgo que aquela área necessita do envolvimento de ambas as Secretarias - aliás, parece que estamos de acordo neste ponto.

Por isso, julgo que estes 5 mil contos, sendo da responsabilidade da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, embora possam não ser os suficientes, são os possíveis para recuperar, digamos assim, as instâncias termais do Carapacho.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria, tem então a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O apoio de uma boa administração é fundamental para qualquer organização, qualquer região, qualquer país.

O que se espera de uma boa administração?

- Que ajude a preparar as decisões do Governo;
- Que assegure a execução das orientações que lhe forem definidas;
- Que esteja próxima daqueles que serve que são, afinal, a sua razão de ser;
- Que exerça a sua actividade no estrito respeito por princípios éticos inalienáveis.

E altura de prestarmos homenagem à grande maioria dos funcionários que constituem

a Administração Regional.

Temos nos Açores funcionários exemplarmente dedicados.

Temos consciência de que neste processo de desenvolvimento, a nossa Administração tem tido um papel fulcral - está indelevelmente ligada a todos os êxitos que temos obtido no processo de transformação dos Açores. Com a nossa administração temos contado. Com ela vamos continuar a contar. A ela, vamos continuar a dedicar a nossa atenção.'

Prosseguiremos a nossa acção tendo em atenção, entre outros, os seguintes objectivos gerais:

- 1 - Tornar mais leve a Administração Regional;
- 2 - Reforçar o apoio à Formação Profissional;
- 3 - Regionalizar os Quadros de Pessoal;
- 4 - Articular melhor a Administração Regional e a Administração Local.

Quanto ao primeiro objectivo - tornar mais leve (mais racional) a Administração Regional - gostaria de dizer que isto não tem nada a ver com o número de funcionários - tal número nem sequer é elevado quando comparado com os números do nosso País e está bastante abaixo dos números apresentados pelos países que compõem a Comunidade Económica Europeia.

Aproveito, pois, para denunciar aqueles que, afinal, são oportunistas detractores do nosso sistema de Governo próprio que ignorante ou maldosamente propalam o peso da nossa Administração, associando-o à ideia vaga de que temos um elevado número de funcionários.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Muito bem!

O Orador: Fosse qual fosse o sistema de Governo dos Açores, estes funcionários existiriam.

Aliás, 70% estão, desde logo, nas áreas da Educação e da Saúde.

Tivessemos governos civis e aqueles funcionários existiriam.

Tivessemos juntas gerais e eles existiriam.

Tivessemos governadores gerais e ainda eles existiriam...

O que não teríamos, era o nosso estatuto de povo adulto, com órgãos de Governo próprio - nem apresentaríamos, disso estou certo, os claros índices de evolução que apresentamos em todos os sectores da nossa vida colectiva.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas dizia que temos de contri-

buir para tornar a nossa Administração mais leve, mais racional.

- Queremos melhores circuitos

- Queremos melhores meios

Quanto a melhores circuitos - até 1976 a Administração nos Açores foi tratada à imagem e semelhança da do Continente (território contínuo).

Encetámos, então, a caminhada no sentido de a adequar, cada vez melhor, à nossa especificidade.

Temos vindo dos distritos autónomos, no sentido de cada ilha, da nossa Região.

Quanto aos melhores meios - refiro-me ao reforço da utilização de meios informáticos e à montagem de uma rede de comunicações eficaz que interligue toda a nossa Administração.

Como segundo objectivo genérico a atingir realçaria que queremos investir, mais ainda, na formação profissional dos nossos funcionários.

Os números traduzem bem o esforço que temos desenvolvido.

Queremos, assim, contrabalançar o isolamento que as ilhas naturalmente tendem a gerar, bem como ter em devida conta que também em termos do que exigimos à nossa Administração, somos na prática um pequeno país.

Em terceiro lugar, estamos, em simultâneo, a racionalizar os nossos quadros.

Aproveitando a verdadeira revolução em curso quanto ao Estatuto da Função Pública, em que participámos, estamos a rever todos os quadros de pessoal, a adequá-los cada vez melhor à realidade.

Estamos no caminho certo. A nossa Administração será cada vez mais eficaz, vai contar com funcionários mais preparados - vai conseguir enfrentar os desafios que também a ela se põem.

Como quarto objectivo genérico distinguiria o de melhor articular a Administração Regional e a Administração Local.

Sem preconceitos. Sem complexos.

Ninguém se sobrepondo a ninguém.

Com respeito mútuo, vamos harmonizar mais intervenções, incentivar novas acções conjuntas em áreas de grande impacto sócio-económico, explorar novas oportunidades de investir melhor e mais depressa. Vamos conseguir uma maior racionalização na utilização dos recursos públicos, o que terá como consequência directa a aceleração do crescimento a menores custos - sempre numa base de transparência e de equidade.

O que queremos e o que faremos é apro-

ximar mais o Governo, as autarquias e a população.

A este respeito gostaria de referir que o aumento da importância relativa da cooperação tem sido espectacular. Não se trata de uma bem intencionada afirmação - está baseada em dados concretos que divulgarei.

Na verdade, ao abrigo do programa de cooperação financeira, com as autarquias, aplicámos em 1989 praticamente um milhão de contos, que somados aos meios próprios das autarquias e aos provenientes da Comunidade Económica Europeia (que está a participar mais de 50 projectos das autarquias), potenciou uma imensa actividade em prol da melhoria da qualidade de vida dos Açorianos - dá-se, também desta forma, conteúdo a um dos grandes princípios que norteiam a acção deste Governo, o de que o nosso desenvolvimento não se mede apenas em termos económicos - e como é importante, também neste aspecto, a acção das autarquias.

E, aliás, naquele âmbito que se integra a proposta de diploma, já entregue pelo Governo a este Parlamento, elaborada com base na boa experiência adquirida, com que se visa aprofundar e alargar as áreas de relacionamento institucional entre as autarquias e a Região.

Tendo como ponto de partida este diploma, a que atribuímos grande importância, gostaria de tecer algumas considerações àcerca da oposição que temos.

Vem isto a propósito de um recente comunicado divulgado pelo "Governo Sombra" (entre aspas) do "Partido Socialista" (também entre aspas). Tal comunicado tem a virtude de publicamente denunciar que (apesar do habitual tom pomposo e arrogante com que foi anunciado) só ao fim de um ano - um ano - se conseguiu reunir o dito órgão.

Como tem a virtude de explicitar que, ainda **antes da sua primeira reunião**, o dito órgão foi remodelado - houve saídas e houve entradas.

(Risos do PSD)

Deputado Martins Goulart (PS): E falso! Houve entradas!

O Orador: Houve saídas, Sr. Deputado!

Deputado Martins Goulart (PS): Não houve nenhuma saída!

O Orador: Veja a lista! Já não se lembra!

Deputado Martins Goulart (PS): Não houve nenhuma saída: houve entradas! E falso!

O Orador: Até se compreende. E o fruto das ilógicas colaborações dos ditos "independentes" (ainda entre aspas), da necessidade

de estabelecer pontes entre a estratégia continental de alianças com o Partido Comunista (em tão alta cotação na sequência dos acontecimentos que todos acompanhamos no Leste Europeu), e a estratégia frentista (direitista, independentista e outras coisas terminadas em istas) do Partido Socialista nos Açores.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

Deputado Martins Goulart (PS): Coitado! Falou o Sr. Presidente do Governo Regional em exercício!

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Dionísio Sousa)

O Orador: Ainda não acabou, Sr. Deputado! Deixe-me acabar! Não fique nervoso!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Estou regadíssimo!

Deputado Martins Goulart (PS): Continue por aí fora, que vai muito bem!

O Orador: Vai daí, nada melhor se encontrou do que agora com um dos representantes da Intersindical no Conselho Regional de Concertação Social, ao dito "Gabinete Sombra" (sempre entre aspas) e está a ponte feita.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Continua o comício do PSD!

(Risos do PS)

O Orador: Já tem dado bons resultados, Srs. Deputados!

Está encontrada a solução de compromisso entre a estratégia socialista continental e a estratégia socialista insular (se é que existe) e ao fim do ano de gestação do referido "Gabinete Sombra" (sempre entre aspas), o que se diz nas seis folhinhas que constituem o comunicado final, fruto de um dia (ou melhor de um ano...) de trabalho?

Nada de novo. ...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Agora estamos no Plano de 90!

O Orador: ...E o que poderia valer alguma coisa, já nós dissemos antes, ...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Já estamos no comício outra vez!

(Risos do PS)

O Orador: ...de forma mais ampla e mais fundamentada.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Voltamos ao Plano de 90!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me acabar!

Deputado Martins Goulart (PS): Acabar o quê?! O que é que está a dizer! E só disparates!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não vale

a pena! Em comício não vale a pena!

Deputado Martins Goulart (PS): E só disparates!

O Orador: Sr. Presidente, necessitava da sua ajuda.

Presidente: Os Srs. Deputados vão usar do seu direito de apartes com mais moderação para o Sr. Secretário poder falar.

Deputado Martins Goulart (PS): E o Sr. orador use verdade naquilo que diz!

O Orador: Cada dia que passa, se confirma que esta oposição não é alternativa a nada.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Orçamento de 90!

(Risos do PS)

O Orador: É o partido da amargura comprova que ser oposição também desgasta e de que maneira.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Anexo do Plano 90!

(Risos do PS)

O Orador: Tal situação, não nos causa, aliás, qualquer admiração.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Relatório de Execução de 89!

O Orador: Senão vejamos. Um partido agrega um grupo de pessoas em defesa de princípios e de ideias comuns.

O Partido Socialista agrega muito poucos, sem propostas, sem criatividade, sem ideias.

O facto de serem poucos explica que sejam os mesmos em tudo.

Deputado Duarte Pires (PS): Alguns saíram!

O Orador: No dito Gabinete Sombra, aqui na Assembleia Regional, nas autarquias locais, os mesmos também que agora são candidatos às próximas autárquicas (em vários casos, a mais do que um órgão autárquico simultaneamente) - com "reforço" (de novo e sempre entre aspas) dos que nós não quisemos e das personalidades mais conservadores da nossa comunidade, como acontece, entre outros casos, nos concelhos das estranhas mas clarificadoras coligações.

Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Comício do PPD!

Deputado Martins Goulart (PS): Vão perder!

O Orador: E, pois, legítima a conclusão de que a oposição não tem gente. Nestas condições, como pode este partido ser alternativa ao que quer que seja? E propostas? E ideias têm?

Não - não têm.

Deputado Martins Goulart (PS): As suas

ideias!

O Orador: No pouco que poderia ser bom, já vimos que vêm a reboque.

Exemplos?

A dificuldade está em seleccioná-los tantos eles são. Srs. Deputados, refiramos alguns:

Diz o referido comunicado do Partido Socialista - "E preciso rever as formas de cooperação entre a Administração Regional e as autarquias".

Comentário:

O Governo, depois de um participado e profundo trabalho de seis meses,...

Deputado Dionísio Sousa (PS): De 9 meses!

O Orador: ...aprovou, sobre esta matéria, uma proposta de Decreto Legislativo Regional que já submeteu a esta Assembleia.

Deputado Dionísio Sousa (PS): De 9 meses!

Deputado Martins Goulart (PS): De 9 meses!

O Orador: O Partido Socialista está assim atrasado, pelo menos, alguns meses. **Atrasado e mal informado.**

Deputado Martins Goulart (PS): Na véspera de eleições!

O Orador: Outro exemplo:

O Leader do Partido Socialista anunciou em cimeira de parlamentares do seu partido, no Funchal, que era preciso definir critérios balizadores do relacionamento financeiros entre o Orçamento do Estado e o Orçamento da Região.

Deputado Dionísio Sousa (PS): A Madeira já conseguiu!

O Orador: Também neste caso andámos - e bem - à frente.

Deputado Dionísio Sousa (PS): A frente da Madeira! A frente do João Jardim!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O Sr. Deputado não diga tolices!

O Orador: Também neste caso se repete o que outros já tinham estudado e dito e com o atraso de alguns meses.

Ainda outro exemplo: O que dizer das declarações do Deputado Europeu do Partido Socialista de que a Região não tem capacidade para utilizar as participações que nos chegam da CEE e para as quais trabalhámos.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Isso é Orçamento de 90, infelizmente!

O Orador: Estarão as informações do Sr. Deputado quanto à capacidade de realização dos açorianos atrasadas alguns anos?

Já são anos, não são meses - parece mais grave...

Contando com o sentido de humor da oposição, diria que estamos perante uma situação

a justificar a intervenção da protecção civil. *(Risos do PSD e do Governo)*

Falemos, então, de protecção civil.

Deputado Martins Goulart (PS): Tenha vergonha no que diz!

O Orador: Na sequência da aprovação do Plano Regional de Protecção Civil, continuaremos a promover a elaboração dos vários Planos Sectoriais, bem como a dos Planos de Actuação das Comissões Locais.

Prosseguiremos os trabalhos que vimos desenvolvendo, em conjunto com o departamento competente da Universidade dos Açores, o Departamento de Geociências.

Tem decorrido, em bom ritmo, a execução do Plano de Aquisição de Equipamentos e Construção de Instalações para as Associações de Bombeiros Voluntários, preciosos colaboradores da estrutura regional de Protecção Civil.

No último Conselho do Governo, foi aprovada a proposta de adjudicação de viaturas a várias Associações de Bombeiros, num valor de 160.000 contos. Todo o processo decorreu, como vem sendo habitual, com intensa e interessada participação de todos os intervenientes, em conjunto com a Inspeção Regional de Bombeiros dos Açores.

A hora é de confiança. Da confiança que temos sabido gerar os Açores transformam-se.

Os nossos objectivos vão sendo atingidos - estamos a mudar a nossa terra.

Temos o privilégio de viver esta nova era da vida dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim da nossa hora regimental.

Recomeçaremos os nossos trabalhos pelas 15,00 horas com a continuação deste debate, para o qual já existem várias inscrições de Srs. Deputados.

Peço aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Deputado Paulo Valadão que façamos uma reunião no meu gabinete, pelas 14,50 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para o reinício dos nossos trabalhos.

(Eram 15,00 horas)

Conforme tínhamos combinado, vou dar a palavra agora aos Srs. Deputados que se

inscreveram para pedirem esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

O primeiro Deputado que se inscreveu foi o Deputado Victor Ramos, de forma que tem a palavra.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para me reportar à intervenção feita nesta Câmara pelo Sr. Secretário Regional da Administração Interna e em relação à sua primeira parte, queria tão só referir que entra em contradição em relação ao que exprimi aqui na sua intervenção o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, ao dizer que o peso da Administração é pequeno, quando foi o Sr. Secretário das Finanças a dizer que efectivamente a Administração tem um peso bastante significativo. Esta é a contradição.

Em segundo lugar - e ao se referir ao "Gabinete Sombra" nunca o Partido Socialista referiu a existência de qualquer "Gabinete Sombra", - mas sim do Gabinete de Estudos - e que não funcionou mais cedo pelas razões que aqui já foram expostas, várias vezes, por camaradas meus.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Ontem, na intervenção apresentada na tribuna, no Período de Antes da Ordem do Dia e na ausência do Sr. Secretário da Administração Interna, eu proclamei que não valia a pena o PSD perder tempo em "bater em ferro frio"...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Pois não! Mesmo não vale!

O Orador: ...e que devia procurar resolver os seus problemas internos antes de tentar atingir os outros com "pedradas".

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Isso é uma anedota, Sr. Deputado!

O Orador: Em primeiro lugar, vou referir o problema da coerência. Neste caso, tratei da incoerência do PSD!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Eu vou-lhe mostrar o jornal da semana!

O Orador: Vou-lhe demonstrar claramente, com vários casos.

1º - Faço uma pergunta ao Sr. Secretário Regional sobre o comportamento político do Dr. Mota Amaral, que continua a estar ausente desta Sala, fugindo naturalmente ao debate!

(Vozes de protesto do PSD e do Governo)

Mas faço a pergunta porque vou dar a resposta!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Coitado!

O Orador: Eu próprio darei a resposta!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Coitado!

O Orador: - Que candidato é que o Sr. Dr. Mota Amaral apoiou para as eleições presidenciais de 1985?

A resposta é: Professor Diogo Freitas do Amaral.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Qual é o problema?!

O Orador: Qual é o partido a que ele preside?

Resposta: é o CDS.

- Nova pergunta: - E o CDS um partido democrático?

Resposta: Julgo que sim,...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): E a "UDA"?!

O Orador: ...senão, penso que o Dr. Mota Amaral não apoiaria o futuro Presidente do CDS. Portanto, devolvo à procedência a asneira que quis transmitir a esta Sala há poucos minutos!

Deputado António Oliveira Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: 2º - Quem é o candidato à Câmara Municipal de Ponta Delgada pelo PSD?

Que eu saiba é o Sr. Dr. Luís Bastos - que esteve inscrito na União dos Estudantes Comunistas;...

(Risos do Deputado do PSD, José Carlos Simas)

Deputado Fernando Fonte (PS): Não te rias, porque é verdade!

O Orador: ...que foi, no III Governo Regional, Director Regional da Administração Escolar; que não foi integrado no elenco governativo - neste que está agora em funções - porque foi vetado pelo PSD da Ilha Terceira; que foi recuperado pelo Dr. Mota Amaral para as funções de seu porteiro particular!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Que horror!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Não diga tolices! O Sr., mundialmente, é o líder das tolices!

O Orador: Portanto, é óbvio que esta situação demonstra a força, a coerência da candidatura do PSD à Câmara de Ponta Delgada!

Mais: - A fraqueza é tão grande que foi preciso o Sr. Dr. Mota Amaral recorrer a um Membro do Governo para reforçar a candidatura à Câmara de Ponta Delgada, colocando-

-o na cabeça de lista da Assembleia Municipal!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Não há machado que corte a raiz ao pensamento!

O Orador: Isto é a prova dada, claríssima, de que a candidatura do PSD à Câmara de Ponta Delgada é a pior de sempre!

(Apartes inaudíveis do PSD)

Vão ter tempo de intervir, porque eu dou para todos vós!

(Risos do PSD)

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

O Orador: 3º caso - Câmara de São Roque do Pico.

Este caso, para mim, ainda é o mais grave.

Depois do PSD, durante longos anos, ter perseguido um cidadão por considerá-lo comunista, agora apresenta-o como candidato à Câmara Municipal de São Roque.

O que é que terá acontecido? - Uma coisa muito simples: o PSD baptizou o Sr. Gaspar Jerónimo de Social Democrata, absolvendo-lhe todos os pecados anteriores!

Estas são algumas das coerências políticas dum PSD que também não tem quadros, senão não precisava de colocar um Membro dum Governo numa autarquia local!

Mas devo falar-vos também duma coisa chamada competência. E, quanto à competência, vou relatar-vos um facto acontecido nesta ilha por parte de uma pessoa, altamente responsável, que ocupa um cargo político na Secretaria Regional do Turismo e Ambiente. Deu-se este fenómeno tão simples como isto:

- Numa visita ao Monte da Guia - que é zona protegida na Ilha do Faial - a Sra. em causa fez uma exclamação perante técnicos da Secretaria e disse: "Eu não sabia que havia uma cultura de milho no Monte da Guia!" E alguém respondeu-lhe: "Desculpe, minha Sra., mas não é milho: são canas!"

E é a gente desta que está entregue o Governo desta Região!

(Risos do PS)

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna, eu acho que tem a visão bastante perturbada, por várias razões.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Não uso óculos, Sr. Deputado!

O Orador: Para corrigir! Os meus estão corrigidos! Talvez precise de óculos!

Secretário Regional da Administração

Interna (Costa Neves): Não preciso nada!

O Orador: De maneira que a sua visão precisa de correcção e o seu Governo está de facto desbaratado - nem sequer está aqui presente para um debate do seu Plano e Orçamento Regional!

O que está a fazer o Dr. Mota Amaral?! Está a fazer campanhas eleitorais?!

Onde estão os outros Secretários Regionais, que aqui deviam estar...

(Neste momento entra na Sala o Sr. Presidente do Governo Regional, Dr. Mota Amaral)

Vozes do PSD: Está aí! Está aí!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Já está aqui, Sr. Deputado!

(Risos da Câmara)

Já cheguei, Sr. Deputado!

O Orador: Chega um bocado tarde, mas ainda há muito para dizer!

O Sr. Secretário Regional da Administração Interna tem um condão muito especial, que nós lhe agradecemos, que é o de ser um barómetro invertido das tendências do Partido Socialista, isto é: quando o Sr. Secretário afirma ou prevê que o Partido Socialista vai descer, ele sobe!

(Risos do PS)

E aconteceu isso há um ano: - em Novembro de 1987, nesta Sala (eu não era Deputado, mas estava ali na zona do público),...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Ah! Não era Deputado!

O Orador: Não era Deputado nessa altura, Sr. Deputado!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Estava emigrado!

O Orador: ...assisti a uma conversa interessantíssima, onde o Sr. Secretário Regional fazia futurologia política e antevia quase o apagamento, a extinção parlamentar do Partido Socialista.

Veja o que aconteceu, Sr. Secretário Regional!

Portanto, eu agradeço-lhe que continue a fazer o discurso do Apocalipse do PS, porque de certeza a tendência vai ser o contrário!

Deputado Ricardo Barros (PS): Muito bem!

O Orador: Mas as coisas são ainda mais interessantes:

- Quem é que é incoerente?

Eu, ao contrário do Sr. Secretário Regional da Administração Interna - em 74 comecei a trabalhar em política na Região...

Secretário Regional da Administração

Interna (Costa Neves): Estive sempre cá!

O Orador: ...e ouvi o discurso do PSD desde essa altura. Não lhe admito que insinue que o Partido Socialista é separatista especialmente quando tem perto de si talvez quem tenha redigido o manifesto da FLA!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

O Orador: Mas digo-lhe mais:...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): O que haverá mais?!

O Orador: Para além de vir do separatismo; depois de ter evoluído para uma autonomia progressiva; depois de ter chegado à autonomia tranquila, eu diria que afinal, Sr. Dr. Mota Amaral (que agora está aqui presente), a autonomia estagnou!...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Não estagnou!

O Orador: ...Estagnou, por causa do seu Governo (e está a prova dada aqui também durante este debate!) - um Governo que não é capaz de defender as suas próprias propostas; um Governo que não apresenta qualquer situação nova; um Governo que diz que está praticamente tudo feito e está tudo bem feito!

E por isso agora nós percebemos por que é que o Governo não faz nada e não trabalha: é porque convenceu-se, narcisicamente, de que é tão bom e de que está tudo tão bem feito que já não tem que trabalhar!

Portanto, é a autonomia da estagnação aquilo que se vive neste momento!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas eu devo dizer mais alguma coisa - e esta é dirigida pessoalmente ao Sr. Secretário da Administração Interna para ele esclarecer e é o único pedido de esclarecimento que lhe faço:

- Se há menos de um mês não estive na Ilha de São Jorge em missão partidária - fez três comícios ou três reuniões de esclarecimento do seu partido - e se me pode informar quem pagou o afretamento da lancha que o foi buscar a São Jorge para tomar o avião na Ilha do Pico: se foi o PSD; se foi o orçamento da sua Secretaria ou se foi do seu bolso.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Silveira (PSD): Está enganado!

O Orador: Nós quando precisamos e queremos dizer as coisas com as letras todas estamos preparados - e estamos muito bem preparados! O Gabinete de Estudos do PS funciona!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco José Silva (PSD): Fracos mexeriqueiros!

O Orador: Estamos tão bem preparados que até, quanto à questão que levantou relativamente ao Deputado do Parlamento Europeu, vou-lhe dar a resposta escrita por ele - que já chegou aqui - de Bruxelas. Portanto, tudo funciona bem! Não é dirigida a si, mas até a resposta à sua pergunta está aqui:

"O PS funciona muito bem, portanto, continue a atacar-nos, Sr. Secretário Regional, que nós funcionaremos ainda cada vez melhor!"

Deputado José Carlos Simas (PSD): O homem é convencido!

O Orador: Agora, eu devo falar-vos também de uma situação que é mais séria - e é mais séria porque isto tem a ver com o futuro dos Açores:

Enquanto o PSD persistir em brincar com a oposição - como se ela não fosse parte integrante do processo democrático - e, em vez de defender as suas propostas, de ter uma postura correcta nesta Câmara em vez de a achincalhar, colocar esta Assembleia sempre em plano secundário, é evidente que a autonomia não só estagna como regride. E eu dou-lhes a prova, Sr. Secretário Regional e Sr. Presidente do Governo Regional:

Nós recebemos hoje, antes da sessão terminar esta manhã, uma corrigenda a umas páginas da Proposta de Orçamento Regional - e felizmente para nós - salta à vista na 3ª página, que corresponde à página 92 do Orçamento corrigida, as duas primeiras verbas orçamentadas, isto é: para o ano de 1990, o orçamento de despesa da Assembleia Regional é aproximadamente de 852 mil contos; para a Presidência do Governo é de 888 mil contos.

Isto quer dizer que até no plano orçamental nós somos insultados, isto é: para que um Gabinete de uma Presidência funcione são precisos 888 mil contos, mas para que o órgão máximo da autonomia, que tem 51 Deputados, que representa todo o Povo dos Açores, que tem que ter delegações em todas as ilhas dos Açores, que tem que funcionar doutra forma para que possa defender os interesses regionais, a dotação é inferior àquela que é pedida pelo Governo para o seu Presidente poder fazer as passeatas, as jantaradas, as campanhas de auto-promoção, manter o fausto das suas instalações, vários palácios,...

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

O Orador: ...porque não é para defender os interesses dos açorianos que se propõem 888 mil contos para o funcionamento de um Gabinete de Apoio a um Presidente do Governo, quando o órgão máximo da autonomia dispõe de uma verba menor!

Portanto, Sr. Secretário da Administração Interna, diga o que disser a seguir, eu não lhe vou responder a nada, porque não interessa!

(Apartes inaudíveis do PSD)

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Coitado!

O Orador: E respondi-lhe a si (digo-lhe agora) porque entendi que, quando veio para a tribuna e passou de um discurso sectorial para um discurso político-partidário, estava a fazer o discurso oficial do PSD. Nessa altura não estava na Sala o Dr. Mota Amaral - se ele estivesse, eu não lhe responderia e portanto entendi que estava a representar o PSD e que estava a assumir as funções de Presidente, em exercício, do Governo Regional. Senão, nem sequer lhe tinha dado resposta!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Você nem humilde é! Que falta de humildade!

O Orador: Mas, porque o fez na ausência do Dr. Mota Amaral, eu tinha que responder com esta resposta.

Agora o Sr. Dr. Mota Amaral está aqui. Só se ele intervir é que eu lhe respondo!

(Risos do PSD e do Governo)

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, eu prescindindo da palavra. Não tenho mais nada para dizer.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Eu tenho mais algumas coisas!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Administração Interna (título que usa com muito orgulho - orgulho excessivo!):

Eu não vou falar da costela eleiçoeira e comicieira do Sr. Secretário da Administração Interna porque acho que ele ao fazê-lo nesta Assembleia teve um procedimento que só nos piores momentos do Sr. Presidente do Governo Regional é que também acontece-

ram!

Realmente, o Sr. Secretário da Administração Interna tem este triste mérito, que é imitar o pior das pessoas que o antecederam e nem sequer conseguir igualar-se ou aproximar-se ou - usando a expressão popular - chegar aos calcanhares das pessoas que o antecederam na então Administração Pública!

Efectivamente, na sua intervenção só há que salientar uma coisa: é a saudade que nós sentimos das pessoas que o antecederam na - que pejorativamente para si designa e não quer ter como adjectivo - Administração Pública.

Eu recordo - e muitos dos colegas desta Assembleia recordarão - o respeito, a atenção, o interesse com que ouvíamos, por exemplo, o ex-Secretário da Administração Pública, que, como Deputado, se senta nessa bancada, o Dr. Melo Alves. É fácil fazer o contraste.

Eu lembro que, inclusivamente, nós tínhamos então nesta bancada uma Deputada de garra e com lampejos parlamentares de grande nível e que fazia questão de salientar a atenção que dava às palavras, às promessas e às acções desse então Secretário da Administração Pública.

Deputado Duarte Pires (PS): Muito bem!

O Orador: E poderia mesmo recordar, com igual saudade, o anterior Secretário da Administração Pública. Lembro, por exemplo, que ele disse, ao fazer possivelmente a primeira intervenção (julgo que foi a primeira) nesta Assembleia, que todos os Governos, quando não tinham mais que fazer, prometiam uma reforma da Administração Interna.

O Sr. Secretário não prometeu nenhuma reforma da Administração Interna: promete apenas torná-la mais leve, mais ágil, mais rápida na resposta e promete a informatização da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Não! Não é da Administração Interna!

O Orador: O que eu desejo é que seja mais bem sucedido na informatização da Administração Regional do que foi na informatização que prometeu aqui, com altos exemplos, invocando Espanha - que só em Espanha é que havia um sistema informático tão perfeito como aquele que ia montar na Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Pergunte ao Sr. Deputado Fernando Fonte!

O Orador: Hoje, é mais uma herança triste que deixou àquele que o antecedeu na Admi-

nistração Interna! E é óptimo lembrar essas mudanças de "casaco", já que elas foram referidas em relação ao PS. E óptimo?! - Não é óptimo, Sr. Secretário, para quem governa esta Região há 13 anos, quem tem a responsabilidade da educação e da formação das pessoas, quem, não conseguindo a formação de quadros suficientes, conseguiu criar realmente uma Administração plectórica de pessoas, mas com dificuldades tremendas que levam as pessoas a servirem-se, apesar de deslocadas das suas habilitações e da sua preparação profissional!

Eu pergunto ao Sr. Secretário se não é de lamentar que, por exemplo, no caso da sua Secretaria, tenha 2 adjuntos - um jurista e um licenciado em História -; que tenha um Chefe de Gabinete, que é licenciado em Engenharia Electrotécnica; que tenha mais dois engenheiros que aguardam que aconteça uma orgânica do Governo para saberem o que estão fazendo.

E evidente que não temos, possivelmente, uma Administração excessiva. Agora, o que temos (também seguramente) são pessoas a "vestir casacos" que não são feitos para elas - isso é de facto lamentável!

Estes os aspectos que desejaria focar em relação ao estilo e ao conteúdo comiciei da sua intervenção.

Mas há outros aspectos que têm também mais interesse, mas que dizem respeito àquilo que, no discurso que fez, foi abordado apenas como secundário e como pormenor, porque tudo aquilo em que habitualmente põe as "mãos" - como o exemplo que aqui foi referido da deslocação a São Jorge transforma em Comício, não se sabe porquê!

O Sr. Secretário teve o arrojo - direi em criticar, como sendo atrasada, uma decisão, que o PS teria tomado em Jornadas Inter-Parlamentares na Madeira, sobre a estabilização das relações financeiras entre o Governo Central e o Governo Regional.

E de facto está atrasada - está mesmo atrasadíssima! Está atrasada devido ao Estatuto. O Estatuto - no artigo 74 - entende que devem ser elaborados "protocolos de colaboração permanente sobre matéria de interesse comum ao Estado e à Região, designadamente sobre:

- a) Situação económica e financeira nacional;
- b) Definição das políticas fiscal, monetária e financeira;"

De facto, nós estamos atrasados sobre o Estatuto e sobre o seu cumprimento, mas não vale a pena perguntar quem é que efecti-

vamente provocou e quem é que mantém deliberadamente este atraso, para que todos os anos nos aconteça aquilo que se repete este ano.

Temos na frente um Orçamento que todos sabemos que é insuficiente; temos na frente um Orçamento, que temos que aprovar ou rejeitar, para dar cobertura financeira a um Plano, mas, porque esses protocolos são elaborados, não por um Governo, mas **por uma dúzia de bombeiros**, anualmente, repetitivamente, cansativamente, sem que se vislumbrem soluções,...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): E mais coisas em "mente"!

O Orador: Pois mente!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Mente o Senhor!

O Orador: ...aparecem-nos Orçamentos que, ou se baseiam em transferências que não virão, ou se baseiam - como este agora - em receitas que o Governo Regional está a negociar neste momento porque necessita delas para justificar um Plano e um Orçamento.

Realmente, nós - PS - estamos efectivamente e lamentavelmente atrasados!

E também estamos atrasados, notoriamente, sobre a política que este Governo pretende ter, que julga ter, que um dia diz que tem mas que no outro dia nós entendemos que não tem!

Relativamente às afirmações proferidas pelo Sr. Secretário sobre o excesso ou não de funcionários, eu apenas deixava estas palavras, que não são de nenhum discurso desta Assembleia, mas vêm aqui referidas, entre aspas, num jornal em que o Sr. Secretário Regional das Finanças diz o seguinte:

"O ritmo de progressão das despesas correntes é bastante elevado e não poderá ser mantido por muito mais tempo. Este aumento acentuado das despesas correntes tem a ver com crescentes encargos de pessoal".

Efectivamente, não sabemos - para este caso, como para outros - qual é a política deste Governo.

E já agora, como Secretário da Administração Interna (coisa que deixou de ser quando subiu àquela tribuna!), eu gostaria de referir-lhe, pegando no Programa do Governo, o seguinte:

O Sr. "ex-Secretário da Administração Pública" (naturalmente num momento em que não tinha mais nada que fazer!) escreveu no Programa que iria "abolir os formulários complicados na Administração Pública" e "prescindir de documentos e formalidades

inúteis"; prometeu que "o Bilhete de Identidade de válido será aceite como elemento identificativo completo", "a palavra cidadão será suficiente para garantir o preenchimento dos requisitos estabelecidos na lei para qualquer efeito" e "definir-se-ão sanções para os que, mentindo, violarem as regras da boa fé".

Durante este ano em que estive na Administração Interna atreveu-se a dizer que aceitava ser Secretário da Administração Interna, mas que recusava-se a ser um mero Secretário da Administração Pública, atingindo, com essa afirmação, aqueles que foram mais do que meros Secretários: foram pessoas por quem mantemos o respeito e que souberam exercer e comportar-se com a dignidade que, lamentavelmente, não consegui vislumbrar, nem de perto, nem de longe - e não é por miopia, porque também tenho óculos a corrigir! -, na intervenção que fez nesta Assembleia.

O Sr. Secretário é um mero agente interno da propaganda do PSD, que nós dispensamos nesta Assembleia porque não usamos a tribuna nem esta Assembleia para fazer comício do PS!

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Eu estou aqui e se não estivesse aqui estava ali!

O Orador: Isso só prova a riqueza de quadros que tem o PSD: tem sentado como Membro do Governo uma pessoa que é também Deputado! E esta a riqueza que fica efectivamente evidenciada!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Pelo amor de Deus! Não delire tanto!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pedi a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Martins Goulart. Já sei que o Sr. Deputado parece que não vai responder! Eu vou tentar fazer um "esforçozinho" e vou dar as respostas!

(Risos do PSD)

Deputado António Oliveira Rodrigues (PS): Veja se tem um raciocínio lógico!

O Orador: Sobre as ausências: - O Sr. Deputado tem um atraso num olho e só vê o agreeiro no olho dos outros!

V. Exa. estive 5 vezes ausente desta Sala; fez 3 intervenções (no Programa do Governo, no Plano de Médio Prazo, na Sessão Solene do Sr. Presidente da República) e dois protestos (ao Sr. Secretário Regional da Habitação

e Obras Públicas e ao Sr. Secretário Regional da Administração Interna). Penso que o Sr. Deputado está a ganhar já nas ausências!

Sobre coerência política: - Queria perguntar ao Sr. Deputado Victor Ramos se o PS nunca falou do Governo. Confirma que o PS nunca falou do Governo?

(Afirmativa inaudível do Sr. Deputado Victor Ramos)

Pois então, Sr. Deputado, tenho aqui na minha mão (e penso que o Sr. Deputado Carlos César ainda é o Presidente da Comissão Política Regional do PS) o Jornal "Açores" de Setembro de 1979 em que o Sr. Deputado Carlos César fazia o seguinte comentário:

"O projecto de funcionamento deste Governo exigiria a disponibilidade do recurso", etc., etc. Penso que é uma referência directa ao partido.

Sobre a questão da remodelação governamental...

Deputado Fernando Fonte (PS): Não se está percebendo nada disso!

O Orador: Não está percebendo?! Isto é muito complicado!

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Fernando Fonte)

Se quiser, eu posso ler isto tudo! Nós temos tempo com fartura!

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Fernando Fonte)

Quer que eu me expresse em inglês?!

(Risos do PSD)

Deputado Fernando Fonte (PS): Nem sequer sabe falar português!...

O Orador: Sobre as alterações e remodelação do Governo, também foi dito que "não foram feitas" - comentava o Sr. Deputado Martins Goulart quando dava uma de solidariedade às segundas filas (estava sentado aí no seu lugar)!

O Sr. Deputado Carlos César, Presidente da Comissão Política Regional do PS, também naquela altura anunciava:

"O "Governo Sombra" do PS vai regressar em Outubro próximo, mas com algumas alterações".

Esta notícia nunca foi desmentida!

Deputado Martins Goulart (PS): E verdade! Tem mais pessoas! Mantém as que tinha e tem ainda mais!

O Orador: Sr. Deputado Martins Goulart: o Sr. Deputado está nesta Câmara sempre a escrever; está desatento; faz afirmações que a gente não percebe - até dá a impressão

que o Sr. Deputado está fazendo as actas deste Plénário!

(Risos do PSD)

Por isso, eu vou-lhe perguntar (o Sr. Deputado referiu-se a 1975 e eu vou-me referir a 1976): - Qual foi o Hino e a Bandeira dos Açores que o Sr. Deputado aprovou naquela altura?

Deputado Martins Goulart (PS): Relativamente a isso, contava-lhe uma história muito interessante! Eu vou-lhe contar a história!

Peço a palavra, Sr. Presidente.

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado, mas há mais Srs. Deputados inscritos. V. Exa. fica também inscrito e usará depois da palavra na altura própria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Com toda a serenidade, eu gostava de fazer uma pergunta ao Sr. Secretário...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Com toda a tranquilidade!

O Orador: Não é "tranquilidade"! "Tranquilidade" é do seu Governo! O Governo Sombra chega aqui em passo fantasma, que nós normalmente não o vemos! - É uma técnica de combate que os Sr. vão aprender dentro de pouco tempo!

...gostava de perguntar ao Sr. Secretário da Administração Interna o seguinte:

Sr. Secretário, ao longo de toda esta Região existem, praticamente em todas as freguesias, existem polivalentes, que são importante, sem dúvida, para o desenvolvimento sócio-cultural de toda a Região. Na Ilha do Corvo não existe nenhum polivalente.

Eu gostava de perguntar ao Sr. Secretário se, dentro do presente quadriénio, os corvinos ainda podem contar com este tipo de infra-estrutura na Ilha do Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Secretário Regional:

Pegando nas palavras do meu camarada Dionísio Sousa, eu tenho de dizer que de facto o Sr. Secretário Regional da Administração Interna deu um ritmo diferente a esta Assembleia.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): E a pedrada do lado.

O Orador: Um ritmo diferente, que permite dizer aquilo que talvez nós não pensasse-

mos dizer.

Eu não gostei de ouvir o que o Sr. disse e o Sr. não vai gostar de ouvir o que eu vou dizer!

O Sr. tem o condão de preverter perfeitamente aquilo que se devia fazer nesta Assembleia, que era discutir um Plano e um Orçamento!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E, ao fazê-lo, o Sr. dá aso a que nós também possamo-nos defender!

Portanto, eu gostaria de dizer duas ou três coisas com muita serenidade, que reputo de muito importantes:

Em primeiro lugar, quero-lhe dizer que toda a gente é pessoa. Eu sou humilde - com muito orgulho! -; militante do PS, mas sou gente!

Em segundo lugar, queria dizer-lhe, Sr. Secretário da Administração Interna, que de facto é verdade: a sua Secretaria tem bons funcionários, mas é necessário da sua parte - porque o Sr. é o maior responsável -, fazer pedagogia, não só em relação aos funcionários, mas a todos aqueles que fazem parte das autarquias e que estão empenhados na promoção desta terra e desta Região! E isso de facto não acontece!

Mais: - Queria contar uma coisa que é muito importante. O Sr. sabe ou não sabe que neste momento há autarquias que receberam no mês de Setembro o primeiro dinheiro a que tinham direito pela Lei das Finanças Locais e ainda não receberam a segunda parte desse dinheiro?! A um mês do fim do ano; a três semanas das eleições, sabe ou não sabe?! E não são do PS: são do PS e do PSD!

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Ora aí está!

O Orador: Muito bem! Como é que o Sr. admite e permite, como Secretário da Administração Interna, que se faça em Dezembro um orçamento para uma Junta de Freguesia, que se reúnem homens, numa Assembleia de Freguesia, respeitáveis, que merecem a nossa consideração e que passam anos sem um tostão e um centavo?! Estamos a brincar com o Povo ou não estamos a brincar com o Povo, Sr. Secretário?!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

O Orador: Como é que é possível isso?! E da sua responsabilidade - o Sr. é Secretário da Administração Interna - e o Sr. sabe que isto é verdade!

Isto não é só para si! Não vale a pena vender coisas que não se podem vender! A reali-

dade é esta, Sr. Secretário! O empenho é seu, é nosso, é de todos, mas não vamos escamotear a realidade!

Volto a repetir: - Como é que é possível, no mês de Novembro, uma Assembleia de Freguesia que fez um orçamento para a sua Junta, com verbas para realizar, ainda não ter recebido esse dinheiro?! E eu provo-o! Se o Sr. quiser, pegue no telefone e telefone para o Pico, que vai sabê-lo, porque é verdade!

Uma coisa é certa: - Eu não gosto de, nesta Assembleia, dizer coisas que não conheço, mas daquilo que eu conheço (e o Sr. obrigou-me a dizê-lo!) eu posso dizê-lo com toda a verdade porque é verdade e ninguém me pode negá-lo!

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Administração Interna, Costa Neves)

O Sr. acha que isso é natural, que é normal? Vai-me dizer porquê!

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Quando é que o Sr. aprovou o Orçamento!

O Orador: Oh Sr. Secretário, as outras Juntas de Freguesia, dos outros concelhos, já receberam!

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Quando é que o Sr. aprovou o Orçamento? E uma questão nossa ou é da Câmara?

O Orador: Pergunto-lhe outra vez: - As outras Juntas de Freguesia já o receberam. Por que é que aquelas não receberam?

Mais: - O Sr. enveredou, na sua intervenção, por uma demagogia política (eu posso só considerar isso), atirando-nos a nós todas as "pedradas" possíveis com uma certa desfaçatez!

Eu queria dizer-lhe o seguinte (porque conheço): - Um dos candidatos à Câmara, da minha ilha, foi tutelado! Reparem bem: a Câmara do meu concelho foi tutelada durante muito tempo pela Secretaria da Administração Pública! - E o Sr. sabe (porque é jurista) a quem é que se dão tutores! - Sabe ou não sabe?! Foi tutelada com uma viagem mensal do enviado especial, que vinha de facto analisar se tinham rompido a rede ou saltado o muro!

Sabe que é verdade! E o Sr. Secretário António Menezes (e eu repito as palavras do meu camarada Dionísio Sousa: merece todo o respeito) sabe que é plenamente verdade!

E os Srs. apresentam-nos como o candidato ideal; naturalmente como o símbolo da renovação do PSD, das suas listas!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

O Orador: O Sr. é que me obriga a dizer isto! Eu não queria dizer isto, porque respeito as pessoas, ajudo-as e colaboro, mas o Sr. dá a esta Assembleia um ritmo, neste caso, que não devia ter! O Sr. é o grande culpado de que estas questões venham aqui a esta Assembleia!

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Ainda bem!

O Orador: O Sr. sabe que houve uma tutela, durante meses, da Administração Pública para que se pudesse endireitar, governar ou amenizar uma total desgovernação, um descalabro total em administração! E é assim, de facto, que os Srs. apresentam-no como candidato! E depois vêm dizer-nos que, em relação a qualquer coligação, os fins justificam os meios!

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Os Srs. é que dizem!

O Orador: O Sr. é que disse aqui que os fins justificavam os meios!

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Não senhor!

O Orador: Sim senhor!

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Administração Interna, Costa Neves)

Desculpe! O Sr. disse que "os fins justificam os meios". E aqui? - E os meios?...

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Administração Interna, Costa Neves)

Sr. Secretário, vou-lhe dizer só mais uma coisa:

- O Sr. arranjou aqui uma série de adjetivos com o sufixo "ista"!

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Arranjei!

O Orador: Arranjou outros com outros sufixos que são muito importantes e nesta ocasião têm plenamente lugar!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou começar por um aspecto um pouco mais calmo.

O Sr. Secretário da Administração Interna, hoje de manhã, disse-nos que era um dos objectivos do seu mandato tornar a Administração Pública um pouco mais leve; fez aqui algumas considerações acerca do número de funcionários que existiam - que achava que eram talvez poucos ainda para a Região que

temos, comparados com outras percentagens que existem por este Mundo fora -, referindo-se, muito concretamente, aos números da Educação e da Saúde, e disse que, com qualquer governador civil, com qualquer administração, com qualquer forma de Governo desta Região, eles teriam que se manter.

Estamos plenamente de acordo.

Os professores ligados à Educação nesta Região são cerca de 3.270 e as pessoas ligadas à Saúde são cerca de 1.700, o que totaliza à volta de 5 mil pessoas que são também funcionários públicos a trabalhar na Região.

Mas o Sr. Secretário, propositadamente, nunca fez referência aos outros 12% da população do sector terciário, que também são funcionários públicos e que estão aqui inscritos na Administração Pública: são cerca de 6.200 funcionários, que estão colocados pelas diversas Secretarias desta Região. Esses também são funcionários públicos! E são tantos os funcionários públicos como os empregados de comércio da nossa Região.

E devo-lhe dizer, por exemplo, que somando esses funcionários públicos com os tais professores ou com as pessoas ligadas à Educação e com as pessoas ligadas à Saúde (que o Sr. teve o cuidado aqui de referir) totaliza cerca de 12 mil pessoas, ou seja, 21% da população do sector terciário.

Eu pergunto-lhe se essa média é considerada ótima ou boa, por aquilo que vai por este Mundo fora.

Esta era a primeira questão que lhe queria pôr.

Relativamente à outra alusão que fez ao meu nome para testemunhar alguma coisa, certamente o Sr. Secretário da Administração Interna julgava que o Sr. Deputado Dionísio Sousa ia fazer referência à informática da Segurança Social. Esta está a funcionar normalmente há muitos anos e... tudo bem.

O que eu queria fazer referência era à informática da Saúde, que já vem sendo propalada nos vossos sucessivos Planos de Médio Prazo - já no de 85 se dizia que se ia informatizar a Saúde; já naquela altura ou há 3 anos a esta parte se começou a gastar muito dinheiro em equipamentos de informática - e até este momento posso-vos garantir que não há uma única aplicação administrativa a funcionar satisfatoriamente nesta Região ou, se as há, existem isoladamente: ou no Hospital ou ali ou acolá.

O Plano Integrado da Saúde não está feito!

As aplicações administrativas: - Um simples processar de ordenados dos funcionários

no fim do mês não está a ser feito: está a ser dado a firmas particulares, a contabilistas que com computadores de 300 contos o fazem! Para já não falar nas tais coisas muito complicadas, que era fazer a informatização das fichas clínicas - essa era uma experiência que só havia em Espanha e que se ia tentar aplicar a Portugal. Não existe em Portugal em lado nenhum, nem se conseguiu fazer ainda na Região Autónoma, nem se vai conseguir fazer nos próximos 4 ou 5 anos!

E vamos ver se este Governo daqui a 5 anos é capaz de nos vir dizer aqui a esta Assembleia que a informatização da Saúde está pronta!

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Administração Interna, Costa Neves)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E só para fazer um pequeno esclarecimento.

Os Sr. Deputado Martins Goulart, na única intervenção proferida no Período de Antes da Ordem do Dia durante um ano, fez uma afirmação - hoje novamente aqui repetida - incorrecta.

A Presidência do Governo - e não o Presidente, como indevidamente referiu disporá em 1990 de uma dotação de 690.528 contos e não superior a 800 mil - como também indevidamente referiu -, até porque 198 mil estão aí referidos como despesas do Plano.

Deputado Martins Goulart (PS): Não sabe ler!

O Orador: Portanto, a verba 690.528 contos está afecta ao funcionamento do Gabinete do Presidente, dos Gabinetes dos Subsecretários, da Secretaria-Geral - que inclui também o Serviço de "Jornal Oficial" e o Gabinete de Imprensa dos Açores e ainda a Direcção de Serviços de Emigração e Apoio às Comunidades.

Era apenas para fazer esta rectificação.

Se quer incluir as despesas do Plano, então naturalmente que devia ter referido que, por exemplo, o Gabinete do Secretário da Educação e Cultura irá dispor em 1990 de uma verba superior a 14 milhões de contos.

Presidente: Tem a palavra agora o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu acabei a minha intervenção às 13,00 horas com a sensação de que, dalguma forma, a oposição tinha sido salva pelo apito do árbitro!...

(Risos do PSD e do Governo)

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Martins Goulart (PS): Coitado!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Foi pelo "cão polícia"!

O Orador: ..., ou seja, que se imediatamente a seguir à minha intervenção se tem seguido o debate, tal era o tresloucamento da oposição que nós íamos assistir aqui a um bom espectáculo.

As duas horas de intervalo para almoço deram para acalmar e, efectivamente, aquilo que eu sinto neste momento é que as respostas são frouxas, não considero, em nada, ter sido dalguma forma posto em contradição com o que quer que fosse e penso que quase que não haveria razão para esta intervenção, não fosse apenas dois ou três agradecimentos que gostaria de fazer.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer publicamente que considero um privilégio ter conseguido quebrar o mutismo e a habitual ausência do Sr. Líder do Partido Socialista! Mantém normalmente o ar distante e ausente que nós lhe conhecemos. Das duas anteriores intervenções que tinha feito nesta Câmara, uma delas era um protesto em relação à minha pessoa. Pela segunda vez consegui esse feito! Acho isso um privilégio! Ainda bem que consegui fazer com que essa ausência fosse quebrada!

Deputado Ricardo Barros (PS): E um gosto especial pelo "Delfim nº 1"!

O Orador: A oposição está claramente numa táctica (não é sequer estratégia!) de gastar o seu tempo, com um imenso nervosismo, para não ter necessidade de fazer qualquer tipo de intervenção.

Aliás, isso não é de estranhar numa oposição que, durante o tal ano do Governo conseguiu apenas produzir as tais 6 "paginazinhas"!

Já agora, eu vou recorrer à 1ª página para depois demonstrar uma certa contradição do Sr. Deputado Victor Ramos. No 2º parágrafo dessa 1ª página diz-se:

"O Gabinete de Estudos, que é constituído na base do elenco governativo apresentado às eleições regionais de 9 de Outubro de 88..."

(Apartes inaudíveis do PS)

É exactamente ao contrário do que os Srs. Deputados disseram!

(Apartes inaudíveis do PS)

Mas também é costume!

Quanto à intervenção, de forma geral, do Sr. Deputado Martins Goulart, eu apenas diria que ele me parece um militante frustrado do PSD,...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Pudera! Salvo Seja!

O Orador: ...porque só fala no Líder, talvez tentando seguir a experiência dele, talvez tentando identificar-se com ele!

Deputado Martins Goulart (PS): Longe de mim tal ideia!

O Orador: Tenho no entanto grande segurança quanto à minha presença nesta Casa, porque neste momento estou na bancada do Governo, tenho o meu lugar de Deputado eleito na bancada da maioria e "vade retro, Santana!" mas tenho um bom curriculum para me apresentar no Partido Socialista, porque o melhor curriculum que se pode apresentar no Partido Socialista é ter sido militante do PSD!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Risos e aplausos do PSD e do Governo)

Deputado Ricardo Barros (PS): Da JS talvez!

Deputado Martins Goulart (PS): Não do seu calibre! Não do seu calibre!

O Orador: Gostaria também de dizer, quanto à acção que nós temos desenvolvido nesta Região, que nós manifestamos essa acção em todos os momentos.

Eu estive na Ilha de São Jorge em trabalho (parece que mexi numa ferida do Sr. Deputado!); nós trabalhamos; vê-se nas Comissões, por exemplo, quem é que trabalha...

Deputado Ricardo Barros (PS): Vê-se! Vê-se!

O Orador: ...e parece-me a altura oportuna para prestar a minha homenagem a todos os ex-Secretários Regionais da Administração Pública - **dois deles presentes nesta Sala!**

Quando eu faço o elogio público da Administração Regional estou a fazer o elogio público de algo que eles montaram e à qual eles asseguraram a eficácia!

Deputado Martins Goulart (PS): Não pareceu!

O Orador: Nós não temos problemas com essas divisões; nós não temos problemas de uns dizerem umas coisas e outros dizerem outras; nós não temos nas nossas bancadas "Engenheiro Martins Goulart, Deputado Carlos César, Deputado..., enfim, a nossa aquisição ou reacquirição"!

Quanto à minha intervenção, eu gostaria de recordar aos Srs. Deputados que a minha

intervenção foi feita sobre questões à responsabilidade da Administração Interna - como eu penso que ela deve ser encarada; com as opiniões que eu tenho acerca dessas matérias - e estranho muito que tenham distinguido nessa intervenção apenas as 3 ou 4 páginas em 28, que eu dedicava efectivamente à oposição. Confirma-se que efectivamente mexi nas feridas!

Quanto à execução do Orçamento, eu diria que nós estamos aqui a discutir um Orçamento e um Plano num valor global superior a 70 milhões de contos.

Se o Partido Socialista alguma vez (e, mais uma vez, "vade retro Santana"!) fosse governo nesta Região, nós nem sequer discutiríamos Orçamento, mas sim alguns 10 milhões de contos, que seria o que haveria para gastar nesta Região!

(Risos do PS)

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Fernando Fonte, eu confirmo as médias que disse. Realmente, os funcionários da Administração Regional estão a um número claramente abaixo da média da Comunidade Económica Europeia - e eu tenho os números para lhe oferecer e mando-lhe um "cartãozinho", como o seu Líder do Grupo Parlamentar me tem entregue todos os documentos que agora tem feito!

Deputado Fernando Fonte (PS): Divulgue agora esses números!

O Orador: Não vou ir no vosso "jogo" de gastar tempo com uma coisa que lhe posso dar pessoalmente, como também o seu líder não leu aqui o seu curriculum!

(Apartes inaudíveis do PS)

Deputado José Carlos Simas (PSD): Isso é o fim da picada!

O Orador: Para terminar, eu gostaria de dizer o seguinte:

Eu tenho, em termos pessoais e em termos profissionais, uma profunda ligação à minha terra.

Luto por aquilo em que acredito, luto pelos Açores e tenho orgulho em fazê-lo!

E durante estes 12 anos que trabalho pelos Açores, pela minha terra, eu nunca tratei com ódio quem quer que fosse, nunca estive na política para ajustar contas com quem quer que fosse, ao contrário do que tem sido dito em declarações públicas de gente com responsabilidade no Partido Socialista!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Natalino Viveiros)

Deputado Martins Goulart (PS): Eu não vou responder, Sr. Secretário! Tenha calma!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Então o que é que o Sr. vai fazer?!

Deputado Martins Goulart (PS): O que é que eu vou fazer?! O Sr. quer adivinhar?!

(Risos do PS)

Tenha calma, Sr. Secretário!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Está nervoso!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Eu estou calmo, Sr. Deputado!

Deputado Martins Goulart (PS): Eu quero só informar esta Câmara e não estou a responder a ninguém, mas, já que o problema foi levantado anteontem e hoje, sobre a questão do Hino e da Bandeira, eu julgo importante até esclarecer a alguns Membros do Governo Regional que entraram nas lides políticas regionais há poucos anos e aos Srs. Deputados que não estavam na função de Deputados em 1976 o que é que efectivamente aconteceu em 1976. É muito simples de contar:

Havia uma polémica natural sobre uma questão de bandeiras; houve uma comissão de heráldica (e vou ser muito sintético, portanto não vou tentar exaustivamente cobrir o assunto), que foi constituída por proposta do Sr. Presidente do Governo Regional, que produziu um determinado trabalho - e esse trabalho estava fundamentado em função da participação de especialistas notórios da matéria -...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PSD, Rui Melo)

Eu estou a prestar um esclarecimento, se me autorizar!...

Deputado Rui Melo (PSD): Não precisa! Já se sabe a resposta!

O Orador: Não sabe a resposta!

...e desse trabalho resultou uma proposta concreta de simbologia regional. Essa simbologia não agradou ao Sr. Presidente do Governo Regional!

Mas, houve um atraso de tempo e pessoas responsáveis (julgávamos nós!) dos três partidos que então estavam representados na Assembleia Regional e representavam o Povo dos Açores, designadamente o PSD, o PS e

o CDS, entenderam-se quanto à resolução do problema, isto é: na forma de uma proposta de resolução. Era uma questão "quente", difícil, melindrosa, que poderia ser resolvida com dispensa de exame em Comissão e nós - os três partidos -, para garantir que os símbolos regionais teriam o apoio dos três partidos que representavam o Povo dos Açores, concordámos que os mesmos fossem aprovados como símbolos de uma Região e não como símbolos de um só partido.

E concedemos muito, porque, se se lembram, nessa altura as bandeiras faziam as pessoas ter atitudes muito radicais: havia gente que era capaz de morrer por uma bandeira ou por outra; havia um estado de espírito completamente diferente daquele que existe hoje.

Portanto, o facto do Partido Socialista ter aceite uma determinada proposta, que estava muito longe de ser aquela que defendia; o facto do PSD, no Parlamento, através da sua Direcção, ter aceite a proposta da Comissão, que não era de agrado do Sr. Presidente do Governo Regional;...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Não era de agrado do Partido, Sr. Deputado!

O Orador: ...o facto do CDS ter aceite também entrar nesse compromisso, fez-nos acreditar que era possível ultrapassar uma questão que era gravíssima, mas que não era essencial para a autonomia dos Açores e que estava a distrair o Povo dos Açores para uma questão meramente marginal.

E assim, um belo dia, depois de estarmos entendidos, surgiu na Sociedade Amor da Pátria - onde a Assembleia funcionava provisoriamente - o Sr. Dr. Mota Amaral, Presidente do Governo, com um desenho de uma bandeira completamente diferente,...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): E aquela que está acolá!

O Orador: ...com uma "cassette" tocada a piano (que não se sabia bem o que é que era!), sem partitura, sem nada, e começou-se o descalabro, isto é: as pessoas que tinham dado a palavra para um outro projecto recuaram e nós achamos que de facto as situações não se tratam assim. Não se tratam assim, porque nós nem percebíamos qual era o fundamento histórico, nem a base da proposta nova; nós não sabíamos qual era a raiz histórica do Hino (foi-me dito que tinha sido encontrado numa caixa dum sapateiro!). Embora nos decretos regionais se diga que tem tradições históricas conhecidas, é uma mescla de "Maria da Fonte", de "Marselhesa" e de uma coisa que nós respeitamos agora mas

que na altura não era nada senão um amontoado de notas mal tocadas a um piano, que veio numa "cassette", precariamente apresentado momentos antes da votação da simbologia regional.

Isto não é assim que se faz!

O Partido Socialista teve que ausentar-se da Sala, porque aquela Bandeira (que nós respeitamos por que é a Bandeira dos Açores) na altura não era a Bandeira dos Açores: era uma proposta difusa, incerta e mal justificada. Agora é que nós até achamos que ela deve ser consagrada estatutariamente para que tenha dignidade estatutária e não a dignidade que lhe é conferida pela mera aprovação em decreto legislativo regional.

Espero que o Sr. Deputado tenha aprendido alguma coisa com isto!...

Deputado Rui Melo (PSD): Obrigado papá!

O Orador: ...Espero também que tenha aprendido que, nessa altura e sem qualquer combinação, um Deputado do CDS - um homem que dignificou e honrou o CDS nesta Casa -, de nome, Rogério Contente, teve a verticalidade de (sem ter qualquer combinação connosco), depois de nos termos ausentado, sozinho, fazer um discurso a dizer que pela mesma razão se ausentava da Sala!

E o PSD votou sozinho a simbologia, sem sequer ter o cuidado de garantir que era importante que os símbolos dos Açores tivessem a aprovação de todos os representantes do Povo dos Açores, para que não houvesse polémica!

E por isso houve dificuldades com as bandeiras; por isso ainda há dificuldades com bandeiras; por isso houve óculos; por isso houve uma série de complicações que de facto têm a ver com a irresponsabilidade política do PSD e especialmente do Dr. Mota Amaral, que, sempre, onde mete dedo destrói aquilo que muitas vezes se consegue duramente e dificilmente através do diálogo democrático!

Disse.

Deputado Rui Melo (PSD): Isso é "dores de cotovelo"!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se não estivessemos perto de eleições talvez eu não tivesse que intervir, mas, uma vez que estamos em épocas eleitorais, apareceu o nome de dois candidatos a autarcas pelo PSD que não estão aqui para se defender

de algumas veladas calúnias que lhe são lançadas e cabe-me portanto a mim esclarecê-las.

O Sr. Gaspar Rosa causa nervosismos ao Partido Socialista!

Deputado Rui Melo (PSD): Vão perder a Câmara!

O Orador: O Sr. Gaspar Rosa é de certeza (e o Partido Socialista não o nega!) um homem sério, honesto, íntegro e que eles muito gostariam de ter como líder da sua Câmara!

Deputado Fernando Fonte (PS): Foi por isso que vccês o perseguiram!

O Orador: Como é que ele foi perseguido e aceita, há longos meses, a candidatura?!

Deputado Martins Goulart (PS): O que é que vocês lhe ofereceram!

O Orador: Oferecemos-lhe um "brinquedo"!

(Risos do PSD e do Governo)

E não é de novo, porque o actual candidato à Câmara pelo PS, nas últimas eleições autárquicas, já o tinha convidado para a sua Câmara! Mas então o Gaspar achou que o Sr. António era na altura demasiado democrático para os princípios que ela professa!

Portanto, o que me parece é que o Partido Socialista tinha o Gaspar Rosa como uma reserva, como um "veadinho" certo para abater no sítio certo!

Falhou, andou desnordeado e o único Socialista que tem na sua lista já vai em terceiro! E se isto decorre mais quinze dias, não tem nenhum!

(Risos do PSD e do Governo)

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em relação ao Furtado: - O Sr. Presidente da Câmara da Madalena tem, como todo o cidadão, os seus erros (e apontem-me quem não os tem!), mas ele conseguiu transformar a Madalena numa freguesia numa terra de progresso!

Deputado Ricardo Barros (PS): Tutelada!

O Orador: Se tido ele não conseguiu, é ver o que está lá feito e é ver os projectos que estão lançados para o futuro!

O Sr. Deputado Manuel Serpa - porque é autarca - sabe que isto é verdade!

Eu ainda não li nada em contrário, em sítio nenhum - quer da Câmara, quer da Assembleia Municipal, que contrarie isto que lhe disse do actual Presidente da Câmara da Madalena.

Eu gostaria de ter visto ou ouvido o Serpa dizer isto a ele próprio no sítio certo! Aqui, ele não estava e faço-lhe a defesa possível.

Mas eu compreendo também porque é que estás nervoso!

(Risos do PSD)

Deputado Manuel Serpa (PS): Eu não estou nervoso!

O Orador: ...Sabes que perdes a Câmara; sabes que ele vai ganhar (e daí o teu nervosismo!); sabes quantas pessoas percorreste para encabeçar a lista e sabes onde chegaste!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sobre a intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart, talvez por uma deformação profissional, sou muito sensível quando se faz qualquer referência (talvez menos própria) a pessoas que não estão presentes para poderem responder directamente.

De toda a longa exposição do Sr. Deputado Martins Goulart, eu apenas me limito a dar resposta a um facto duma pessoa que está ausente desta Casa.

Tanto quanto me apercebi, o Sr. Deputado Martins Goulart (confesso que não sei bem a propósito de quê, porque eu talvez distraí-me e julguei que estávamos aqui para discutir o Orçamento e o Plano!) fez referência ao Sr. Dr. Luís Bastos e penso que as referências que fez ao mesmo não foram para além do aspecto meramente político, ou seja, não ouvi, da parte do Sr. Deputado, "denegrir" a pessoa do Dr. Luís Bastos como uma pessoa incompetente, como uma pessoa que não se soubesse comportar publicamente. V. Exa. apenas referiu que o Sr. Dr. Luís Bastos aparecia agora como candidato à Câmara de Ponta Delgada depois de ter sido acolhido pelo Sr. Dr. Mota Amaral como Chefe do seu Gabinete, mas que realmente ele teria feito parte... desculpe, não percebi se teria sido da União dos Estudantes Comunistas ou da União das Juventudes Comunistas - que penso que não haverá assim uma diferença entre "gato" e "sapato"!

A questão é esta: - eu não sei se o Sr. Dr. Luís Bastos pertenceu ou não a essa organização política que o Sr. Deputado disse. Penso também que a informação que o Sr. Deputado terá sobre a veracidade disso é capaz de ser igual à minha!

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Martins Goulart)

V. Exa. não fez essa prova aqui! Mas ainda que a fizesse, eu devo dizer a V. Exa. o seguinte:

- Se o Sr. Dr. Luís Bastos foi ou não militante da dita organização aqui mencionada, parece-me um bocado despropositado trazê-la aqui - e por uma razão muito simples: Eu

penso que qualquer pessoa só dá prova de maturidade intelectual e política quando tem a coragem de mudar para melhor, ou seja,...

Deputado Martins Goulart (PS): É isso que nós estamos à espera: que vocês "madurem" para aqui!

O Orador: ...quando efectivamente verifica que, realmente, os programas e as ideologias a que na realidade teria aderido - e talvez tivesse aderido na sua juventude - não eram os melhores. E V. Exa. sabe tão bem como eu - porque já fomos jovens - ...

Deputado Rui Melo (PSD): Era monarca!

O Orador: ...que por vezes a juventude leva-nos a tomar atitudes irreflectidas.

Mas, dizia eu, mesmo admitindo que isso fosse verdade, parece-me que nada justificaria que isso fosse trazido aqui a esta Sala para o debate que estamos a ter.

Eu lembro a V. Exa., Sr. Deputado, que, mais grave do que esta situação - que poderá ter acontecido (não sei se aconteceu com o Dr. Luís Bastos, porque, se aconteceu, terá sido quando ele era muito jovem) -, o Dr. Jorge Sampaio - o actual Líder do PS e penso que reconhecido por V. Exa. e pela sua banca - ...

Deputado Rui Melo (PSD): Até Janeiro!

O Orador: ...foi, até há cerca de 8 ou 9 anos, militante assumido e fundador do Movimento de Esquerda Socialista - o designado MES.

Penso que V. Exa. deve conhecer, dado o seu muito amplo conhecimento da política deste país, os programas de ambas as organizações: penso que conhece o programa do Partido Comunista e penso que, com certeza, também deve ter lido o programa do Movimento de Esquerda Socialista. Se não leu, eu recorro a V. Exa. que ambos perfilhavam a ideologia Marxista-Leninista!

Deputado Martins Goulart (PS): O PSD também!

(Protestos inaudíveis do PSD)

Deputado Martins Goulart (PS): Está lá escrito!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Leninista! Leninista!

Deputado Victor Ramos (PS): Marxista e a caminho do Socialismo!

(Protestos inaudíveis do PSD)

(Apartes inaudíveis do PS)

Presidente: Sr. Deputados, peço que não mantenham diálogo, senão não chegamos ao fim dos nossos trabalhos.

O Orador: Ora, eu diria que...

Deputado Martins Goulart (PS): Marxista-

-Leninista é o Dr. Mota Amaral!

(Risos do PS)

(Apartes inaudíveis do PSD e do Governo)

Deputado Martins Goulart (PS): "Ilhas todo o mundo unidos" - Lenine e Cheguevara também!

(Risos do PS)

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): O Sr. Deputado é Estalinista!

(Risos do PSD e do Governo)

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Martins Goulart)

O Orador: ...eu diria (para concluir) que os dois programas não eram muito diferenciados, quer dizer, o Dr. Jorge Sampaio navegava numas ondas ideológicas que o Sr. Deputado aqui quis trazer como similares às do Dr. Luís Bastos.

A única diferença que me parece importante é que o Dr. Luís Bastos, se o fez, fê-lo - como disse - na sua juventude e há muito que mudou de partido. Ao passo que o Dr. Jorge Sampaio, se o MES não tivesse acabado, ainda hoje lá estava!

E mais grave ainda do que isso: é que, pelos comportamentos que ele tem assumido publicamente, nada nos leva a crer que ele não o seja!

E pior ainda: é que o Dr. Jorge Sampaio quando se manteve no MES não era jovem nenhum - era já um advogado com 18 anos de carreira profissional,...

Deputado Francisco Sousa (PS): E muito bom!

O Orador: ...o que significava que sabia muito bem o que queria e onde estava e se mudou para o Partido Socialista deve ter mudado talvez por mero oportunismo, coisa que não me parece que tenha acontecido com o Dr. Luís Bastos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quando fiz a pergunta acerca dos polivalentes ao Sr. Secretário...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Isso não é comigo!

O Orador: Eu sei que não é consigo. Só que a pergunta é feita com alguma intenção, porque, como eu disse anteriormente, é importante a existência de polivalentes em to-

das as freguesias da Região.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): O Corvo não tem nenhum, mas vai ter um!

O Orador: Vocês devem ter alguns 100, 200 ou 300 em São Miguel! Não faço ideia nenhuma!

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): A gente também vai fazer um no Corvo! Tenha calma!

O Orador: Eu estou a elogiar o vosso trabalho pelo vosso excesso,...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Trabalhamos muito!

O Orador: ...porque foi durante a vigência do Sr. Secretário que houve uma profusão de polivalentes nesta Região, tendo a maior parte deles sido feitos por razões políticas.

Não é a primeira vez que eu falo aqui nisto, em relação à Ilha do Corvo! E a prova de que realmente os Srs. interessam-se muito pouco pela Ilha do Corvo (eu tenho que dizer isto!)...

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Isso não é verdade!

O Orador: É verdade, porque a Ilha do Corvo não tem nenhum peso político!

(*Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado*)

O Orador: E, mas a simbologia só não chega!...

(*Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado*)

O Orador: ...A simbologia não chega e o Sr. Secretário vá "comer lapas"! Isso não chega: é preciso mais coisas!

Presidente: Peça ao Sr. Deputado e ao Sr. Secretário que não mantenham o diálogo.

O Orador: Eu vou já acabar, Sr. Presidente.

Eu gostava de dizer ao Sr. Secretário na qualidade de homem responsável pelo Plano - que o Plano de 89 tinha 43 programas; desses 43, 17 contemplavam a Ilha do Corvo e de Janeiro a Setembro de 1989 V. Exas. apenas tiveram grau de execução em 4 desses programas!

Muito obrigado.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Isso agora é que começou! Agora é que a procissão vai no adro!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, eu prescindo da palavra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Tenho que usar novamente da palavra, porque houve umapalavra pronunciada pelo Sr. Deputado Francisco José - da minha ilha - que eu de facto não posso aceitar para mim: "calúnia". Eu não caluniei ninguém! Muito cuidado: - Eu não caluniei ninguém: Apresntei dois factos concretos - o facto da Câmara ter sido tutelada, de ter um tutor (e é verdade; ninguém o negou - está ali uma testemunha, que é o Sr. Secretário Regional da Administração Pública) - e o facto das Juntas de Freguesia do Concelho da Madalena não terem recebido o dinheiro a que têm direito no fim do ano.

Mas tenho que lhe dizer mais uma coisa: - Eu sou amigo do Gaspar! Eu convidei o Gaspar, há 4 anos, para ir comigo na lista para a Assembleia Regional! Qual é o mal que isso tem?! Isto não está em causa! Ninguém está contra ele! Eu convidei-o para ir numa lista do PS para a Assembleia Regional! Não há qualquer problema nisso!

O que está em causa, Sr. Deputado, é a subversão do sistema! Eu sou frontalmente contra a subversão do sistema - o que está a acontecer -: que é de facto a desmoralização total das pessoas perante coisas que acontecem e que não deviam acontecer.

Eu não entendo como é que a gente quer que uma Assembleia de Freguesia reúna (porque não reúnem - toda a gente sabe disso) se de facto não tem dinheiro para fazer uma vereda!

O Concelho da Madalena pode ter progresso - pois, tem nalguns aspectos e eu sou apoiante desse progresso. Mais do que ninguém, uma indústria lá colocada deu progresso à Madalena! Isso é evidente!

Eu vou-lhe dizer uma coisa: - Um concelho como o meu, onde há 3 anos a Câmara não põe um metro de asfalto - o mérito é todo da Secretaria das Obras Públicas (tem mérito nisso, sim senhor!) e tem 10% das pessoas abastecidas com água potável e aquela que existe está altamente inquinada, não me diga que é um concelho de progresso, Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

Os Srs. Deputados têm usado de familiaridade ao invocarem os Srs. candidatos às câ-

maras municipais, de forma que pedia que usassem as designações tradicionais na Câmara.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pretendia dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Victor Evaristo, que pelos vistos ausentou-se por motivos justificados (que é ir fumar um cigarro - é um motivo justificadíssimo, que eu faço frequentemente!).

De qualquer maneira, embora ele não esteja presente, vou prestar o esclarecimento e terei oportunidade, mais tarde, de lhe dizer pessoalmente.

Em relação ao Dr. Luís Bastos - e já que se falou deste candidato à Câmara Municipal de Ponta Delgada -, desejava esclarecer que o percurso que ele fez entre a UECO e o PSD passou a meio por uma tentativa de ser candidato pelo PS!

(Risos do Deputado do PSD, Carlos Teixeira)

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Essa é boa!

O Orador: E eu sou testemunha pessoal, porque foi comigo!

Deputado Rui Melo (PSD): Também foi convidado?!

O Orador: O Sr. candidato/Deputado Luís Bastos, antes das eleições de 1984, ofereceu-se ao Partido Socialista - e em especial a mim e a uma outra pessoa - para ser candidato pelo PS caso lhe assegurassem um lugar de eleição. Ora, nós entendemos que não é assim que as pessoas devem aparecer nas listas!

Quatro meses depois, apareceu o Sr. Dr....

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Isso é mentira, Sr. Deputado!

O Orador: Oh Sr. Deputado Carlos Teixeira!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O Sr. é capaz de provar essa afirmação infame que está aí a fazer!

O Orador: Já viu se lhe está a crescer o nariz?! - Não está! Não é mentira!

(Risos do PS)

Esse facto deu-se perante duas pessoas do Partido Socialista - eu e o meu camarada Carlos César -, em que o Dr. Luís Bastos ofereceu-se como candidato caso assegurasse o lugar de eleição.

Mais tarde, apareceu como candidato nas listas do PSD, com toda a legitimidade, obviamente.

Portanto, a evolução do Dr. Luís Bastos é lógica: vem da UECO; tenta passar pelo

PS; não o consegue; vai para o PSD!

Deputado José Carlos Simas (PSD): O Sr. também andou por uns caminhos transviados, um bocado obscuros!

(Apartes inaudíveis do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, peço-vos que não usem do diálogo directo e que sejam breves nestes protestos, porque efectivamente nós estamos a desviar cada vez mais da matéria que está aqui em discussão. Os Srs. Deputados já usaram todos duas vezes da palavra.

Peço ao Sr. Deputado Albano Pimentel que seja breve.

O Sr. Deputado Francisco Silva tornou-se a inscrever. É a última inscrição que há na Mesa. Dar-lhe-ei a palavra para um breve protesto e depois retomaremos o nosso debate sobre o Plano.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para concluir (e julgo que ficou aqui feito um esclarecimento que eu não desejava fazer, mas que é bom que se saiba), desejava só também esclarecer que, se o Dr. Luís Bastos foi "acusado" pelo Dr. Victor Evaristo de nos ardores da juventude ter sido comunista, o Dr. Victor Evaristo nos ardores da juventude foi Chefe de Gabinete de um Ministro do antigo regime! Portanto, há ardores a ardores de juventude! Não sei qual será o melhor!

Deputado José Carlos Simas (PSD): E o Fernando Monteiro donde é que foi?!

O Orador: Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus! Não diga asneiras! Não se vai agora falar aqui numa pessoa que nem cá está!

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PSD, José Carlos Simas)

Era só este esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E só para dar uma informação ao Sr. Deputado Manuel Serpa.

Julgo que o Sr. Deputado Manuel Serpa sabe, mas faz que desconhece! O Sr. Deputado Manuel Serpa sabe que uma Câmara não é um "Presidente da Câmara": é um órgão colegial, em que todos são responsáveis pelos actos que essa Câmara toma.

Julgo que o Sr. Deputado Manuel Serpa, como vereador, é responsável pelos tais 10% da água, mas, mais do que isso,...

Deputado Manuel Serpa (PS): Eu não sou

vereador da Câmara!

O Orador: Mas já foi!

...sabe perfeitamente que o problema da água inquinada, se calhar, é apenas do Presidente da Câmara, que é o responsável, é um "garoto" que a inquina!

É que eu também sou vereador numa Câmara cujo presidente é do Partido Socialista e, até que eu ponha lá nas declarações das actas que sou contra aquilo que ele fez, eu sou responsável como ele!

O que o meu amigo não pode é de um lado estar de fora e do outro estar dentro!

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é que eu julgo que todos nós temos que assumir! E eu assumo! E é aquilo que deveria ser assumido!

Presidente: Eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Carlos Simas ao abrigo da disposição regimental que permite a defesa da honra e depois pedia que voltássemos à discussão da matéria em causa.

Tem a palavra.

Deputado José Carlos Simas (PSD):

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

Eu não queria usar da palavra sobre esta matéria, porque estou de acordo com o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional quando diz que estamos a desviar-nos demasiado do tema em debate. Simplesmente, entendo que, tanto da parte do Sr. Deputado Martins Goulart como da parte do Sr. Deputado Albano Pimentel, teceram-se aqui considerações em torno de um colega meu de partido - que é militante do partido há 9 anos! - e que estão a desenterrar aqui uma questão que não tem nada a ver com filiações partidárias, mas sim movimentos juvenis!

Desafio o Sr. Deputado Albano Pimentel para aqui mesmo, publicamente, confessar **por onde andou em 1976 e 77!**

A grande questão de fundo é que o Deputado Luís Bastos - agora candidato à Câmara Municipal de Ponta Delgada -,...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Vai ganhar as eleições!

O Orador: ...que é de facto, previsivelmente, o nosso Presidente da Câmara, está a criar muitos engulhos aos Srs. Deputados do Partido Socialista,...

Deputado Albano Pimentel (PS): Nenhum!

O Orador: ...que até se arvoram em que são alternativa, são alternativa e não foram capazes de encontrar ninguém - mesmo que fosse o Sr. Deputado Albano Pimentel! - para ser candidato à lista do Partido Socialista à Câmara de Ponta Delgada!

Deputado Albano Pimentel (PS): Eu tenho a noção das minhas limitações, ao contrário de vocês aí!

O Orador: A vossa argumentação sobre esta matéria é extremamente pobre e despida de qualquer raciocínio lógico!

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido - as "honras" estão defendidas!

Vamos voltar às inscrições e eu vou dar a palavra à Sra. Deputada Regina Cunha.

Deputada Regina Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

Estando à discussão o Plano e Orçamento para 1990 vemos que as linhas de orientação política tomadas evidenciam cuidado e preocupação para que não fosse retardado o progresso da Região e consequentemente os objectivos do seu desenvolvimento.

Assim, apesar dos condicionalismos financeiros obrigarem a executarem-se certos ajustamentos deve-se realçar que o esforço desse desenvolvimento, previsto para 90, teve um aumento significativo se comparado com o ano anterior e isso não se pode ignorar.

Não foi pois um trabalho feito ao acaso, pois se nos fixarmos nos Programas da Educação, através da minha comissão, vemos que houve responsabilidade na redução de custos ao reverem-se os projectos que não podiam e não deviam ser adiados. E nesse enquadramento temos o exemplo da Escola da Madalena do Pico cuja revisão de projecto sofreu uma redução de 300.000 contos sem afectar o fim da sua estrutura, verba essa que irá beneficiar outras carências.

Olhando a pré-primária, ela continua no seu avanço, já indo em 221 escolas criadas, tendo-se inaugurado 42 em 89, prosseguindo-se assim a caminhada importante para o objectivo de uma escolarização total dos 6 aos 12 anos.

O sucesso escolar no ensino básico melhorou, instalando-se uma esperança e melhor conceito das medidas tomadas, graças aos programas de apoio às dificuldades de aprendizagem e compensação educativa, programa esse que ocupou 63 professores e se mais não se fez nesse campo, é porque humanamente não foi possível por falta de pessoal qualificado. Mas os resultados e alcance dessa medida começam a dar os seus frutos pois o mundo das crianças não poderia ser afectado pelas tropelias das mudanças dos tempos. É um programa que valerá a pena continuar pois nos meios mais carenciados por pessoal

qualificado será sempre uma alternativa justa e correcta e poderá mesmo dizer-se ser **um investimento regional**.

Nas obras de vulto, no programa das construções escolares, teremos a Escola Secundária da Praia da Vitória com 40 salas, a da Madalena com 30 - em fase de declaração de utilidade pública de terrenos, seguindo-se as que estão em fase de reapreciação de projecto, caso da Lagoa com 35 e a da Maia com 30.

E pena de facto o nosso povo não estar mais informado e a par do muito que se tem feito ou se vai fazer.

O ensino superior também está contemplado neste programa com obras em vários departamentos, empenhamento esse importantíssimo pois sem espaço, a capacidade de resposta sofreria sempre limitações e mesmo atrofiamentos.

Só é de lamentar que o ensino técnico profissional não tenha o enquadramento devido de aceitação entre a nossa Juventude, mas espero que um empenhamento de alteração no conceito que se possui desse ensino, ultrapasse essa situação, pois seria aqui que muitas das carências da Região teriam a resposta devida ao seu desenvolvimento técnico e a oportunidade de obtenção de emprego.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Saliento ainda no Sector da Cultura a contínua recuperação de imóveis de interesse cultural destruídos pelo sismo de 80, programa esse que, para o caso das Igrejas de S. Jorge, ainda em fase de recuperação inicial ou de raiz, tem um impacto positivo pelas dimensões que representa e se reveste, pois o povo não tem culpa de outras culpas.

Resumindo verifica-se, no respeitante às comparações entre 89 e 90, que o investimento em construções escolares tem uma variação significativa de 26% e, na aquisição de equipamento para os diversos estabelecimentos de ensino, de 21%.

Quanto à cultura os valores aproximam-se notando-se um ligeiro decréscimo na defesa e valorização do património cultural de 35% e na animação e Actividades Culturais uma variação positiva de 11%. Ainda os média apresentam um reforço de 32% relativo ao indicado no quadriénio.

E de realçar pois que este Plano continua enquadrado no PMP e ao dar preferência aos sectores económicos, evidencia a importância dos sectores sociais para o caminho do progresso e equilíbrio do desenvolvimento regional. A posição deste Governo foi correcta

perante as realidades dos condicionalismos financeiros e os critérios tomados foram racionalmente os possíveis - razão porque este Plano e Orçamento tem toda a minha aprovação.

Tenho dito.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

(Aplicusos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nesta discussão do Plano para 1990 do Governo Regional cabe-me agora a vez de apresentar o Plano para a área da Saúde e Segurança Social.

E, como não poderia deixar de ser, a continuação de acções iniciadas em anos anteriores e o início de outras novas, tal como estava programado no Plano de Médio Prazo, do qual este documento agora em apreciação é no essencial a parcela correspondente a 1990.

Gostaria no entanto, e ainda antes de iniciar a apresentação dos novos projectos para o próximo ano, de aproveitar esta ocasião para informar a Assembleia Regional, ainda que muito sucintamente, de aquilo que fizemos durante 1989.

A nossa primeira grande tarefa foi a de proceder ao estudo e análise da situação em todo o Sector da Saúde o que implicou deslocamentos a todas as ilhas e aos estabelecimentos de saúde existentes na Região para, "in loco", contactar com o pessoal que trabalha na área da Saúde, médicos, enfermeiros, técnicos paramédicos e pessoal administrativo, e auscultar também a população, para melhor nos apercebermos dos problemas e das questões que se põem na prestação dos cuidados de saúde nos Açores.

Esses contactos permitiram desde logo a resolução de algumas questões e levaram-nos à conclusão que seria necessário proceder a uma ampla delegação de competências da Secretaria para os órgãos dirigentes dos Centros de Saúde e dos Hospitais dando-lhes mais poderes de decisão para, desta forma, poderem dar mais rápida resposta aos problemas, e, por outro lado, libertando os órgãos centrais da Secretaria de muitas das tarefas de administração dos serviços periféricos que vinham sendo feitas, permitindo assim maior disponibilidade para um melhor

desempenho de funções de coordenação e de elaboração técnica de âmbito regional que deve ser a sua principal missão.

Iniciou-se o processo de entrada em funcionamento dos Centros de Saúde com a sucessiva nomeação dos respectivos conselhos de administração, processo esse que terminará em breve com a nomeação do conselho de administração do Centro de Saúde da Calheta.

Fomentou-se a realização de reuniões entre os vários centros de saúde e de estes com os hospitais da respectiva área.

No âmbito dos investimentos, lançou-se o concurso para a construção do novo Hospital de Ponta Delgada, estando já neste momento para apreciação do Governo a proposta da comissão de apreciação dos concorrentes.

Procederam-se a obras de ampliação remodelação e melhoramento nos Hospitais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, e nos Centros de Saúde de Vila Franca, Lajes do Pico, Ribeira Grande e Ponta Delgada; concluíram-se as obras do novo Centro de Saúde da Horta e entraram em funcionamento os novos Centros de Saúde de Angra do Heroísmo, Nordeste e a Escola de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

Concluíram-se as importantes obras de remodelação e ampliação das Termas das Furnas bem como as de reconstrução da Casa de Saúde de S. Rafael.

Quanto aos Postos de Saúde, concluíram-se os de Rabo de Peixe e dos Arrifes - que aliás, irão ser inaugurados no próximo dia 31 de Dezembro (e, desde já, tenho o prazer de convidar todos os Srs. Deputados da oposição a estarem presentes) - e adquiriu-se inúmeras equipas para os Hospitais, Centros de Saúde e Postos de Saúde da Região.

No âmbito legislativo e regulamentar procedeu-se à alteração dos quadros de pessoal do Hospital da Horta e Ponta Delgada.

Resolveu-se a questão de natureza jurídica e do pessoal do Hospital Concelhio da Povoação bem como se resolveu o problema da falta de enquadramento do pessoal do Centro de Oncologia tendo-se cessado para o efeito com o seu regime de instalação.

Ainda no campo da produção legislativa encontra-se em fase final de preparação o diploma de organização e gestão hospitalar bem como pequenas alterações ao diploma base e de enquadramento dos Centros de Saúde.

Por fim, foi constituída uma Comissão formada por especialistas que elaborou o Plano de Saúde da Região que será entregue até

ao fim do ano, onde, após a consulta generalizada a todos os profissionais de saúde e usando métodos científicos de recolha de dados, se apurou os principais problemas da saúde da Região e se elaboraram os projectos específicos de combate a cada um deles com a fixação de objectivos precisos e quantificados, que é o primeiro documento do género elaborado em Portugal e será um preciosíssimo instrumento de fundamentação da política de saúde do Governo.

Na área da Segurança Social, procedeu-se à continuação da reestruturação da organização administrativa da Segurança Social encontrando-se em condições de serem apreciados pelo Governo brevemente os diplomas que regulamentam os Institutos do Regime de Gestão Financeira e Acção Social de Segurança Social.

Procedeu-se à aquisição de novo e sofisticado equipamento que irá modernizar o sistema de informática da Segurança Social.

Realizou-se uma importante reunião na Cidade da Horta que contou com a presença dos mais altos responsáveis da Segurança Social dos Açores, Maadeira e Continente, tendo neste seminário sido criadas as condições favoráveis que permitirão à Região fazer a gestão financeira e dispor de receitas de capital e que serão objecto da celebração de um protocolo com o Ministério do Emprego e Segurança Social que, para além disso, garantirá a transferência de verbas para despesas de capital que possibilitará adquirir um prédio em Ponta Delgada e que permitirá a concentração num só prédio dos serviços da Segurança Social dispersos por vários edifícios naquela cidade, com grande benefício para os respectivos serviços e para a população utente.

Encontra-se pronto o diploma que criará o Conselho Consultivo de Segurança Social que em breve será enviado a parecer do Conselho Regional de Concertação Social.

No âmbito dos investimentos consignados no Plano e nas áreas da infância e juventude durante 1989 iniciaram-se os projectos para duas creches e jardins de infância em Ponta Delgada e para a remodelação de um lar feminino na Horta; concluíram-se os projectos para jardins de infância em Angra do Heroísmo e nas Lajes do Pico e para um lar feminino na Ribeira Grande; iniciou-se o processo para a construção de uma creche em Angra do Heroísmo e outra na Praia da Vitória; apoiou-se a continuação das obras de uma creche e jardim de infância e de um lar feminino em Angra do Heroísmo.

Na área dos idosos apoiou-se a continuação da obra de construção de um lar de idosos em Santa Cruz da Graciosa e concluiu-se a obra de ampliação do lar de idosos da Horta, que foi anteontem inaugurado, e efectuaram-se melhoramentos em instituições de apoio a idosos nas Ilhas de Santa Maria, S. Miguel, S. Jorge e Faial.

Na área do apoio à comunidade iniciaram-se 9 projectos de polivalentes; iniciou-se a construção e continuação de obras de 1 polivalente em S. Miguel, 2 na Terceira, 2 em S. Jorge, 1 no Pico e 1 no Faial.

Concluíram-se e iniciaram o seu funcionamento 7 novos polivalentes dos quais 2 em S. Miguel, 2 em S. Jorge, 1 em Santa Maria, 1 na Terceira e 1 no Pico.

Continuou-se o apoio ao projecto ruptura de um ciclo em Rabo de Peixe e iniciaram-se as obras de melhoramento num centro de acolhimento temporário em Ponta Delgada.

Esta foi em termos necessariamente sucintos a exposição das nossas principais actividades durante o corrente ano de 1989.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação a 1990 as nossas propostas do Plano são do vosso conhecimento, constam dos documentos distribuídos e foram dadas previamente explicações na comissão parlamentar respectiva pelo que me dispense de aqui as repetir.

Não poderei, porém, deixar de assinalar pela sua importância e significado o início das obras do Hospital de Ponta Delgada que, por si só, será o maior investimento da Administração Regional até agora previsto e o início da construção do centro de Saúde de Vila do Porto e de S. Roque, bem como a realização de importantes obras de ampliação do Hospital de Angra do Heroísmo, que são fundamentais para resolver alguns dos estrangulamentos que agora se verificam.

No sector da Segurança Social, destaco o esforço que será feito no apoio a instituições de solidariedade social em equipamento para a infância, juventude e para idosos.

Daremos uma particular atenção à racionalização e gestão do sector da Saúde. É fundamental que o dinheiro que o povo dos Açores dispende neste sector tenha a devida contrapartida na qualidade de prestação de serviços.

Vamos por isso fazer aprovar legislação que altera fundamentalmente a organização e gestão dos nossos hospitais clarificando áreas de actuação, distribuindo claramente o que é da responsabilidade do sector público e o que é da actividade privada.

Temos recursos humanos já em número satisfatório, com qualificação técnica muito boa, as nossas instalações estão a ser substancialmente melhoradas, as aquisições de equipamento são enormes. Penso, por isso, que é possível com estes meios fazer mais e melhor - é isso que vamos tentar conseguir.

As despesas com a Saúde em todo o mundo são em conjunto com as da Educação as que maiores encargos dão aos orçamentos. Os Açores não são uma excepção nesta matéria. Só que um aumento de encargos que é absolutamente necessário para aproximar a situação dos Açores à de outras zonas desenvolvidas, não poderá ser ilimitado e sem critério e daí que todos os que estão neste sector - profissionais de saúde, gestores e mesmo os utentes dos serviços e população em geral - têm de ser motivados e induzidos a alterarem os seus tipos de comportamento, à semelhança do que já foi feito há anos nos países desenvolvidos.

Teremos que actuar a vários níveis: ao nível da gestão e direcção dos estabelecimentos de Saúde; ao nível de formação do pessoal; ao nível de racionalização dos serviços e da sua modernização, que passa pela informatização dos serviços; ao nível de grupos de intervenção técnica em áreas críticas conhecidas.

Esperamos e contamos com a colaboração dos profissionais da saúde para se conseguir alterar a situação e para alguns que se encontrem agarrados ao passado as circunstâncias e a evolução do processo convencê-los-á a mudar de atitude e apanhar a carruagem do futuro da saúde.

Iremos pois com diálogo, mas com firmeza, seguir a política definida.

Tenho dito.

Deputado Victor Cruz (PSD): Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Iria pedir apenas ao Sr. Secretário que esclarecesse a Câmara (e digo que não necessitaria pessoalmente desse esclarecimento na medida em que sei a posição desses assuntos) sobre a posição em que se encontra o processo que levará à construção do Lar de Idosos das Flores, da Casa do Povo de Ponta Delgada das Flores, da Creche e Jardim de Infância e de outras acções que sei que a Secretaria tem em curso relativamente à Ilha

das Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social:

Em Março deste ano, quando aqui discutimos o Plano e o Orçamento, levantei aqui algumas questões relativas ao funcionamento dos regimes de Segurança social e na altura não tive resposta. O Sr. Secretário Regional remeteu-me para o Sr. Secretário da Juventude e Recursos Humanos, que na altura também não estava na Sala (possivelmente) e, por esse facto, também não tive dele qualquer resposta.

E continuei sem resposta deste Governo à minha intervenção ou às sugestões por mim aqui feitas durante todo esse tempo.

Eu pergunto: - Por que é que um documento importante como o que prevê a dispensa de pagamento de contribuições às entidades patronais que empreguem pessoas com contrato a prazo certo, não está aplicado na nossa Região? - Pergunto aos dois! Responde-me aquele que souber, se é que podem dar a informação agora.

Pergunto também: - Por que é que um diploma importante, de 1988, com aplicação na Região Autónoma dos Açores - que é o subsídio de inserção a jovens na vida activa, que se destina a compensar todos os jovens que em determinadas condições estão desempregados e têm direito a receber por mês um montante idêntico à pensão social - não está aplicado na Região Autónoma dos Açores?

Pergunto ainda: - Por que é que um diploma que prevê a criação de actividades independentes que não devam ser consideradas como profissões liberais não está aplicado na Região Autónoma dos Açores?

Estas são algumas das perguntas que o Governo teve um ano para responder e que não respondeu. Se conseguir fazê-lo hoje, muito bem. Se não, continuo a aguardar durante mais um ano que o faça!

Quanto ao Plano propriamente dito, queria só perguntar ao Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social por que razão o Programa 13, que prevê investimentos em instalações e equipamento dos serviços de Segurança Social, teve no corrente ano - e, pelo menos, pelos dados disponíveis até ao primeiro semestre - um grau de execução zero, ou seja, por que é que não se construíram as instalações que estavam previstas construir na Ilha

do Pico, nomeadamente para instalação de serviços de Segurança Social.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto.

Deputado Carlos Pinto (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E um facto que neste Plano o sector da Saúde tem uma diminuição, nas suas verbas previstas, de 370 mil contos.

Logicamente que haverá programas que serão retardados no tempo, já que parece que, quanto ao número de edificações, em princípio, mantêm a sua construção.

Contudo, gostaria de fazer uma referência aqui ao Centro de Saúde de Vila do Porto. No Plano de Médio Prazo estava prevista para o mesmo uma verba de 150 mil contos e no Plano de 90 a verba que será dispensada será de 50 mil contos. Logicamente que, perante este número, o Centro de Saúde de Vila do Porto não será feito nos próximos dois anos: será retardado muito mais tempo.

Há aqui também programas que eu acho que terão muita importância. Refiro-me especificamente ao Programa 10.2, relativo à informatização dos Serviços de Saúde, em que está prevista uma verba de 15 mil contos, que, em princípio, acho que é uma verba muito diminuta para aquilo que se quer fazer e para aquilo que se quer racionalizar em termos de Saúde e que é necessário mesmo efectuar a sua informatização.

Em relação ao Programa 9 que faz referência ao "Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde", e em que o Sr. Secretário já várias vezes tem intervindo prometendo um tratamento adequado e necessário, está inscrita uma verba de 15 mil contos, que eu penso também que é diminuta para aquilo que se pretendia.

Em relação ao Centro de Saúde de Vila do Porto, penso que a verba de 2 mil contos não é razoável, porque desde 1982 que se tem solicitado à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais a compra de um aparelho de "raio X" - porque o que se encontra em funcionamento é obsoleto - e penso que com 2 mil contos não se pode, de modo algum, fazer nada.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora com toda a lisura, eu gostaria de fazer a mesma pergunta - e neste momento - ao Secretário certo acerca do polivalente na Ilha do Corvo.

- O Sr. Secretário poderá dizer-nos aqui

ou não se os Corvinos podem contar com o polivalente na Ilha do Corvo durante este quadriénio?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

Era uma pergunta objectiva ao Sr. Secretário.

Está prevista uma verba de 2.500 contos para o Centro de Saúde da Graciosa e que se destina a equipamento. Eu Pergunto: Para quando se prevê a realização das obras (que já vêm previstas há longa data) tão necessárias naquele Centro de Saúde?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, se quiser responder.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo às questões levantadas pelos Srs. Deputados, diria - em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado Renato Moura - que para 1990 nós vamos efectivamente arrancar com o Lar de Idosos, com a Casa do Povo de Ponta Delgada e vamos iniciar o projecto das Lajes das Flores.

Efectivamente, temos verbas previstas no Plano para este efeito. As questões estão bem encaminhadas. Há sempre alguns impedimentos pelo caminho, que resultam muitas vezes de alguns problemas dessa índole, mas nós estamos a tentar ultrapassá-los e não há razões nenhumas para, neste momento, dizer que isso não vai ser feito.

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado Fernando Fonte, parte delas não são da minha área - são da área da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos - e por conseguinte o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos poderá efectivamente, responder, se assim entender.

Concretamente em relação àquilo que me diz respeito, que é as instalações para os edifícios da Segurança Social, a meio do ano - que foi quando se fez o apuramento da execução do Plano para 1989 - não tinham ainda sido dispendidas verbas, mas neste momento já foram dispendidas verbas para a instalação de serviços, nomeadamente: na Ilha de S. Jorge já está avançado o projecto de condições de aquisição para a instalação das delegações nas Velas e temos previsto para 90 - e vão ser efectivamente dispendidas

- as verbas para as instalações da delegação na Ilha do Pico.

Em relação ao Centro de Saúde de Vila do Porto, foi aberto o concurso público. A verba que está aqui - e que efectivamente tem um valor diferente daquele que foi inicialmente previsto - não prejudica em nada a execução da obra. O que está previsto é ligeiramente inferior. Houve apenas necessidade de fazer alguns ajustamentos, mas isso não prejudica a elaboração e a construção deste Centro de Saúde.

Em relação às verbas para "Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde", gostaria de explicar (e com isto poderei responder também ao Sr. Deputado Carlos Mendonça) que estas verbas de 15 mil contos para a fixação de pessoal, na Ilha da Graciosa (se repararem) não são efectivamente a resolução daquelas questões de fixação de pessoal de saúde nas zonas periféricas (que essas serão desenvolvidas ao longo de 90 e nem têm reflexos directos no Plano serão medidas mais de ordem administrativa): têm a ver com a ampliação do Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa.

Efectivamente, estes 15 mil contos destinam-se à construção de uma edificação para a instalação das freiras enfermeiras que está relacionada no processo de ampliação -, porque com a saída da instalação das enfermeiras do Centro de Saúde estão criadas as condições para se fazer as obras no espaço vago.

Em relação ao Corvo, nós estamos aqui neste momento a discutir é o Plano para 1990: não é o Plano para o quadriénio! - O Plano para o quadriénio já foi discutido há uns meses atrás e por conseguinte, em relação a 1990, o que lhe posso dizer é que não está previsto nenhum polivalente para a Ilha do Corvo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que o Sr. Deputado Fernando Fonte perdeu a oportunidade de fazer essa mesma pergunta na Comissão dos Assuntos Sociais, onde eu estive presente e poderia-lhe ter respondido.

Deputado Fernando Fonte (PS): Esqueci-me, Sr. Secretário!

O Orador: Todavia, dir-lhe-ei, em termos muito telegráficos, porque o Governo dispõe de muito pouco tempo, que a política de emprego dos Açores difere da política de emprego que é adoptada no Continente. Daí nos termos incentivos à criação de empregos di-

ferentes daqueles que existem no Continente.

De qualquer maneira, em termos de subsídio social de desemprego, todas as pessoas recebem-nos, logo que estejam nas condições para tal.

Quanto ao diploma que referiu, nós temos outros cá, nomeadamente o Programa "Emprego Formação", em que as condições e os incentivos que são dados aos empresários são bastante mais significativos do que aqueles que refere no diploma que citou.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos:

Eu começaria precisamente por prestar um esclarecimento ao Sr. Secretário, dizendo que a Lei 50/88, que prevê um subsídio de inserção de jovens na vida activa, não tem nada a ver com subsídio de desemprego, nem tem nada a ver com programas de emprego ou de oferta de emprego que estão a ser praticados na Região. Antes pelo contrário, são aqueles jovens que não têm emprego que reunindo determinadas condições que aqui estão explícitas nessa Lei 50/88 - podem receber mensalmente um montante equivalente a uma pensão do regime não contributivo da Segurança Social. Portanto, o jovem que nunca trabalhou não tem o direito ao subsídio de desemprego - nem nunca terá, porque nunca trabalhou.

E para essas situações daqueles que nunca trabalharam e que também não têm emprego e continuam desempregados que se aplica a Lei 50/88, que é uma Lei Nacional e que não está a ser aplicada na Região Autónoma dos Açores - e tinha obrigação de o ser!

Essa é a primeira informação que queria dar aqui à Assembleia.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social, devo dizer-lhe que a dispensa de pagamento de contribuições não tem nada a ver com a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos: tem a ver tão só com a Segurança Social. E o Decreto 257/86 que diz que "as entidades patronais interessadas na aplicação do disposto neste diploma devem apresentar na instituição de Segurança Social que as abrange o requerimento ..."; depois diz, no artigo 7º, que "as instituições de Segurança Social deverão apreciar o pedido no prazo de 30 dias a contar da apresentação do requerimento"; diz que as pessoas têm direito a

recorrer e diz aqui muitas coisas, mas repito - isto não tem nada a ver com o Sr. Secretário da Juventude e Recursos Humanos: tem a ver só com a Segurança Social.

Portanto, continuo a aguardar que, de futuro, seja demonstrado que, na Região Autónoma dos Açores, os contribuintes possam beneficiar da isenção do pagamento de contribuições durante 24 meses, sempre que se disponham a celebrar contrato com o trabalhador desempregado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Fonte:

Dir-lhe-ei que a Região Autónoma dos Açores, durante o corrente ano, dispendeu 36.500 contos num Programa de Integração no Mercado de Trabalho - que foi exactamente com esses jovens que referiu - e dispendeu 50 mil contos no Programa "Emprego Formação" - que são os incentivos para a criação de postos de trabalho.

Quando é dado 50% durante 6 meses ou 75% consoante for mão de obra masculina ou feminina, este benefício é bastante superior à isenção de contribuições para a Segurança Social.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido, de forma que tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Membros do Governo:

No Programa do IV Governo, debatido e aprovado por esta Assembleia, na área da Juventude afirma-se:

"Os problemas e aspirações da Juventude não são pontuais. Temos respostas para elas".

E, na política de Juventude tratada no Plano de Médio Prazo e que decorre do próprio Programa do Governo, é já bem patente a influência benéfica da criação da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, como ainda ontem provou na sua intervenção o Sr. Secretário Regional.

Os objectivos definidos neste sector no Plano e Orçamento, revelam que a problemática da Juventude está a ser encarada de forma coerente, global e integrada, através de uma perspectiva "horizontal" que harmoniza as acções que visam as camadas mais jovens das populações.

E certo que a Secretaria Regional da Ju-

ventude não tem ainda uma dotação orçamental muito significativa, mas o facto dos apoios à Juventude no Orçamento para 1990 aumentarem em 40,8%, é a demonstração clara e inequívoca de que o Governo está sensibilizado para a problemática da Juventude.

E verdade que o grosso das verbas e dos meios necessários para delinear uma política integrada de juventude não passa por aquela Secretaria. No entanto as iniciativas programadas e concretizadas permitem-nos concluir que se superou a possível insuficiência financeira com um acréscimo de imaginação e criatividade.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Muito bem!

O Orador: Entre aqueles avulta o lançamento do PAJE - Programa de Apoio aos Jovens Empresários, que tem por objectivo participar no financiamento de projectos de investimentos em sectores de actividades como o Turismo, a Indústria Transformadora e Serviços, criando condições de estímulo e desenvolvimento à iniciativa dos jovens, com as idades compreendidas entre os 18 e 35 anos.

Mas, durante o ano que ainda decorre o Governo, pelo Secretário Regional da Juventude, criou o Programa de Integração no Mercado de Trabalho, destinado aos Jovens dos 18 aos 29 anos.

A problemática de Ocupação dos Tempos Livres dos Jovens em férias mereceu especial atenção do Governo, na medida em que permitiu o contacto de jovens com experiências profissionais, dando uma ajuda complementar para a orientação profissional.

Neste Programa, participaram 950 jovens que foram distribuídos por 330 projectos apresentados.

O desemprego de larga duração apresenta na Região índices muito baixos, mesmo assim, o Governo preparou e elaborou programas específicos para obviar tal situação.

Neste sentido, foi criado o Programa de Ocupação dos Trabalhadores Desempregados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, salienta-se ainda a assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Governo e a Associação Portuguesa das Pousadas de Juventude.

No domínio da participação, incrementou-se o movimento do Associativismo Juvenil, pondo à disposição de várias Associações apoios financeiros e logísticos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Membros do Governo:

As propostas em análise traduzem a vontade expressa do Governo, que aplaudimos,

de corrigir os principais desequilíbrios que vêm caracterizando a nossa economia e se reflectem negativamente na situação dos Jovens Açorianos.

Um desemprego insignificante, uma taxa de inflação abaixo dos níveis médios europeus e um endividamento controlado, traduzem o sucesso da política económica financeira deste Governo. A existência de apoios para combater a falta de habitação para jovens é uma prova importante de um esforço neste sector, muito sensível quer no plano social, quer no plano económico. O assumir de verbas inicialmente inscritas na Ante-Proposta para o Orçamento de 1990, para o sector da Educação, é sinal que o Governo continua a encarar com grande visão e sentido de responsabilidade a educação das gerações vindouras.

Salienta-se mais um dado que reputo particularmente significativo, pois é à juventude que a educação se dirige em primeiro lugar, juventude que quer continuar a construir os Açores de amanhã.

A consolidação do Cartão Jovem, as Férias Desportivas e o intercâmbio que se vem mantendo com o exterior, Continente e Europa, fomentando o Turismo Juvenil, são também um sinal do sucesso da política de juventude do nosso Governo.

E se mais não se concretizou, não foi por falta de planos, mas sim por indisponibilidade de receitas, porque somos uma Região em que as receitas ficam aquém das nossas necessidades, como se constata pelo Orçamento apresentado.

Deputado Fernando Fonte (PS): E pelo Relatório de Execução!

O Orador: A solidariedade nacional impõe que as opções financeiras do Governo Regional concorram para o desenvolvimento social e económico dos Açores.

As transferências orçamentais não devem ser entendidas pelo Estado, primeiro, como forma de controlo financeiro e, depois, como cerceamento da capacidade política.

Ao Estado, exige-se a coragem e a obrigação de não nos desiludir.

Deputado Victor Cruz (PSD): Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi (como é meu costume) com bastante atenção a intervenção do Sr. Deputado Rui Melo e gostaria de lhe pôr algumas questões sobre aquilo que acabou de dizer aqui a esta

Câmara e que tem a ver com o seguinte:

O Sr. Deputado refere que mais não se fez no sector da Juventude por falta de verbas - as verbas são insuficientes; se mais verbas existissem mais se faria.

Também diz que criatividade não falta; faltam as verbas (e talvez mais qualquer coisa!)

Deputado Rui Melo (PSD): Qual? Qual?

O Orador: Sr. Deputado, depois fala! Agora deixa-me falar, porque eu estou a tratar de um assunto sério...

Deputado Rui Melo (PSD): E só uma ajudinha!

O Orador: ...e portanto não gostaria que a Câmara se transformasse outra vez na bandalheira que já hoje se transformou!

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Os Srs. Deputados é que a fazem!

O Orador: Agora trata-se de Juventude e esperamos que a Juventude seja uma coisa mais séria do que a Administração Pública!

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Também sou jovem!

O Orador: Portanto, não vamos transformar a Juventude naquilo que o Sr. Secretário transformou a Administração Pública aqui há pouco!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

O Orador: Eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Rui Melo o seguinte:

Existe falta de verbas, no entanto, se olharmos (e se o Sr. Deputado olhar) para o Relatório de Execução que foi entregue aos Srs. Deputados, de Janeiro a Setembro (há muito pouco tempo), poderemos dizer que o Programa 14 apenas tem uma execução de 3,14%. Perguntaria ao Sr. Deputado: - Para quê mais verbas se aquelas que nós temos o Governo não as consegue executar?

E perguntaria mais uma coisa ao Sr. Deputado, que tem a ver com a habitação para os jovens: - Até agora quantos jovens nesta Região usufruíram dos apoios que a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos tem para a habitação?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo, se quiser responder.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou iniciar este esclarecimento começando pela habitação.

O Sr. Deputado Luís Filipe Cabral quando fala na habitação até dá a impressão que a Secretaria da Juventude é que lidera as ques-

tões da habitação.

E, como o Sr. Deputado talvez não tem presente, quero-lhe dizer que o Governo tomou uma medida, no seu "Conselho do Governo", em que alargou o leque de rendimento familiar, tornando-o cinco vezes o salário mínimo nacional, para as pessoas poderem concorrer aos apoios à habitação.

Esses apoios, Srs. Deputados, são, sem dúvida, na maioria deles, para jovens.

O que o Sr. Deputado quer se referir é aos apoios supletivos.

Quero informar o Sr. Deputado que o Sr. Secretário fez uma intervenção clara nesta Casa, em que dizia que brevemente iam ser apresentadas propostas de decreto legislativo e regulamentação para serem distribuídos esses subsídios. Isto não quer dizer que os jovens ficaram sem os apoios à habitação.

Mais um apoio que foi criado pelo Governo foi a isenção de sisa, aumentando a taxa até ao valor máximo de 6.750 e corrigindo os restantes escalões em 35%. Esse é um apoio concreto, que também abrange os jovens.

Em relação ao que foi realizado, quero dizer ao Sr. Deputado que o relatório que tem refere-se "até Julho"; nós estamos em Novembro e o mês de Dezembro ainda faz parte do ano de 89!

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Até Setembro! Está lá na capa!

O Orador: Pois foi publicado em Julho, Sr. Deputado!

(Risos e apartes inaudíveis do PS)

O Sr. Deputado devia-me era questionar sobre as realizações - aquilo que eu afirmei (e pode ficar com (passe o termo) "sebentas" das intervenções do Sr. Secretário, da minha intervenção e da intervenção que vai ser proferida nesta Sala pelo Sr. Deputado Victor Cruz para ver o que foi feito para a Juventude!) e aí depois veria que fez-se muito!

Deputado Fernando Fonte (PS): Não aparece é nada!

O Orador: E desafiava-o a falar sobre mais pontos! A "Habitação" já foi respondido!

Deputado Fernando Fonte (PS): Aonde?!

O Orador: O Sr. Deputado fez uma pergunta sobre as Pousadas de Juventude; o Governo respondeu-lhe concretamente sobre as Pousadas de Juventude!

Por isso, Sr. Deputado, penso que a "Habitação" foi contemplada na política de Juventude e penso que se o Sr. Deputado quiser saber os números correctos, é só fazer um requerimento, porque o Governo terá muito prazer em informá-lo sobre quantos jovens

beneficiaram dessas...

Deputado Fernando Fonte (PS): Já não estás em condições de debater a "Juventude" aqui dentro!

O Orador: Estou! Estou!

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido.

Vamos interromper os nossos trabalhos por 20 minutos.

(Eram 17,10 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para o reinício dos nossos trabalhos.

(Eram 17,40 horas)

Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Comunicação Social Açoriana progride a ritmo satisfatório.

As intenções do Governo, materializadas no plano jurídico e em diferentes acções estão a viabilizar o desenvolvimento dos media açorianos.

Generaliza-se a utilização de serviços avançados de primeira geração.

O recurso a novas tecnologias de imprensa tende também a generalizar-se nos jornais diários.

As novas modalidades de apoio para estes fins, introduzidas pela recente aprovação do decreto legislativo de iniciativa governamental, vão possibilitar uma efectiva modernização do processo produtivo da imprensa.

A actividade de radiodifusão sonora privada estendeu-se a cinco novos espaços geográficos - S. Miguel, Graciosa, S. Jorge, Pico e Faial.

Por iniciativa do Governo dos Açores as rádios privadas locais dispõem de um quadro de apoios, juridicamente consagrado, primeiro e único no país para aquele efeito.

A liberdade de expressão deve consubstanciar-se no estímulo à actividade criadora, na crítica e no confronto de ideias que forme opiniões conscientes e esclarecidas.

Introduziram-se esquemas de ajuda para a viabilização financeira das empresas jornalísticas - condição essencial para a sua independência económica e política.

Esquemas traduzidos em apoio financeiro directo para informatização das redacções, acesso aos serviços das agências noticiosas, transporte de jornais, aquisição de papel de impressão e comunicações telefónicas. Em 1990 estarão disponíveis **132 mil contos** para continuar e ampliar estas ajudas.

A valorização dos recursos humanos é necessária e desejada para todos os sectores da actividade produtiva regional. Também na imprensa e no audiovisual.

O âmbito da formação e valorização profissional é mais amplo, contemplando novas categorias profissionais, abrangendo todos os agentes da comunicação social, tenham ou não vínculo contratual.

Contribuímos para a dignificação da actividade jornalística e seu reconhecimento público, instituindo o, prometido, prémio para a imprensa e audiovisuais. - 1ª Edição, porque outros se vão seguir.

O estrangulamento dos mercados vai-se atenuando.

Lançamos as sementes para uma imprensa verdadeiramente dimensionada à escala regional com a criação de um programa sem precedentes no nosso País: o "Jornal na Escola", misto de divulgação da imprensa escrita e das realidades regionais, de desenvolvimento da atitude crítica à mensagem dos media, de familiarização com a linguagem e técnicas da imprensa, e, estamos em crer, um instrumento importante no reforço da aprendizagem da língua materna e do sucesso escolar.

Procuraremos em 1990 criar mecanismos complementares de incentivo a uma imediata expansão da imprensa regional.

No plano da cobertura radiofónica e televisiva efectua-se trabalhos que no início do próximo ano vão proporcionar significativas melhorias na recepção do sinal vídeo e audio para as populações das Ilhas das Flores, do Faial e do Pico.

Concretizou-se a microcobertura radiofónica do Concelho do Nordeste.

Em 1990 estas acções vão prosseguir, já exclusivamente no âmbito da microcobertura. Dispostos para o efeito de um montante de **50 mil contos**.

Em termos informativos dispensamos especial atenção às comunidades açorianas não residentes que agora dispõem de um serviço televisivo regular e bi-semanal.

Simultaneamente o Governo comparticipa financeiramente a distribuição diária de um serviço noticioso regional, para os órgãos de comunicação social dessas mesmas comunidades.

A menor expressão económico-financeira das empresas de comunicação social não determina a sua exclusão do processo de desenvolvimento regional.

Pelas iniciativas empreendidas e sua natural sequência e desenvolvimento, 1990 será também um ano de referência altamente po-

sitivo na modernização e melhoria qualitativa dos produtos informativos regionais.

Deputado Victor Cruz (PSD): Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Começo por lamentar, perante os caros colegas, não ter tido possibilidade de preparar nenhuma intervenção sobre as próximas eleições autárquicas, que muito têm preocupado esta Câmara!

Tenho apenas aqui uma modesta reflexão sobre o Plano e o Orçamento.

Para melhor se avaliar o significado da proposta do Plano e do Orçamento para 1990 temos que, antes de mais, fazer o respectivo enquadramento no âmbito do Plano de Médio Prazo 89/92 aprovado nesta Assembleia Legislativa em Março último, e que constitui o grande compromisso do IV Governo Regional para o quadriénio correspondente ao seu mandato.

Assim, no que respeita ao investimento o PMP 89/92 previa que o mesmo crescesse, no quadriénio, à taxa média de 22,3% ao ano, estabelecendo que tal crescimento fosse de 32% em 1990 e de 15% nos dois anos seguintes.

Portanto, de acordo com a programação, o PMP elegeu o ano de 1990 como o ano fundamental para o aumento do investimento do sector público administrativo na economia açoriana.

Estranhamente, o Governo Regional na proposta de Plano e Orçamento que apresenta agora a esta Assembleia Legislativa Regional prevê que as despesas de Investimento para 1990 cresçam em vez de 32% apenas 11,7%, o que em termos reais traduzirá praticamente a estagnação do investimento público administrativo.

No espaço de aproximadamente sete meses, o Governo altera profundamente a sua política de investimento para 1990.

Ao reduzir 6,26 milhões de contos à verba de 40,76 milhões que o PMP previa como investimento para 1990, o Governo Regional consumou, num curto espaço de tempo, um corte de 15,4% na dotação do Plano para 1990.

Daí que, ao contrário do que tem sido anunciado, esta proposta de Plano e Orçamento para 1990 não traduz apenas "pequenos ajustamentos" ao previsto no PMP

89/92. Altera na verdade e de forma fundamental a política de investimentos, que deixa de ter um carácter fortemente expansionista para passar praticamente a uma taxa de crescimento zero. Este facto além de preocupante distorce a filosofia que o Governo Regional havia feito aprovar nesta Assembleia e que consubstanciava num acentuado esforço de investimento.

Mas importa avaliar o impacto destas alterações pelos grandes sectores do Plano. Os sectores económicos que na dotação do PMP para 1990 estavam contemplados com um espectacular crescimento de investimento na ordem dos 39%, passaram a ser dotados no Plano para 1990 com um modesto crescimento de 18%.

Por seu turno o sector da Administração Regional e Local onde também se previa um crescimento de investimento da ordem dos 38%, acabou por ser contemplado apenas com um aumento de 10%. Quer isto dizer que em termos reais passou a estar dotado na actual proposta de Plano para 1990, praticamente, com uma taxa de crescimento zero.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se isto já não é significativo e apenas traduz um pequeno ajustamento, como nos querem fazer acreditar, então é melhor reflectir sobre as alterações que se verificam nos sectores sociais.

Neste conjunto de sectores, o PMP previa para 1990 um crescimento de 19%. Em resultado dos desvios efectuados, o presente Plano aponta para a manutenção da mesma verba a preços correntes, o que traduz um decréscimo real do investimento nos Sectores Sociais numa taxa idêntica à da inflação esperada.

Assim, ao contrário do Plano de Médio Prazo, que apontava para um crescimento confortável do investimento em todos os grandes sectores do Plano para 1990, os documentos agora apresentados traduzem algum crescimento nos sectores económicos, estagnação no sector da Administração Regional e Local e decréscimo nos Sectores Sociais. Ao contrário, também do que refere o Relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, não se trata de meros acertos na Programação.

Numa análise a cada um dos sectores propriamente ditos, constata-se que os "desvios" à programação contida no PMP são nalguns casos significativos.

Verifica-se pois que a Agricultura foi contemplada com menos 25% do que era previsto

no PMP. A Cultura e Juventude e Recursos Humanos registam menos 25%. A Segurança Social menos 23% e a Administração Local e Regional menos 20%. A Saúde sofreu uma quebra de 19% e a Habitação e Urbanismo bem como as Pescas cerca de 16%.

Em termos absolutos, regista-se que os "desvios" em relação às verbas previstas atingiram menos 2 milhões de contos para a Agricultura, menos 1 milhão para os Transportes e meio milhão para a Habitação, assim como para as Pescas e para a Administração Local e Regional.

Na sequência destes cortes há mesmo programas cujo seu conteúdo foi fortemente afectado e muitos projectos certamente adiados ou mesmo eliminados. O caso mais flagrante relaciona-se com a formação Profissional. Este programa sofreu uma quebra de 57% uma vez que estava previsto em Março passado dotá-lo com 1 milhão e 45 mil contos e agora o Governo Regional, alguns meses depois, propõe-se dotá-lo com 448 mil contos. Isto é, foi-lhe retirado 600 mil contos em relação ao previsto no âmbito do PMP.

Esta descida, para menos de metade da verba prevista, afigura-se tanto mais preocupante quanto estamos perante uma das áreas prioritárias do Programa do Governo Regional que corresponde a uma carência estrutural da economia açoriana e a uma legítima aspiração de empresários e trabalhadores, sobretudo das camadas mais jovens que o Plano de Médio Prazo tanto dizia acarinhar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A quebra de dotação foi de tal ordem que ficou 48% abaixo do Orçamento de 1989, onde já tinha beneficiado de uma verba de 865 mil contos e agora recebe só 448 mil contos.

Mas, mais outros 13 Programas apresentaram nesta proposta de Plano para 1990 significativas quebras de dotação face ao previsto.

A Defesa e Valorização do Património sofre uma dedução de 32%, o que representa menos 441 mil contos.

Também aqui previa-se que a dotação do programa, em relação a 1989, crescesse na ordem dos 42%, acabando por receber uma verba inferior em 4% à própria dotação de 1989.

A Construção de Unidades de Saúde também recebeu menos 29% da verba que estava prevista para 1990, o mesmo acontecendo ao Programa Aeroportuário que baixa 28%.

O Desenvolvimento Agrícola e a Modernização da Administração baixaram 27%. O

primeiro deveria ser um programa fundamental do Plano, o segundo constitui um objectivo de primeira prioridade e para 1990 vai possuir uma dotação ainda inferior à que detém no presente ano de 1989.

Os Programas de Apoio Comunitário e às Instituições de Solidariedade Social vão receber menos respectivamente 25% e 26% do previsto, sendo que ambos ficam para 1990, também, com dotações inferiores às do presente ano de 1989.

A Cooperação com a Administração Local, os Incentivos ao Investimento Industrial e os Equipamentos Colectivos e Rede Viária Regional apresentam quebras de 20% relativamente ao previsto no PMP. Até o Programa de Apoio à Habitação vê a sua dotação baixar 17% colocando-a a preços correntes ao nível de 1989.

Em suma, quando se previa que os investimentos do Plano crescessem 32% em 1990, apenas 4 dos 15 sectores do Plano contemplam efectivo crescimento das dotações relativamente a 1989.

Por outro lado dos 43 Programas existentes no Plano apenas em 3 se verifica um reforço de verba em relação ao previsto no PMP. E o caso do Apoio aos Média, Juventude e Portuário. O que nos dois primeiros casos quer significar aumento de subsídios directos ou indirectos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa salientar ainda que os desvios ao PMP só em três Programas atingiram 3,2 milhões de contos, o que representa 52% do total do corte. Só no caso do Desenvolvimento Agrícola foi de 1,8 milhões de contos. Preocupante é a par do já referido corte de 600 mil contos na Formação Profissional, o facto da Rede Viária Regional ter baixado a sua verba de 800 mil contos em relação ao previsto, o que coloca aquele importante programa para 1990 com uma dotação real inferior à que existe em 1989. Este decréscimo efectivo da verba irá agravar ainda mais os problemas que a Região enfrenta na degradação da Rede Viária Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante a constatação deste significativo desvio do Plano 90 relativamente ao PMP todos adivinhamos qual a justificação que o Governo Regional apresenta.

Simplisticamente, vêm-nos dizer que faltaram os meios de financiamento previstos, nomeadamente que as verbas a transferir pelo Orçamento do Estado são manifestamente

insuficientes.

E aqui que reside, na verdade, todo o fracasso da política governamental definida no PMP 89/92, e que, os sucessivos Planos Anuais não confirmam, desvirtuando o que o Governo Regional se propunha realizar em compromisso assumido perante este Parlamento.

Quando na altura própria, há oito anos, alertámos o Governo para a fragilidade e irrealismo da estrutura das fontes de financiamento dos Planos previstos para o quadriénio, fundamentávamos a nossa crítica em elementos minimamente seguros.

Dado que o Governo Regional já sabia que iria receber do Orçamento do Estado 7,5 milhões de contos em 1989, ninguém acreditava que nos 3 anos seguintes viesse a receber 52,5 milhões para perfazer os 60 milhões previstos. O facto de vir a receber este ano 8,7 milhões faz com que nos primeiros dois anos do quadriénio receba 16,2 milhões, o que implicaria que nos segundos dois anos do período tivesse que receber 44 milhões para corresponder às suas previsões.

Não sendo agora o momento para ajuizar dos critérios subjacentes às transferências do Estado, o que se confirma é que o Governo Regional apresentou ao Parlamento um esquema de financiamento irrealista e que na prática, irá receber pouco mais de 65% da verba prevista. Por outras palavras, é provável que as transferências do Estado se traduzam no quadriénio em menos 20 milhões de contos do que o previsto irrealisticamente pelo Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para além das imediatas consequências deste facto no nível dos Investimentos do Plano, a repercussão no recurso a empréstimos para garantir um nível de investimento é óbvia, alterando assim também as previsões assumidas pelo Governo no âmbito do PMP 89/92.

Neste domínio de endividamento da Região também fomos muito claros e objectivos na denúncia do irrealismo da proposta governamental aprovada nesta Assembleia Legislativa Regional em Março passado.

Quando o Governo Regional se propunha contrair o montante de 14 milhões de contos de empréstimos durante o quadriénio 89/92, no próprio Decreto Legislativo Regional do Orçamento de 1989 pedia autorização para contrair empréstimos até ao limite máximo de 10 milhões de contos e no Orçamento previa já recorrer a um empréstimo de 7,7 mi-

lhões de contos.

Como o Orçamento para 1990 pressupõe um recurso a empréstimo no montante de 8 milhões de contos (embora também peça autorização para 10 milhões), verifica-se que só nos dois primeiros anos do quadriénio o Governo propõe-se contrair 15,7 milhões de contos de empréstimo, verba já superior aos 14 milhões previstos para os 4 anos de mandato.

Quer isto dizer que, passados 8 meses da aprovação do PMP se constata uma profunda alteração na estrutura de financiamento prevista que aponta para um já preocupante crescimento da dívida pública governamental e isto apesar do Governo Regional ter efectuado um corte de 6,2 milhões de contos nas despesas do Plano para 1990.

O quadro é pois sombrio para o desenvolvimento regional e demonstra que se este Governo usasse transparência nos seus métodos e propósitos estava em perfeita condição de proceder a uma profunda revisão do quadro orientador da sua política para o quadriénio já que o mesmo se encontra profundamente alterado, passados que são apenas 1/4 do mandato governamental.

Só a falta de rigor e o irrealismo que caracteriza esta Administração pode justificar este estado de coisas.

Isto é, infelizmente, aquando da análise do PMP 89/92 e Plano e Orçamento para 1989, tínhamos total razão e perfeita noção das realidades e fraquezas dos documentos governamentais quando concluímos que face ao que nos era proposto pelo Governo Regional o nível do endividamento público cresceria em flecha e por-se-ia em causa muitas das metas do Plano.

Sr. Presidnete, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passados oito meses já estamos todos em condições de começar a ver uma e outra coisa. O corte, à partida, de 6.2 milhões de contos para 1990 já está consumado, faltando ainda ver o nível de execução e as surpresas que se aguardam, tal como já se verificou em 1989.

Quanto ao nível de endividamento, muitos se surpreenderam quando nesta Assembleia apontámos para uma dívida pública global da Região no fim do PMP 89/92 da ordem dos 50 milhões de contos. Alguns, poucos, membros do Governo perceberam e reconheceram que apesar dos documentos não o admitirem claramente, o resultado final seria muito próximo daquele número.

Com a confirmação dos erros e omissões

das propostas governamentais já se pode avançar que o valor da dívida da Região subirá para aqueles valores.

Isto é, se no final de 1988, o Sector Público Administrativo devia 13,7 milhões de contos e o Sector Público Empresarial tinha um passivo de médio e longo prazo na ordem dos 8,6 milhões. Se considerarmos ainda a dívida das Autarquias sobre a qual nada se continua a referir, o que confirma, à semelhança do ano anterior que, incrivelmente, o Governo Regional desconhece aquele montante, fica-se com a indicação de que em 31 de Dezembro de 1988 a dívida pública global da Região poderia rondar os 25 milhões de contos.

Se considerarmos que os Orçamentos para 1989 e 90 apontam para a contracção de 16 milhões de contos de empréstimos e de que na segunda metade do quadriénio se caminhará para idêntico montante de financiamento por empréstimos e se entendermos ainda que as Empresas Públicas Regionais prevêm endividar-se em 8,5 milhões de contos para satisfazerem os seus Planos de Investimento, fica-se com a indicação de que o nível global de endividamento dos Açores será, em 1992, superior aos 50 milhões de contos, mesmo considerando as amortizações que até lá serão efectuadas, e isto, com um montante de investimento global inferior em dezenas de milhões de contos ao que estava previsto no PMP 89/92.

Quer isto significar que no final do seu mandato este Governo Regional poderá deixar uma dívida correspondente a 1000 contos por cada família açorianna composta de 4 pessoas. Dívida esta que deverá ser adicionada à que já temos que suportar por sermos portugueses. Registe-se que só o Serviço da Dívida do Governo Regional custa em 1990 2,9 milhões de contos.

E pois um quadro claramente negativo e revelador da enorme ligeireza com que este IV Governo Regional apresentou a sua programação para este decisivo quadriénio que deveria contemplar metas adequadas e claramente definidas e susceptíveis de uma realização em tempo adequado, de acordo com um planeamento realista, rigoroso e transparente.

Aliás, é bastante elucidativo o parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros desta Assembleia, aprovado pelos Deputados do PSD, sobre o quadro da Dívida Pública Regional.

Só considerando a eminência de, a 31 de Dezembro de 1990, o montante da Dívida Pública Regional poder ser de 24,7 milhões de

contos (como dizia o Orçamento), aqueles parlamentares já entendem que aquela situação não deixa de ser preocupante e não consideraram sequer os casos dos sectores Empresarial Público e Autárquico. Então que diria a Comissão em relação ao tal hipotético cenário dos 50 milhões de contos para 1992.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Demonstradas as significativas alterações que a actual proposta contém face aos compromissos assumidos pelo Governo Regional no PMP importa agora avaliar se este Governo Regional demonstrou capacidade de executar o que havia proposto para o corrente ano de 1989.

Aqui, do novo, a acção deste Governo foi desastrosa. Decorridos dez meses do presente ano, nem tão pouco se tinha gasto metade da verba destinada a investimentos.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O Plano só foi publicado em Julho, Sr. Deputado!

O Orador: Isto é, em 83% do período de vigência do Plano de 1989, o Governo Regional executou somente 49% da verba prevista, o que quer significar que o Governo se propõe nos últimos dois meses do ano, 17% do período, utilizar metade do que se propôs gastar em todo o ano.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Já se gastou tudo!

O Orador: Estamos, de facto, perante uma nova e preocupante anormalidade.

Se o ano de 1988 foi considerado o ano negro da governação regional, pela fraca execução material do Plano e pelos desequilíbrios financeiros que suscitou com repercussões na tesouraria que se prolongaram pelo presente ano económico, mesmo assim, nos finais de 30 de Novembro o Governo já tinha executado 64% do Orçamento de Investimento. Daí que os 49% deste ano, a 31 de Outubro, se afigure como uma percentagem insustentavelmente baixa.

Para onde caminhamos, em termos financeiros, nesta Região é a grande questão que não pode deixar de ser posta à reflexão de todos! É indispensável alterar métodos e procedimentos! Este Governo tem que articular os meios financeiros disponíveis com o ritmo de execução material dos Planos.

Para além do atraso inadmissível em projectos fundamentais, já que não se vislumbra critérios objectivos baseados em prioridades lógicas e coerentes, esta Administração Regional não pode continuar a beneficiar de forçados créditos de fornecedores e empreiteiros muito superiores, em montantes e prazos,

ao que é habitual e ao que seria aceitável. Não queiram desacreditar ainda mais a Administração Regional e a sua já fraca imagem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A justificação apresentada pelo Governo Regional no Relatório de Execução de que a tardia aprovação do Plano teve, como consequência, atrasos nas execuções financeiras de alguns empreendimentos não pode fundamentar a baixíssima execução financeira do Plano 89, no termo do 1º Semestre, dado que:

A maioria dos projectos de maior dimensão têm carácter plurianual e vinham em execução de anos anteriores.

Parte substancial das despesas do Plano Regional são atribuídas sob a forma de subsídios, logo por meras transferências.

A aplicação do princípio dos duodécimos do orçamento anterior, até aprovação do novo orçamento, garantia uma cobertura confortável uma vez que as verbas do Plano/89 só traduziam um acréscimo de 20% relativamente ao Plano/88 (30,88 milhões de contos em vez de 25,82).

O Governo saído das eleições era o "mesmo", tinha a mesma orientação política, praticamente não alterou a programação e estava em funções desde Novembro do ano anterior.

Logo, a verdadeira justificação para que o Governo Regional tenha apresentado, no fim do 1º Semestre de 1989, uma execução financeira de 22% nas verbas do Plano ao contrário dos 36% atingidos em igual período de 1988, deve procurar-se nas dificuldades de financiamento, rupturas de tesouraria provenientes do ano económico anterior e que se prolongaram pelo 1º Semestre de 89, grande inadaptação sectorial dos novos responsáveis políticos e, sobretudo, má programação do Plano e ausência de um planeamento adequado a par de uma má calendarização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se assim não é, como acabei de referir, então como se explica que no sector da Energia se tenha executado 45% do Plano durante os primeiros 6 meses e no sector da Saúde se tenha executado 49% para na Educação e Desporto só se ter executado 12%, no Ambiente 11%, no Comércio 8%, na Juventude e Recursos Humanos 5% e para não falar na Cooperação com a Administração Local, em que se gastou apenas 1%.

E pois a própria disparidade da execução por sectores que contradiz a pretensa justificação para o baixo grau de execução finan-

ceira geral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O êxito da execução dum Plano está intimamente ligado à eficiência do sistema de acompanhamento do mesmo que pressupõe instrumentos técnicos adequados e uma consciência política desperta e favorável.

A análise aos desvios da calendarização dos projectos e sua atempada correcção bem como a eficiente gestão financeira dos mesmos numa óptica integrada quer no âmbito dos Programas quer ao nível dos sectores são tarefas inerentes a um adequado processo de acompanhamento da execução do Plano.

Ora, o Relatório de Execução referente ao 1º Semestre de 1989, na senda dos anteriores, apresenta lacunas, desequilíbrios e insuficiências que denotam claramente as enormes limitações básicas do nosso sistema de planeamento. Como imagem que é deste governo, até descuidos elementares revela, para além de evidenciar problemas relacionados com a classificação de algumas despesas públicas.

Vejamos alguns exemplos:

Em 90 páginas com informação sobre Programas, Projectos e Acções respeitantes a 17 sectores do Plano, 36 são preenchidas com elementos sobre a Agricultura e as restantes 54 com referências aos restantes 16 sectores, o que traduz uma média um pouco superior a 3 páginas por sector.

Deste desequilíbrio espacial passa-se para o ridículo informativo, a par de falta de rigor em projectos de dimensão.

Pelo relatório sabe-se que na Ilha Terceira foram efectuados trabalhos, em viveiros, de repicagem de 220.387 pés de criptoméria, mas não se sabe quanto foi pago de indemnizações compensatórias à SATA-Air Açores e que envolveu centenas de milhares de contos;

Sabe-se que no Pico foi autorizado o corte de 4 509m³ de madeira, mas não se sabe quanto foi gasto no Porto da Madalena, dos 53 mil contos gastos no Pico;

Sabe-se que em S. Miguel foram feitas embalagens para 375.850 plantas, mas não se sabe quanto se gastou no prolongamento da Avenida de Ponta Delgada, nem na circular àquela cidade, nem na via rápida Angra/Praia, nem na circular a Angra, nem no Entrepasto Frigorífico da Madalena, nem na beneficiação do Hospital de Angra, nem no Complexo Desportivo da Escola das Laranjeiras, nem em muitas outras dezenas de projectos que absorvem centenas de milhares

de contos.

Mas a par deste desequilíbrio e desta ausência de informação financeira sobre projectos importantes há sobretudo uma ausência total de informação sobre as razões da ausência de projectos e acções. Isto é, o relatório nem se preocupa com o que consta do Plano e não se realizou, ou está atrasado, e as respectivas razões. Isto são informações que deveriam ser elementares.

Por outro lado, contém elementos sobre despesas que se incluem no Plano muito duvidosamente. Temos vários exemplos; alguns já foram aqui citados nesta Câmara mas podemos adiantar outros, como por exemplo:

- Despesas com a exploração dos Aeródromos da Região;
- Despesas com Meteorologia dos Aeródromos da Região;
- Despesas várias com o funcionamento da Aerogare das Lajes;
- Funcionamento das instalações de frio e Entrepósitos Frigoríficos.

Nós já imaginávamos que os investimentos do Plano é que pagavam muitas despesas típicas do funcionamento das Secretarias Regionais, mas sinceramente nem tanto.

O descuido que o Governo coloca nos seus documentos vai ao ponto de, por exemplo, no mapa da execução financeira do sector do Turismo apenas considerar como dispendida uma verba afecta ou não desagregada, não afectando assim qualquer execução por Ilha, quando na página seguinte do próprio relatório se verifica que foram gastos 205 contos na Estalagem da Serreta, 2.500 contos na Estalagem das Velas e 3.503 contos na Estalagem da Horta.

Por outro lado, muitas acções, perfeitamente individualizadas e localizadas, são, por mera negligência, consideradas ao nível do Não/Desagregado, quando poderiam e deveriam estar afectas às respectivas ilhas.

Em suma, é este o relatório que temos, porque temos o Governo que temos, mas merecíamos muito melhor!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na política financeira que este Governo nos propõe para o próximo ano a par da quase estagnação dos investimentos do Plano (como já vimos) nota-se um significativo crescimento das despesas correntes, na ordem dos 36%. Isto é, enquanto a dotação para o investimento aumenta 3,6 milhões de contos, as despesas de funcionamento da máquina administrativa da Região aumentam 9,4 milhões de contos, mais de um terço.

O Governo Regional como é evidente tenta arranjar uma justificação, todos os anos, para esta preocupante evolução. Neste caso (e todos temos conhecimento dela) é o novo sistema retributivo da Função Pública e as prestações da dívida pública. Só que o Governo não explica o resto... e o resto é que esta Casa precisa de saber!

O facto é que também aqui a distorção às estruturas das despesas previstas no PMP é notória.

Quando se apontava para que as Despesas Correntes correspondessem a 42,9% da despesa total, o orçamentado nos primeiros dois anos já significa 47,2% do total, em contrapartida as despesas do Plano estão a baixar o seu peso relativo de 55% para 50%.

Mas tal como o demonstrámos em Março passado o crescimento das despesas de funcionamento das diversas Secretarias foi espectacular e alarmante.

Para o próximo ano de 1990, sempre imaginávamos que, de uma vez por todas, fosse feita uma verdadeira contenção dos gastos de funcionamento da máquina administrativa regional em todos os sectores.

Porém, a observação da proposta de Orçamento deixa-nos inquietos.

Como é que a Presidência só aumentou a sua verba em 13%, enquanto o Jovem Vice-Presidente já aumenta a verba do seu gabinete em 48%? Será que agora o Presidente fica pela Região e o Vice é que vai passar a cuidar dos negócios estrangeiros? Talvez não! Possivelmente a resposta estará no facto da Presidência, tal como aqui o denunciámos, ter visto a sua verba crescer o ano passado em 170%. Claro que, por isso, neste Orçamento para 1990 pode aparecer com a imagem de rigor e de austeridade que tão bem lhe assenta, mas que não tem.

Este Orçamento continua a revelar um preocupante dualismo que se traduz em Secretários pobres e Secretários ricos. Enteados e delfins. Só assim se compreende que o modesto Gabinete do Secretário da Saúde e Segurança Social veja a sua verba crescer 8,6% enquanto o Gabinete do Secretário da Habitação e Obras Públicas vê a sua dotação crescer 490%.

Deputado Fernando Fonte (PS): Não precisamos de Segurança Social!

O Orador: E isto é tanto mais alarmante quanto em 1989 o primeiro - o Secretário Regional da "Doença" e Segurança Social! - ...

(Risos do PS)

...já havia recebido um acréscimo irrisório

e o segundo via a verba do seu Gabinete crescer já 333%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos concentrar-nos neste exemplo:

Em 1988 o anterior titular da Secretaria de Habitação e Obras Públicas tinha no orçamento do seu Gabinete 55 mil contos, em 1989 o actual titular já foi contemplado com 238 mil contos e agora, pasme-se, este orçamento atribui ao gabinete daquele Secretário 1 milhão 175 mil contos. Ai que saudades do Eng^o Germano Domingos!

(Risos do PS)

O Orador: Será que todos os senhores deputados da maioria do PSD já reflectiram nesta insólita situação? Será que se vota favoravelmente documentos com situações como a descrita?

E o que é espantoso é que nem uma explicação surge no Orçamento sobre estes casos.

Este documento na verdade não é claro, nem rigoroso, nem transparente, muito menos austero, como seria de exigir face à situação financeira da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na análise propriamente dita ao que o Governo nos propõe no Plano para 1990 sinceramente não conseguimos distinguir o que se apresenta, de novo, em relação ao ano de 1989.

Muito pouco se modificou nesta Região durante o presente ano. Para além do funcionamento da máquina burocrática que absorveu quase metade do orçamento e das chamadas despesas correntes do Plano de Investimento bem como de algumas empreitadas de certa monta que logicamente têm de continuar, as grandes metas do Plano estão por atingir.

O sector privado continua descontente em relação à política governamental; a burocracia do sector público e a sua baixa produtividade persiste e até se agrava nalgumas áreas; o nosso sector primário continua na maior insegurança, e até para cúmulo, pela primeira vez na Região, a produção da pesca diminuiu.

Mas se nós já estamos cansados de procurar a inovação pretendida nestes documentos do Plano, quem os faz também deve estar já cansado de tanto repetir e tanto fotocopiar que até se esqueceram de falar das Privatizações (que era o grande objectivo deste Governo e deste Plano) e de dar informações sobre o polémico projecto da Geotermia.

Como o Plano nada diz, aconselho aos Srs. Deputados a lerem os artigos da Imprensa Açoriana subscritos pelo Eng^o Victor Hugo Forjaz que são esclarecedores sobre este vaporoso projecto do I Governo Regional dos Açores.

Para além de predominantemente repetitivo na programação constata-se, como vimos, imensas lacunas sobre projectos e políticas fundamentais e, noutros casos, verifica-se que a informação disponível é francamente inútil e inadequada a um documento do Plano.

Neste último caso pode dar-se o exemplo da insuficiência informativa sobre os Fundos Estruturais e Comunitários, onde praticamente nada se refere sobre o ano de 1990, limitando-se o Plano a fornecer elementos sobre a execução das verbas provenientes dos Fundos em anos anteriores.

De resto, nem se acautelou uma informação actualizada sobre a situação de alguns projectos, como é o caso da SATA e do seu novo Avião. Mas para acompanharmos este projecto nada melhor, na verdade, do que ouvir diariamente os noticiários. Logo a seguir às evoluções do Leste Europeu lá vem a notícia sobre mais um adiamento da chegada do Avião da SATA.

Não houve assim, por parte do Governo Regional, qualquer esforço para introduzir no Plano para 1990, como era sua obrigação, informação sobre, pelo menos, a aplicação por grandes sectores ou grupos de programas das verbas provenientes dos Fundos Comunitários.

Na verdade, e em rigor, o Plano para 1990 não nos dá nenhuma informação financeira sobre os Fundos Estruturais Comunitários para o ano de 1990.

Por incrível que pareça, só no Orçamento Regional se consegue apurar que se irá receber do FEDER, do FEOGA e do Fundo Social Europeu.

Era de esperar mais cuidado no tratamento dum sector que cada vez mais suporta o Plano Regional. E o mais interessante é que o Governo detém a informação desejável e até a comunica verbalmente quando assim lhe é solicitado. Porém, não basta. E estamos aqui exactamente para analisar um documento e não as boas palavras dos simpáticos Secretários Regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não bastassem todas estas razões que demonstram a incoerência e inadequação destes documentos do Plano e Orçamento a nível regional tenho um trunfo que, só por si, justi-

ficaria uma atitude de reprovação à prática e política deste Governo. Por muito que custe ao Sr. Presidente do Governo, e ainda bem que ele está ausente, não abduco deste meu trunfo.

Vou enumerar os projectos e acções respeitantes à Ilha Terceira e que sistematicamente o Governo Regional nos massacra com a sua repetida inscrição no Plano sem qualquer correspondência numa atempada concretização.

E se me refiro ao Sr. Presidente do Governo é porque, ao olhar para a sua equipa governativa, vejo nele o único sobrevivente responsável por promessas que vêm do tempo do I Governo Regional e que ainda estão por cumprir.

Se o Governo não se envergonha por este estado de coisas, não serei eu que deixarei de denunciar firmemente estas situações. Até porque ao fazê-lo não só confirmo plena e inequivocamente as razões que me levaram a votar contra os Planos anteriores, (outros talvez não possam facilmente justificar o seu voto favorável) como correspondo aos anseios daqueles que me colocaram nesta Casa e que fazem parte da maioria dos Terceirenses que já claramente retiraram a sua confiança a este Governo e a quem o apoia.

Comecemos pela recente visita do Executivo Regional à Terceira. Aguardada com natural expectativa, já que se impunha desbloquear decisões que afectam importantes sectores da vida económica daquela ilha, bem como acelerar e implementar projectos indispensáveis ao seu desenvolvimento, esta visita não teve qualquer impacto útil na Comunidade Terceirense.

Aliás, mais uma vez foi notória a preocupação do Governo em não enfrentar as situações de carência social e económica que afectam aquela zona da Região, evitando também os contactos que porventura fossem menos agradáveis.

Como se explica que desta vez já nem com as Câmaras Municipais da Terceira o Governo Regional tenha efectuado qualquer reunião de trabalho, ao contrário do que é sua prática no resto da Região?

Como se isso não bastasse o Governo Regional e o seu Presidente, marginalizaram mais uma vez a Assembleia Regional, e os próprios deputados.

Enquanto na preparação das visitas a outras Ilhas o Executivo convida os deputados para reuniões de trabalho, em relação à Ilha Terceira nem temos conhecimento oficial das visitas. Será que esta situação se deve

ao facto do povo da Terceira ter retirado o seu apoio a este Governo? Será pelo facto da oposição ter 6 deputados e o Governo apenas 4? Uma coisa é certa: - O Presidente e o Governo fogem porque têm medo dos representantes do povo Terceirense.

Passemos em revista alguns dos crónicos projectos que se "arrastam" de Plano para Plano.

Começo por citar o Parque Desportivo. Já lá vão quase 10 anos, mas o milagre não se dá, embora as obras acelerem sistematicamente nas vésperas das eleições. Neste momento as máquinas estão em pleno e quase barraram a estrada para que todos vejam.

Entretanto, Mota Amaral teve coragem de convocar os desportistas Terceirenses, com expressão nacional, para um convívio fraterno quando há semanas o seu Governo negou o apoio adequado a jovens Terceirenses que tiveram brilhante comportamento na Maratona Internacional de New York para gáudio de todos os Açorianos e hipócrita satisfação governamental.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Não é verdade!

O Orador: Quem durante dez anos negou aos desportistas e juventude Terceirenses o Parque e as infraestruturas a que tinham direito, não pode moralmente associar-se aos seus êxitos. Pelo contrário. São os grandes responsáveis pelos atrasos que se verificam.

A Escola Secundária da Praia da Vitória está anunciada há mais de quatro anos, ainda no âmbito do Plano de Médio Prazo 85/88, e as obras deveriam ter começado há dois anos. Na altura em que devíamos estar a inaugurá-la o Governo informou-nos que o concurso internacional para a empreitada seria em Setembro. Vamos já em Novembro e o concurso ainda nem foi anunciado; vai-se perder mais um ano escolar e centenas de jovens e famílias vão ser prejudicados.

Da nova Escola Secundária de Angra do Heroísmo nem se fala, o mesmo acontecendo em relação à construção do novo edifício do Pólo Universitário da Terra-Chã previsto no Plano para 1989, assim como da ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Preparatória da Praia da Vitória e Residência de Estudantes em Angra do Heroísmo.

O que se passa com os principais projectos rodoviários, é insustentável. O executivo não só não garante a real aceleração da execução da via Angra-Praia, como chegou ao cúmulo de a suspender. Que explicação para este descalabro?

Nada se sabe da ligação da Praia da Vitó-

ria ao porto, ou seja a Avenida Marginal, que deveria ser enquadrada nos acabamentos do Porto, bem como do projecto da circular à Praia. A circular a Angra depois de grandes pressões e com significativos atrasos, sempre arrancou. As principais estradas regionais encontram-se numa degradação geral.

Tínhamos boa razão quando há quatro anos pedimos um Plano de Emergência para as estradas da Ilha Terceira, também elas sinistradas na sequência da reconstrução.

A situação de indefinição que de há anos envolve o Parque Industrial da Terceira é outro exemplo flagrante, que nos atrofia.

O projecto do novo matadouro industrial a construir na zona da Praia da Vitória, não merece a atenção do Governo e até desapareceu de alguns Planos para aparecer noutros, ao longo dos últimos dez anos. Entretanto encerraram o ex-matadouro municipal que servia o Concelho da Praia da Vitória.

Não podemos calar ainda e mais uma vez o montante das compensações financeiras a atribuir às Câmaras Municipais da Terceira, na sequência da presença do destacamento americano nas Lajes. A verba anual entregue à Câmara da Praia, é simplesmente ridícula. Mas, pasme-se, o Governo Regional, ainda não satisfeito baixou este ano a verba de 10 para cerca de nove mil contos. Será que quem faz contas para pedir verbas ao Prof. Cavaco Silva não é o mesmo que faz contas para entregar as compensações da Base das Lajes às Câmaras da Terceira?

Deputado Duarte Pires (PS): Muito bem!

O Orador: E que dizer dos problemas laborais dos trabalhadores das FEUSAÇORES? E que dizer do abandono a que os proprietários de terrenos arrendados à Base têm sido sujeitos, pois estão a receber valores inferiores ao máximo da renda agrícola fixada pela Secretaria Regional?

E que dizer da atitude irresponsável do Governo Regional quanto à segurança das populações civis que vivem próximo da Base?

E que dizer do Bairro Habitacional dos Americanos, construído dentro da Base, que afastou os Norte-Americanos do mercado local; com prejuízos a todos os níveis do comércio e outras actividades e rendimentos, inclusivamente contribuição autárquica?

E que dizer do famigerado problema da recuperação da zona degradada da Serra de Santiago? De tanto se falar nela e nada se fazer até já desapareceu do Plano Regional.

Trata-se de mais um projecto do primeiro Governo Regional, já lá vão doze anos. Não será mais uma prova evidente da marginali-

zação e do desrespeito a que o Governo submeteu aquelas gentes?

Passou mais um ano e tarda o início da construção do novo Centro de Saúde da Praia da Vitória. As obras do Hospital de Angra arrastam-se a um ritmo demasiado lento, tardando o seu reequipamento para obviar a crescente saída de doente para tratamento no exterior.

O Projecto Geotérmico da Terceira foi praticamente abandonado pelo Governo.

Transportes e infraestruturas de apoio à lavoura estão por fazer. Além de carências em caminhos de penetração e insuficiência de energia eléctrica a falta de água continua a ser um quebra-cabeças para a Lavoura da Terceira, mantendo-se a incapacidade governamental para diversificar as produções e acautelar os interesses da lavoura na perspectiva da integração total na Comunidade Europeia.

Só agora vem o Governo declarar que concorda com a proposta do sector para protelar o calendário para a fixação das quotas leiteiras. Estamos claramente perante um Executivo fraco, sem dinâmica e sem qualquer poder imaginativo.

No considerado sector prioritário do turismo, as indecisões permanecem. Não se tem valorizado a cidade Património Mundial. Na Horta, por exemplo, o Governo Regional assumiu o seu papel, investindo, na ampliação e modernização das duas unidades hoteleiras onde detinha forte participação. Em Angra do Heroísmo não teve idêntica disponibilidade em relação ao Hotel de Angra onde detém já posição de realce. Que mal fizeram os Terceirenses ao Governo do PSD? O que se está a passar com a adiada estruturação da Delegação de Turismo de Angra do Heroísmo é a prova da inoperância governativa e da incapacidade para cumprir os calendários anunciados.

Como já demonstrámos neste debate o Turismo na Terceira também sofre de uma acentuada crise. Diga-se, por curiosidade, que a taxa de ocupação do 1º Semestre de 1988 que foi de 30% baixou no 1º Semestre de 1989 para 24%. E elucidativo.

Enquanto o Turismo decresce, a Ilha continua mal servida pelo sistema de transportes, nomeadamente pelos transportes aéreos. O esvaziamento do papel do Aeroporto das Lajes é real.

Os horários da SATA dos vãos das Lajes para certas zonas da Região continuam a prejudicar os Terceirenses e obrigam-nos frequentemente, por estadias de poucas horas,

a pernoitar noutras cidades, enquanto outros têm hipóteses de se deslocarem à Terceira de manhã e regressarem ao fim do dia.

Mas falar de mentalidades centralistas é lembrar também a política das restantes empresas públicas regionais.

Mas o Governo Regional também investiu na Terceira, e uma das áreas mais contempladas refere-se ao abastecimento de água às populações. Por incrível que pareça, após terem investido um milhão de contos no projecto Ribeirinha/Cabo da Praia, no ano da inauguração, continuaram-se a verificar, e até se acentuaram, cortes de fornecimento de água com duração superior a três dias. Num ano climatericamente normal, comparado com a seca do ano anterior, as populações sofreram carências sem paralelo.

E o caos. E o descrédito absoluto. Só a incompetência e a incapacidade técnica poderão estar na base desta anormal situação.

Quem são os responsáveis por um projecto técnico estrangulado à nascença? Se não havia caudais, então por que razão enterraram um milhão de contos e endividaram ambos os Concelhos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais haveria a comentar e a denunciar. Não temos tempo para tal. Ficamos cientes que todos têm consciência do fracasso de execução dos Planos a nível Regional. Mas estes exemplos históricos que acabei de enumerar provam inequivocamente que o Plano para 1990 é, no essencial, mera repetição, para a Ilha Terceira, dos projectos sistematicamente adiados ou em atraso de execução.

Em bom rigor, se esta Assembleia fosse livre e os deputados da maioria não estivessem sujeitos à rígida disciplina partidária, o que deveríamos resolver, por consenso, era dar apenas meios orçamentais para o Governo Regional em 1990 tentar cumprir com o Plano de 1989 e acabar muito projectos que foram prometidos em Governos anteriores e nunca executados.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu sinto-me na obrigação de tecer aqui algumas considerações e começo exactamente por dizer que nem tudo aquilo que ele disse está errado, nem tudo aquilo que ele disse é um logro.

Aliás, dou-lhe o mesmo benefício da dúvida que ele me deu há bem poucos meses, dizendo que estávamos perante uma nova linguagem e um maior realismo na análise. E dou-lhe o benefício da dúvida, porque ocupo este lugar não por razões salariais, não por qualquer outra coisa que me faça mover ou correr, mas porque acredito nos Açores e acredito naquilo que posso fazer, nesta aquipa e nas pessoas que trabalham comigo e que vivem cá nos Açores - acredito e vamos demonstrar que isso vai ser assim mesmo!

Há uns três ou quatro anos, quando o Dr. Alvarino Pinheiro, várias vezes e sempre com muito agrado (e é uma pessoa que eu gosto, mas gosto mesmo), me visitava lá numa dada instituição, essa instituição marcou-me, porque, ao fim de três dias de lá estar, circulou um comunicado a dizer:

"- O que é que este homem vem fazer para aqui se ele não conhece o Norte?"

Alguns anos depois, não só se conhecia o Norte, como se conhecia a seara para dar o pão para aquela gente toda comer e, com a cabeça erguida, sem nunca ter posto a cabeça debaixo da terra.

São Açorianos; são pessoas envolvidas num projecto e quando esses Açorianos estão envolvidos num projecto, quando essas pessoas querem trabalhar, podem ir muito longe.

Começo por dizer que nem tudo são desgraças nos Açores. Ainda ontem à noite o Conselho de Comissários na Comunidade Económica Europeia aprovou por unanimidade o Programa Ultraperiférico de Apoio às Regiões Autónomas dos Açores, da Madeira e das Canárias e eventualmente integrando também os DOM's - Franceses. É um facto extremamente importante para o quadro comunitário de apoio.

Nós, o ano passado, quando apresentámos aqui o Plano de Médio Prazo, não enganámos ninguém: dissemos que era um programa ousado e um Plano que necessitava da mobilização de muita gente!

Infelizmente, sou levado a crer que nem toda a gente deseja o bem dos Açores. Infelizmente, há algumas pessoas que eu não sei bem o que é que os faz correr!

Senão vejamos:

Há bem pouco tempo, antes da aprovação do Plano de Médio Prazo (e isso foi aqui repetido, com todo o respeito que me merece essa pessoa), foi dito que 59 milhões de contos (não são 52!) para transferências do Orçamento Geral do Estado era uma verba irrealista. Não é irrealista! 14 milhões de contos é exactamente o mesmo que se transferiu para ou-

tras regiões - e regiões, às vezes, com uma ilha operacional e com um apêndice!

Neste momento, o Estado Português tem encargos financeiros com outras regiões que ultrapassam esses 14 milhões de contos por ano!

Não era irrealista aquilo que nós pedíamos! Nós sabíamos aquilo que queríamos e fundamentámos as nossas razões!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Houve alguém que disse, logo à partida, que era irrealista. Criou-se o tal ambiente, criou-se o tal clima, não sei porquê! - Eu sinto isso! E pena que isso aconteça!

Eu acho que, independentemente de nós internamente termos algumas divergências, termos alguns pontos de conflito, externamente devemos dar o exemplo de unidade - devemos dar o exemplo em Lisboa; devemos dar o exemplo em Bruxelas -, ainda que na Terceira, na Horta ou em São Miguel a gente às vezes não se consiga entender!

Há pessoas, felizmente, de todas as bancadas e há excepções, que convém registar, até mesmo aí nessa bancada - há excepções que eu registo!

Relativamente ao que foi dito aqui em relação às finanças públicas, devo dizer que este Plano é um Plano de Médio Prazo; é um Plano a realizar em 4 anos; não é um Plano a realizar apenas num ano, nem podemos resumir a avaliação do Plano a um mero exercício quantitativo: gastou-se tanto, tem-se tanto.

Uma das boas regras de gestão é exactamente, com o dinheiro que se ganha, fazer mais, viver melhor e gastar menos.

Evidentemente que, em termos de despesas correntes, isso (repito e assumo essa responsabilidade!) nem sempre foi possível.

Os Açores têm umas despesas correntes - e sobretudo com o agregado, que se chama "variável pessoal" - que têm um comportamento rígido.

Dizia noutra dia na Terceira que não estamos nem no tempo do Marquês de Pombal e muito menos no tempo de Salazar" e por conseguinte as despesas com o pessoal podem-se reduzir: pegue-se num barco ou abra-se as portas à emigração (se houver alguém que queira receber essa gente) e nós aliviámos a carga orçamental com menos 10 10 a 12 mil pessoas.

Nós também somos economistas; também andámos em Universidades e sabemos isso o que é.

Neste momento, a gestão dos recursos

humanos ao nível da Administração Pública tem que ser feita mais pela positiva do que pela negativa: reformas antecipadas (se for caso disso); reconversão; ajustamento; reclassificação; nalguns casos, formação profissional. É isso que se está a fazer; é isso que se está a preparar - e está-se a preparar com a ajuda também da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos.

A verba que lá vem - os tais 480 mil contos -, como poderá informar daqui a pouco o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, não é só aquela, porque tem que se adicionar àquela verba o que vem no PEDRAA e aquilo que foi apresentado em Bruxelas - e vai dar exactamente o dobro daquilo que está ali.

Relativamente aos fundos estruturais (e para terminar), eu tive a oportunidade de explicar aqui ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro; desloquei-me com muito prazer à Comissão dos Assuntos Internacionais, onde tive o tempo que foi necessário e possível e o tempo que quisessem para prestar os esclarecimentos que fossem necessários e por conseguinte, o facto de não estar no Plano, eu suponho que as Comissões também devem servir para alguma coisa!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: As Comissões são lugar de debate é de trabalho e encaro-o com a seriedade que isso deve ser feito!

Apenas quero dizer mais o seguinte:

A gestão económica e financeira não é um exercício de mera acrobacia: a gestão económica e financeira é cada vez mais, em qualquer país, uma gestão de conflitos.

Ter o investimento a crescer; baixar o endividamento; manter a taxa de desemprego baixa; manter a taxa de inflação a um ritmo controlado; aumentar os investimentos nos sectores sociais e faltar aqui qualquer coisa ao nível da receita, mesmo em países ricos, é um exercício que, convenhamos, não é fácil! Não é fácil e eu suponho que na Região Autónoma dos Açores temos tido o suficiente bom senso para fazer os equilíbrios possíveis.

Esse Plano é o fruto de um equilíbrio possível; é o fruto do repensar duma política, que não significa o abandono das metas que se propõem não significa o abandono da estratégia de desenvolvimento contida no Plano de Médio Prazo.

Evidentemente que, se não for feito em 3 anos, é feito em 4; se não for feito em 4, é em 5, porque até não vi aqui, em termos de estratégia sectorial (convenhamos), nenhuma alternativa àquele Plano de Médio

Prazo.

Toda a gente concorda que é preciso desenvolver as pescas, modernizar a agricultura, desenvolver o turismo, dar prioridade ao sector da Educação, dar prioridade, digamos, aos sectores sociais em termos de manutenção dos serviços básicos - de mantê-los a funcionar; de não introduzir nenhuma ruptura -, e por conseguinte aquele Plano é um Plano que possibilita manter os equilíbrios possíveis. De forma que, se não for feito em 3, é feito em 4 e se for feito com menos dinheiro, melhor para a Região e melhor para nós.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Gaspar Silva.

Deputado António Gaspar Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma abordagem séria, à discussão de documentos tão importantes como aqueles que aqui estamos a tratar, sobre o Plano e Orçamento para 1990, levou-me a optar por alguns dos sectores económicos, com o interesse político que merecem, embora mais facilmente o pudesse ter feito, por alguns dos Sectores Sociais;

E, também pelo entusiasmo que sinto por questões de âmbito económico, até pela sua ligação aos aspectos sociais do dia a dia, e constante debate desta matéria pela oposição PS, por vezes, não do melhor modo, o que também não é de admirar, e a que o exemplo da próxima interpelação ao Governo não irá fugir, embora seja também do conhecimento de todos nós as grandes razões de fundo de tal ideia, mas que agora não vou referir, e aguardar pelos próximos trabalhos desta Assembleia, e com o necessário entusiasmo em termos de **"dose à medida"**.

Voltando à área económica e abordando genericamente o sector primário, enquadrado no Plano para 1990, e portanto sem o rigor que expressa o adágio romano, do: "faça-se justiça ainda que o mundo acabe" o que é sempre difícil fazer em termos de o ajuizar com o rigor e precisão do milionésimo do milímetro, na matéria que estamos discutindo, até porque o povo dos Açores sabe bem, o muito que se tem feito, e aquilo que ainda se pode fazer pela continuação do progresso destas ilhas.

O que, aliás, está mais do que provado, que o desenvolvimento surgido até agora, só poderia ter sido conseguido, com a adopção de políticas realistas e eficazes, com um profundo entrosamento entre o económico e o

social que somente uma filosofia social-democrata consegue enformar.

Tudo o mais, que se pretende tentar construir como obstáculos a isso, não passam dos habituais **arraiais de uma oposição**, pouco consistente, nada credível pela positiva, ausente na liderança, indefinida nos objectivos concretos, e preferindo agora, a adopção de táticas eleitoralistas a qualquer preço, para alcançar o poder de qualquer modo, ainda que para tal se alie aos inimigos de ontem, e timidamente coloque os seus princípios filosóficos numa gaveta emprestada.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Hoje, mais do que nunca, há que avaliar e ajuizar, o que é o desenvolvimento de uma pequena economia insular como a nossa, em comparação àquilo que existia há cerca de 13 anos atrás, abstando-nos daquelas comparações que se ouvem da oposição, que qualquer outro Governo também o faria com os mesmos meios. Ainda bem que o dizem, pois é uma prova de que gostaria de fazer o mesmo que o Governo Social Democrata fez, e continuará a fazer; isto, se fossem capazes; **é claro**.

Mas aqui, também é conveniente colocar certas interrogações tais como:

- **Um governo socialista** teria conseguido levar a cabo um programa de inspiração marxista envergonhada, entre 1976 e 1980 e mesmo entre 1980/84, com o aplauso da população açoriana?

- **Um governo socialista** teria conseguido criar um espírito de região insular com uma aproximação entre as suas populações, em termos de unidade regional, entre 1984-88, quando esse mesmo PS continuou na senda do desencanto entre si próprio?

- **Um governo socialista** que por fatalidade existisse agora, e com esse partido socialista, ainda sem se encontrar a si próprio, com os problemas pouco pacíficos que todos sabemos, seria capaz de ser grande, sem saber sê-lo?

Poderíamos igualmente, efectuar a mesma análise interrogativa a outros partidos da oposição, mas não o faremos, para evitarmos o risco de repetição, e pelo facto dos princípios filosóficos, agora não interessarem, porque o que interessa, é o poder a qualquer custo, como se de facto a nossa população não estivesse suficientemente alertada para isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tecidos estes considerandos políticos, de uma forma genérica (na próxima semana, a procissão sairá do adro) gostaria seguidamen-

te de expor algumas ideias sobre a matéria Plano/90.

Com efeito, o aumento das receitas rurais em pequenos países como o nosso, e numa região insular como a nossa, faz parte de uma estratégia de desenvolvimento e crescimento da agricultura. Paralelamente, permite erigir outras partes da economia.

Se atentamente observarmos, o que se tem passado em termos agrícolas por esse mundo, incluindo a própria Comunidade Europeia, verifica-se que algum protecçãoismo, originou superabundância de alimentos e exacerbação dos atritos comerciais em grande parte do mundo industrializado.

No entanto nos pequenos países e regiões, e que é o que interessa agora, onde existe necessidade de procurar a autosuficiência, torna-se necessário que, com as políticas apropriadas, se corrijam os desequilíbrios na agricultura, com base em tecnologias apropriadas, que, aumentem a produtividade, escoradas nos diversos programas agrícolas governamentais.

O desenvolvimento, crescimento e acuidade na agricultura açoriana, com as condicionantes regionais, que limitam a possibilidade de acrescentarmos novas terras às áreas cultiváveis, deve ser obtido pela produtividade crescente, que exige investimentos em novas tecnologias, e infraestruturas educacionais, com base na formação profissional; **que terão** como resultante o aumento dos suprimentos de alimentos e matéria prima, para o mercado interno, e exportação de excedentes.

E esse desenvolvimento dá-se, quando o aumento da produtividade e da produção é reflectido no crescimento das rendas reais, e, em consequência, no melhoramento dos padrões de vida rurais.

O Plano para 1990, nos seus programas sectoriais é claro e objectivo nesse aspecto, apontando a continuação da modernização da agricultura como grande meta, para o que estão definidas as grandes opções, com o seu potenciamento, mediante investimentos, nos caminhos agrícolas, água e energia, que se traduzam em grandes melhorias na qualidade dos produtos, sem perdermos de vista as vantagens da diversificação, no incentivo às culturas agrícolas rentáveis e consequente criação de melhor emprego na área.

Aliás, experiências de como outras regiões semelhantes aos Açores têm progredido desde a década de 1940, são exemplo de que, doutro modo não o poderia ser, em termos de melhoramento dos padrões rurais de vida, melhoria do nível de vida nos vilarejos, para além das

expectativas, migrações substanciais de áreas rurais com a abertura de novas perspectivas dado o rápido desenvolvimento agrícola no global, o que tem influenciado sobremaneira a resolução de problemas da balança de pagamentos, nesses locais.

Se compete ao Governo Regional, conforme indica no Plano/90, continuar a implementar a criação das estruturas na qual o sector agrícola opera, com as políticas que determinem como a lavoura e outras actividades económicas se devem reger, "**os agricultores**" são as figuras centrais do desenvolvimento agrícola.

Políticas essas, que seguem os caminhos tradicionais de desenvolvimento: investimento; produtividade; criação de melhores empregos e seu crescimento, que permitem não só suprir as necessidades internas como também a possível exportação.

Este Plano para 1990 aponta assim, em meu entender, na área do sector primário, para a concretização das grandes opções tomadas para um futuro situado em 1992.

Daí que, até esse período, e também à posteriori, a actividade agrícola, exigirá empresários e trabalhadores agrícolas com maior grau educacional, obtido através da formação profissional, dada a necessidade e exigência que temos de padrões mais elevados para negócios de outra escala, e em unidades agrícolas de maior escala.

Num desejável desenvolvimento agrícola nessas unidades agrícolas, as infraestruturas terão também que estar complementadas por um desenvolvimento tecnológico em grande escala.

Daí que, para obtenção destes objectivos, se tenha como grande aposta, o investimento em infraestruturas, modernização das explorações agrícolas, apoio aos investimentos privados, factores de produção, formação profissional, estruturação fundiária, transferências de serviços para o sector privado, apoio técnico aos agricultores e aos seus rendimentos, e aumento das produções unitárias dos recursos florestais, integrados nos três programas 22, 23, e 24 dotados com 5.858 milhares de contos.

E verifica-se ainda de uma forma ordenada e precisa a ordem de importância das áreas de: desenvolvimento agrícolas, rede viária regional, desenvolvimento das pescas, programas portuários, apoio à habitação, construção de escolas, apoio ao sector energético, apoio à actividade turística, cooperação técnica com a administração local e apoio aos transportes.

Este Plano obterá em meu entender, e considerando a distribuição das suas dotações, um crescimento económico baseado na actuação dos agentes privados, e numa melhoria dos níveis de produtividade e produção.

Igualmente, ao nível de infraestruturas de base do sector agrícola obter-se-ão resultados positivos, para o reforço da malha de tecido económico regional.

A manutenção da estabilidade do emprego, em meu entender, irá prosseguir, pelo esforço das infraestruturas de base, com postos de trabalho mais qualificados.

Tudo isso, deverá ser conseguido, com o empenho que este Plano coloca para o próximo ano em que o investimento de capital, também para a obtenção de melhores tecnologias, trará, sem sombra de dúvidas, melhores níveis de produtividade para a Região.

E o que o povo desta Região espera e deseja com a aprovação deste Plano nesta Assembleia, e que é, sobretudo o Plano de um **Governo Social Democrata**.

Disse.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar de Cultura e Defesa do Património, de Educação Física e Desporto, Orientação Pedagógica e Administração Escolar e de Pessoal, em tão curto espaço de tempo, não é tarefa fácil pelo muito que haveria a dizer sobre cada uma das vertentes, em questão, da tutela da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Daí que, para não me entusiasmar - como é meu hábito quando falo sem papel -, tenho efectivamente reduzido a escrito as ideias e em traços breves tentarei dar-vos uma panorâmica geral das grandes linhas de actuação que estarão na base da gestão, que pretendemos ser a mais justa e equilibrada possível, dos 14.319.565 contos que nos foram atribuídos no Orçamento.

Começaria, como é óbvio, por me congratular com o facto de não ter sido efectuado nenhum reajustamento em duas áreas tão importantes do nosso trabalho como são as da Educação e do Desporto.

Teve lugar, sim, um reacerto na área da defesa e valorização do Património Cultural,

plenamente aceitável, dentro das prioridades **por nós estabelecidas** e sem fugir à indispensável solidariedade governamental que terá sempre de presidir aos reajustamentos a efectuar a um instrumento de trabalho flexível como deve ser um Plano, com vista e evitarem-se endividamentos preocupantes, recorrendo-se ao que efectivamente se dispõe com uma segurança indispensável e tranquilizadora para a boa saúde das nossas finanças.

Destaco contudo que apesar desta tomada de posição, que só afectou a área da Cultura acima referida e que teve como consequência prática, não o abandono de nenhum dos projectos a implementar mas um faseamento e ritmo de execução diferentes, a **Animação Cultural** passa neste Plano de ~~66.000~~ para 70.000 e o **Fundo Regional de Acção Cultural** fica dotado de 100.000 contos ao contrário dos 84.000 do ano anterior.

Significa isto que todo o esforço relacionado com Conferências, Concertos, Exposições, Animação Cultural, Sector Editorial, Apoio às Instituições Culturais e Científicas, etc., está pelo contrário com possibilidades de ser incrementado e valorizado.

Pretende-se uma colaboração muito estreita, nomeadamente com a Direcção Regional de Orientação Pedagógica (dentro da linha de uma colaboração efectiva e plena entre as diferentes Secretarias Regionais que integram a Secretaria Regional da Educação e Cultura), e com outras Instituições que se disponibilizem para tal com vista a uma divulgação mais atempada e efectiva das iniciativas culturais e a uma captação cada vez maior das camadas mais jovens da nossa população, em especial, das nossas escolas, para estas iniciativas culturais.

Havemos e devemos intervir neste complexo mas aliciante processo, não como entidade com características dirigistas mas como facilitadores do aparecimento de novos valores e de outras iniciativas.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: O habitual apoio às nossas escolas de música tanto das filarmónicas como dos instrumentos de corda manter-se-á lado a lado com a renovação dos instrumentais, os apoios aos fardamentos e trajes dos grupos folclóricos e aos grupos corais. A título de exemplo citarei que 20.740 contos foram utilizados neste apoio, tendo sido canalizados 15.450 contos para as instituições culturais e científicas do arquipélago. Entretanto 300.000 contos foram empregues com a conservação do património arquitectónico.

Aproveito, nesta área da preservação do

património, para informar - em relação a uma questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão - que, em resolução do Conselho do Governo, já foi autorizada a comissão fabriqueira a pôr a concurso a reconstrução da Igreja e Convento de São Boaventura, que tem o montante de 50.000 contos previsto para este ano e que é uma acção que está inscrita no PNIC até 91.

A formação é uma área que será privilegiada e nestes escassos meses, em paralelo com exposições, concertos e conferências, já se efectuaram acções no âmbito do folclore, em colaboração com o INATEL, e do TEATRO que contou com inúmeros participantes, muitos deles professores, o que terá, de certo, reflexo positivo na dinâmica das nossas escolas.

No que concerne à Educação Física e ao Desporto muito se tem esforçado a actual equipa para definir estratégias, clarificar posições, imprimir toda uma outra dinâmica e transparência de processos que se impunha numa área tão melindrosa como esta.

O Fundo Regional do Fomento do Desporto está dotado em 1990 de 330.660 contos.

Neste capítulo de apoios financeiros e técnicos houve que estabelecer logo de princípio as **regras do jogo** e tem-se multiplicado os **Acordos de Cooperação** com as modalidades, sejam elas atletismo, futebol, patinagem, voleibol, andebol ou basquetebol e o estabelecer dos **princípios do apoio** a ser prestado nomeadamente às equipas das diferentes modalidades que participam nos campeonatos nacionais e aos Clubes Desportivos. É nosso objectivo que todos os intervenientes, tanto os apoiantes como os apoiados saibam claramente com o **que contam, quando, como, onde, para quê e porquê...**

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado). Muito bem!

O Orador: ...para que não subsistam dúvidas que indevidamente esperadas só desestabilizam e desvirtuam algo tão importante como o fenómeno desportivo.

Deputado Artur Martins (PSD): Muito bem!

O Orador: O próprio enquadramento técnico, o apoio aos atletas de alta competição, que envolve o atletismo e o judo em que, para grande júbilo nosso, já temos uma atleta pré-olímpica (e ainda outro dia acompanhámos com alguma emoção, os nossos três atletas que participaram na Maratona de Nova York - que efectivamente foram apoiados pela Direcção Regional de Educação Física e Desportos, que, em colaboração com o Gabinete

de Emigração, lhes arranhou alojamento grátis nos Estados Unidos), e a **definição do tipo e amplitude de intervenção nas instalações cobertas e infraestruturas descobertas desportivas** já foram igualmente alvo dessa intervenção à clarificação e estabelecimento preciso do que se julga **conveniente, oportuno e possível** de levar a cabo.

Esta procura de isenção e de distribuição equitativa está bem patente, por exemplo no que se passou quanto à partilha, dentro da área associativa, **do apoio aos clubes federados**, em que uma vez processados os subsídios atribuídos aos clubes que participam nos Campeonatos Nacionais de Basquetebol e Voleibol, da quantia restante, ou seja **8.091.500 \$00**, foi dado conhecimento a todos os eventuais candidatos bem como acertado com eles a forma de repartição que, de comum acordo, foi efectuada com critérios, que como tal podem sempre ser discutíveis, **mas que foram aceites por todos** e que passaram pela atribuição de verbas com base numa pontuação conseguida a partir de princípios relacionados com implantação da modalidade, maior ou menor desenvolvimento, custos de material, prática de várias modalidades, participação de atletas federados em provas a nível de ilha, regional, nacional, etc..

Aos clubes com menos de 20 pontos foi acordado atribuir-se 10.000 \$00 recebendo os restantes a parte correspondente do "bolo" dentro dos critérios pré-definidos e acordados.

Neste como noutros casos, não há nada melhor do que as pessoas se reunirem, colocarem os seus problemas, discutirem-nos e encontrarem soluções consensuais.

A formação de quadros, o apoio aos professores da disciplina de Educação Física e a realização do **1º Encontro Regional dos Profissionais** da disciplina de que resultou, de entre inúmeros aspectos positivos a constituição de uma **Associação** para defesa dos interesses dos profissionais do sector, bem como o reafirmar da necessidade do arranque, quando for possível à entidade a quem estará cometida a tarefa de uma **licenciatura em Educação Física**, são outros tantos pontos que não poderia deixar de abordar.

Ressalto que das reuniões de trabalho já efectuadas com o Magnífico Reitor da Universidade dos Açores ficou decidida a constituição de uma equipa de trabalho mista que preparará a proposta a ser presente ao futuro Senado Universitário, uma vez ultrapassada a fase de discussão e aprovação dos Estatutos, em curso, naquele estabelecimento de

Ensino Superior.

Os denominados apoios e complementos educativos não estão de forma alguma descuidados neste novo plano como medidas complementares de promoção do sucesso escolar.

No âmbito da alimentação melhorada existirão para as cantinas, bufetes, merendas, leite escolar, sopas enriquecidas, etc., 273.000 contos em vez dos 239.000 anteriores. Nos transportes escolares em que se gastava a módica quantia de 1.700 contos dia, com a melhoria da rede investir-se-ão 370.000 contos em lugar dos 305.000 do ano lectivo transacto, isto para não falarmos nos auxílios económicos directos destinados aos alunos mais carenciados que serão contemplados com mais 8.000 contos, num total de 88.000 contos, bem como o que é feito na área de seguros escolares, verbas para material escolar, pagamentos de portes de livros, que neste Plano está contemplado com 9.000 contos.

Em suma o Fundo Regional de Acção Social Escolar terá 830.600 contos ao contrário dos 730.000 de que vinha dispondo.

Para o nosso pessoal docente e não docente, face às novas tabelas salariais serão necessários cerca de 10.000.000 contos.

Face a números como os apresentados e que poderiam continuar a enumerar não é difícil ajuizar-se como tem de ser gradual todo este processo de renovação e melhoramento das condições de trabalho que passam, como não podia deixar de ser, também pelo parque escolar, a nível de instalações e de equipamentos.

Os 2.200.000 contos previstos distribuir-se-ão pelos diferentes níveis de ensino com destaque para o arranque das grandes obras no referente ao ensino unificado e ao secundário complementar. Para além do equipamento básico que é entregue em simultâneo com as novas construções, cerca de mais 200.000 contos serão injectados nas áreas consideradas mais prioritárias.

Aproveito também a ocasião para anunciar que o arranque efectivo das obras na Escola Preparatória de Santa Cruz das Flores (que foi aqui também focado pelo Sr. Deputado Paulo Valadão) está já em fase de apreciação por parte das empresas e não vai contar com 4 salas e 1 arrecadação, mas sim com aquilo que as Flores efectivamente precisa, ou seja, de mais instalações de apoio, salas de aula e um ginásio no montante de 150.000 contos.

Contamos, face à taxa de prosseguimento de estudos da Região Autónoma dos Açores, uma vez construídas as escolas novas e am-

pliadas as existentes, até ao fim do Plano, ou seja em 1992, estar aptos a responder ao desafio da escolaridade obrigatória de 9 anos. Dificuldades há, presentemente, que estão sendo ultrapassadas quer com intervenções pontuais de ampliação, quer com medidas conducentes a uma melhor gestão dos recursos humanos e materiais existentes.

Como meta para a progressiva autonomia das nossas escolas, procede-se à fixação de mais auxiliares de acção educativa e a uma melhor dotação de quadros administrativos em sintonia com as disponibilidades que vão sendo progressivamente postas à consideração e disposição das diferentes secretarias regionais.

A Formação de Professores prossegue a um ritmo bastante acentuado, a todos os seus níveis, ou seja, inicial, integrado, em serviço ou contínua, tanto a cargo da Direcção Regional de Orientação Pedagógica como do recém-criado **CIFOP**, que dispõe neste Plano de tanto como 96.000 contos para o cabal desempenho da missão que lhe foi confiada. O Ensino Universitário foi contemplado com 960.000 contos mais 218.000 contos para os seus serviços sociais.

Formação para Orientadores de Estágio Integrado, Coordenadores de Directores de Turma, Delegados, Animadores Pedagógicos de 1º Ciclo do ensino Básico, Animadores/Formadores/Coordenadores de Educação de Adultos, bem como intervenção nas áreas de psicologia de desenvolvimento, avaliação, Projecto Vida, Educação Visual, etc., são outros tantos campos de actuação já contemplados no arranque deste ano lectivo.

Destaque para a grande sensibilização feita para todos os professores do 1º Ciclo do Básico no âmbito da Escola Cultural, pela equipa do Professor Dr. Ferreira Patrício que esteve uma semana na Região Autónoma dos Açores a trabalhar nas diferentes ilhas neste tema tão aliciante.

O apoio às dificuldades de aprendizagem, o alargamento da compensação educativa e a integração dos alunos deficientes em turmas ou classes regulares prosseguem a bom ritmo com resultados satisfatórios que se traduzem, por exemplo, em que só 300 e poucos alunos do 1º Ciclo do Básico é que não transitaram para o 2º Ciclo, do total de 4.676 que o concluíram na Região Autónoma dos Açores. Dos cerca de **24.500** alunos deste ciclo 92,3 concluíram o ciclo em questão, o que constitui flagrante melhoria face ao que se passava em anos anteriores. Os restantes

são progressivamente "apanhados", em número cada vez maior nas malhas da escolaridade de **2ª oportunidade** cujos cursos de 1º e 2º ciclos têm vindo a aumentar a um ritmo extremamente gratificante. Mesmo nas localidades piscatórias o facto de não ser legalizada a condição de pescador, sem a titularidade da escolaridade de 6 anos, a partir de determinada data fixada por lei, leva a que esses jovens que agora fogem não tenham outro remédio senão frequentarem os cursos que têm vindo a ser postos à sua disposição para obtenção do 6º ano de escolaridade. De 1981 para cá mais de 29.000 pessoas foram abrangidas por acções de educação permanente, tanto de alfabetização como sócio-profissionais.

O apoio à Língua Materna, à Matemática e à Área das Expressões, bem como a introdução dos NTI's tem-se mantido sempre presente - 135.000 contos irão para o Ensino Particular como outra alternativa proporcionada aos pais em contraponto à oferta da Rede Oficial.

10 das nossas escolas do 1º Ciclo do Básico estão a testar no conjunto das 70 a nível nacional os **novos programas e fases de estudo, verdadeiro alicerce** de toda a reforma do SE com o apoio de acções de formação e o alargamento progressivo a outras escolas dos aspectos mais significativos através do nosso Apoio Técnico Sistemático.

Para terminar não queria deixar de frisar o aumento significativo que tem vindo a operar-se no tocante aos nossos jardins de infância e a melhoria do apoio que lhe é prestado.

Aqui fica também a minha homenagem a todos quantos conosco, nas escolas, se esforçam por pôr em prática as medidas preconizadas.

Só com jovens motivados e interessados no que estão a fazer, pessoal docente e não docente dignificado e estabilizado é que se conseguirão melhores resultados. Tudo isso passa por todo um esforço conjunto que a equipa actual vem desenvolvendo com as lacunas ou falhas que humanamente terão sempre de existir mas com uma vontade muito grande de fazer o melhor com os meios disponíveis correspondendo assim ao esforço que o Governo colocou, e **muito bem**, na promoção do sucesso escolar da nossa juventude de que o actual Plano é a prova mais evidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de colocar uma questão ao Sr. Secretário, que tem a ver com a deslocação dos jovens à Maratona de Nova York.

O Sr. Secretário referiu que a Secretaria Regional da Educação e Cultura apoiou os jovens que se deslocaram à Maratona de Nova York, em colaboração com o Gabinete de Emigração.

A minha questão é esta:

Gostaria que o Sr. Secretário explicasse perante esta Câmara, em concreto, de que forma é que a Secretaria Regional da Educação e Cultura apoiou os 3 jovens que se deslocaram à Maratona de Nova York.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Ontem, durante a minha intervenção, tinha-lhe feito uma pergunta. Tentei perceber a resposta na sua intervenção de agora, mas julgo que não percebi bem o número. De qualquer maneira, vou-lhe perguntar se é ou não realidade os elementos que aqui possui:

- O número de alunos que terminaram o 4º ano de escolaridade - antiga 4ª classe - em Julho de 1987, com aproveitamento, foi de 4.542, ou seja 72%, dos que frequentavam esse ano de escolaridade.

- O número de alunos que se matricularam pela primeira vez no 5º ano de escolaridade, em Julho de 1987, foi de 4.027.

- O número de alunos que, tendo terminado o 4º ano de escolaridade, não se matricularam no 5º, em Julho de 1987, foi de 515.

* O que significa que a percentagem dos alunos que terminaram o 4º ano de escolaridade e os que não se matricularam no 5º ano de escolaridade é de 11,33%.

- Serão ou não reais outros elementos da pergunta que lhe fiz ontem e que não obtive resposta:

- O número de alunos que não obtiveram sucesso escolar no 6º ano de escolaridade, em Julho de 1987, foi de 847, ou seja, 22,6% do número de alunos que frequentavam nesse ano o 6º ano de escolaridade.

- O número de alunos que, não tendo conseguido transitar para o 7º ano, se matricularam de novo no 6º ano foi de 566.

- O número de alunos que abandonaram a escola sem terem conseguido concluir o 6º ano de escolaridade foi de 281, o que corresponde a 33,17%:

São ou não reais esses números?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E apenas para uma pergunta ao Sr. Secretário sobre o conteúdo da Portaria nº 54/89, que estabelece subsídios e compensações aos alunos que são obrigados a sair da sua ilha por nela não encontrarem o ciclo complementar.

As famílias não têm nenhuma culpa de que o Governo até este momento ainda não tenha criado as condições para aí existir o ciclo complementar e esses alunos são obrigados a emigrarem para outras ilhas se quiserem continuar os estudos.

Esta Portaria obriga as famílias que tiverem uma determinada capitação a subsidiarem na totalidade as despesas feitas com os seus filhos.

A pergunta é esta, Sr. Secretário:

- Está no seu horizonte corrigir essa injustiça, dado que o subsídio nem é grande - é de apenas 10 ou 7.500 escudos por mês, quando as famílias gastam mensalmente com esses alunos entre 3 a 4 dezenas de contos - ?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

E apenas um breve esclarecimento.

O Sr. Secretário com certeza que sabe; pode-se é ter esquecido.

Congratulou-se aqui com a presença de jovens dos Açores na Maratona de Nova York.

Eu queria dizer a esta Câmara que, antes disso, a equipa de atletismo do Boavista de São Mateus do Pico fez uma excursão ao Canadá; participou em várias provas e alguns atletas participaram na Maratona de Montreal. Embora não tenha o gabarito da de Nova York, acho que este facto merece também uma referência.

Eu digo-o, não é por nada, mas é da minha terra e eu gostaria que toda a gente soubesse isto.

Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E só para fazer um esclarecimento.

Pediram-me, da bancada do Governo, para registar as questões. Eu teria muito gosto em respondê-las de imediato, mas, como há pouco tempo disponível e ainda há colegas meus que não falaram, eu tenho-as registadas e, como vamos ter muito tempo para a semana na interpelação, eu terei muito gosto em discutir este assunto convosco.

(Apartes inaudíveis do PS)

Os dados que disponho são de 88/89 e não de 87/88!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Essa é a "música" das intenções!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Aguiar Rodrigues.

Deputado Henrique Aguiar Rodrigues (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se esta intervenção tem como objectivo apoiar o Plano e Orçamento para 1990 que o Governo apresentou para aprovação nesta Assembleia procura também fazer algumas considerações, no âmbito do sector da Saúde, que julgamos oportunas, tendo em conta, conforme se refere no Orçamento, que: "A política orçamental na Região tem prosseguido o objectivo do equilíbrio orçamental, embora com algumas condicionantes. Daí ter-se procurado conter as despesas públicas no limite mínimo necessário ao regular funcionamento dos departamentos regionais de forma a permitir que as receitas públicas sejam suficientes para cobrir aquelas" e, conforme se depreende do mesmo documento "que os sectores sociais são os principais responsáveis pelo aumento destas despesas".

Não podemos, pois, deixar de analisar estes factos com a profundidade possível, sendo, como são, estes sectores essenciais para o desenvolvimento global da Região, como, aliás, tem sido sempre afirmado e confirmado pelos Governos do Partido Social Democrata.

Se estes sectores representaram em 1985 cerca de 68,9% do valor total das despesas correntes, em 1988 foram responsáveis por + 75,8%.

Conforme se refere no Orçamento estas despesas terão um crescimento superior ao estimado para 1989, por efeito da reforma da administração ter um impacto elevado nas despesas com pessoal, para além da sobrecarga determinada por medidas de política de âmbito nacional no sector da Saúde.

Assim, as despesas com pessoal do Serviço Regional de Saúde têm, no actual orçamento, um peso da ordem dos 48% do total das despesas correntes.

Convém pois, analisar a evolução verificada a partir de 1976 no número e qualidade dos profissionais da Saúde.

Em 1976 existiam na Região 98 médicos e 298 enfermeiros. Em 1989 o número de médicos é de 305 (triplicou), os enfermeiros são 598 (duplicaram) e os técnicos auxiliares que praticamente não existiam são hoje em número de 93.

E embora estes números sejam impressionantes para quem vive nos Açores há mais de 15 anos, sabemos que eles continuam a ser insuficientes para as necessidades presentes, principalmente o dos elementos de enfermagem e técnicos auxiliares que deverão aumentar substancialmente a curto prazo.

Para aprofundar um pouco mais esta análise e para maior facilidade colhemos alguns dados do Hospital de Ponta Delgada, que por ser a maior unidade do Serviço Regional de Saúde e por servir mais de 50% da população do arquipélago, nos pareceu ser uma boa amostragem.

O seu orçamento representou em 1988 cerca de 25% das despesas correntes com a saúde, representando as despesas com pessoal, no mesmo ano, 44% das suas despesas totais. Em 1976 essa relação tinha sido de 40%.

De 1976 para 1988 a evolução no quadro de pessoal foi a seguinte:

Em 1976		Em 1988	
Médicos	24	115	5 x mais
Enfermeiros	87	190	2,5 x
Técnicos auxil.	14	44	3 x mais
Funcionários			
Administrativos	40	35	- 5 elemt.
Pessoal dos Serviços Gerais		192	237
			não chega a 1x1 $\frac{1}{2}$

De 1976 a 1988 foram investidos no Hospital de Ponta Delgada cerca de 100.000 contos para obras e 322.652 contos para a aquisição de equipamento.

Para além dos três Hospitais encontram-se já em funcionamento nos novos edifícios os Centros de Saúde de Angra do Heroísmo, Horta, Nordeste e Calheta de S. Jorge e os Postos de Saúde dos Arrifes, Rabo de Peixe e Furnas.

Outros Centros de Saúde estão a funcionar nos antigos hospitais concelhios, destes foram remodelados ou estão a sofrer obras importantes os da Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Lajes do Pico, Velas de S. Jorge e Madalena do Pico.

Nos postos de Saúde espalhados por toda a Região, funcionam em edifícios novos os dos Arrifes, Rabo de Peixe e Furnas.

Para 1990 estão programados: o início da construção do Novo Hospital de Ponta Delgada; as obras de remodelação do Hospital de Angra do Heroísmo e os novos Centros de Saúde de S. Roque do Pico e Vila do Porto. E os Postos de Saúde do Corvo, S. Roque, Ribeira Quente e Santo António em S. Miguel.

Desta análise, sem dúvida insuficiente, podemos, contudo, tirar algumas conclusões.

E a primeira será concerteza, que o sector da Saúde tem merecido o interesse dos Governos, interesse bem patente nas verbas que lhe têm sido destinadas nos vários orçamentos aprovados por esta Assembleia, nomeadamente no que hoje está em discussão. Verbas que permitem que as despesas com a Saúde sejam de 40 contos per capita, valor que nos aproxima, neste aspecto, de alguns dos países do mercado comum.

E, também, que o esforço que vem sendo efectuado em termos financeiros, tendo sido aproveitado pelas Instituições, nomeadamente as Hospitalares, de forma criteriosa e empenhada, como se constata pela amostragem aqui apresentada do Hospital de Ponta Delgada, onde uma verba de 100.000 contos conseguiu realizar, entre 1976 e 1988, um conjunto importante de obras, efectuadas por administração directa, que têm permitido a sua sobrevivência, embora com grandes dificuldades, que na sua maioria só poderão desaparecer com a conclusão do novo hospital.

Os investimentos efectuados em equipamento têm proporcionado um avanço tecnológico notável nos Hospitais de Ponta Delgada, Angra e Horta o que tem possibilitado uma melhoria considerável nos cuidados especializados prestados às populações.

As melhorias introduzidas nos Hospitais Concelhios, a transformação de alguns em Centros de Saúde, a construção de raiz de outros e de postos de saúde, e o progressivo funcionamento destas unidades, exigem financiamentos avultados, mas fazem parte indispensável do projecto do Serviço de Saúde Regional.

O aumento do número dos trabalhadores do sector tem-se efectuado, como vimos,

principalmente à custa dos mais diferenciados o que tem possibilitado, para além do alargamento dos cuidados primários, uma melhoria tecnológica que permitiu a criação de serviços especializados indispensáveis numa região insular como a nossa. É também significativo o menor aumento, em termos relativos, dos trabalhadores do serviço geral e administrativo, como verificamos pela análise feita ao Hospital de Ponta Delgada.

Estes dados, embora insuficientes, parecem indicar, que embora longe do ideal, estamos, nestes aspectos, no bom caminho!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podemos, nem devemos, meter a cabeça na areia e deixar de prestar atenção às dificuldades conjunturais que o Governo com clareza expõe nos documentos em análise. Devemos portanto prestar atenção ao aumento progressivo das despesas correntes e à sua relação com as receitas públicas da Região.

No que respeita ao sector da Saúde não vemos com facilidade a possibilidade de diminuir os custos de forma significativa, antes pelo contrário, pois os investimentos efectuados, os que já estão programados, ou em execução e os que ainda serão necessários, tenderão sempre a aumentar as despesas de conservação e funcionamento, mas consideramos ser necessário pensar e se for possível e necessário repensar alguns aspectos pontuais, que, sem alterar os princípios e os objectivos programáticos possam melhorar a rentabilidade assistencial e porventura aumentar as receitas de algumas das Instituições e unidades do sector.

Na Saúde como em todos os aspectos da nossa vida, o peso da insularidade e da descontinuidade do território regional é grande e devia, talvez mais do que nos outros sectores, levar a uma maior ajuda financeira do Orçamento do Estado, em nome, não só da solidariedade nacional, mas também, como contrapartida a alguns processos e medidas que nos são impostas neste sector e em outros como o da Segurança Social e que vêm sobrecarregar de forma importante as despesas da Saúde sem contrapartida nas receitas!

Tenho dito.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados:

Na minha intervenção aquando da apresentação do PMP 89/92, tive a oportunidade de fazer a seguinte pergunta:

"Será que uma agricultura insular, no final do Século XX, com a nossa dimensão e dispersão, é economicamente viável?"

Afirmei, então, não ter dúvidas da nossa viabilidade.

Para isso, bastava que um conjunto de orientações de carácter institucional e político, que convém referir, fossem postos em prática (e aqui de uma forma reduzida, aponte na altura e volto a apontar):

- A correcta aplicação da legislação comunitária e dos mecanismos dos fundos comunitários.

- A negociação a nível nacional e comunitário de soluções insulares para as nossas questões concretas.

- A concertação estreita entre as diferentes entidades privadas e cooperativas, envolvendo o sector.

- A transferência gradual de serviços para os sectores privado e cooperativo.

- A escolha de zonas privilegiadas de actuação, potencializando assim os meios financeiros postos à disposição da agricultura.

- A resolução dos problemas dos circuitos comerciais a montante e juzante da produção agrícola.

- E, por último, a eliminação da concorrência imperfeita, um dos mais graves problemas que atingem o agricultor da Região.

Por outro lado, e tendo em atenção o sector da transformação, a estratégia a desenvolver deveria assentar em três vectores - desenvolvimento, modernização e racionalização.

Desenvolvimento das condições necessárias à defesa da penetração progressiva nos mercados externos.

Modernização e racionalização das unidades existentes, apoiando a instalação de novas tecnologias, dos circuitos de distribuição e melhorando, sobretudo, as condições higiénicas do produto final.

Também afirmei que é ao nível das explorações agrícolas que deve ser o centro de toda a estratégia do Plano. É aí que se colocam os principais problemas que o sector enfrenta. E nelas que se desenvolvem os processos que, em primeiro lugar, marcarão a competitividade do sector.

Definidos os grandes objectivos da política, como sendo a grantia da evolução favorável dos rendimentos dos agricultores e o au-

mento da competitividade da produção regional, construíram-se as medidas de política que devem ser implementadas para a prossecução destes objectivos. Foi assim em 1989, assim deverá ser em 1990.

Infraestruturas básicas, formação profissional, apoios directos aos investimentos nas explorações agrícolas e prosseguimento da transferência progressiva de alguns serviços para a esfera privada e cooperativa, são portanto medidas de política essenciais ao desenvolvimento do sector.

A continuação da concessão dos apoios no âmbito de Regulamento (CEE) 797/85, com o desbloqueamento de alguns aspectos que têm impedido a sua plena aplicação, assim como a implementação das portarias regionais, que estabelecem os apoios a conceder à motomecanização, equipamentos de ordenha, e a legislação sobre compra de terras por rendeiros e seguro agrícola, serão instrumentos de investimento extremamente úteis.

Assume particular importância em 1990 o programa de formação profissional. Brevemente será inaugurado o 1º Centro de Formação Profissional da Região em Matos Souto, no Pico, estando já adjudicados os Centros de S. Miguel e Terceira, iniciando-se as obras brevemente.

E de salientar que, em 1990, serão realizados cerca de 70 cursos de formação profissional, envolvendo cerca de 1000 agricultores.

As implicações que a formação profissional tem em todas as áreas do desenvolvimento e modernização do sector agrícola, impõem de facto a sua aceleração, pois uma nova mentalidade na agricultura passa obrigatoriamente por um agricultor mais bem preparado e evoluído.

Assume também uma importância cada vez maior o sector florestal, não só pelo papel que a floresta assume no contexto agrícola, mas também pela necessidade de fiscalizar de forma efectiva, e de acordo com legislação recentemente aprovada, a expansão das espécies de crescimento rápido em algumas ilhas da Região.

Serão os terrenos marginais, aqueles que devemos destinar às espécies florestais em causa, procurando sempre salvaguardar os aspectos ambientais e a protecção desse grande recurso que é a água.

Na área da transformação dos produtos agrícolas, e para além do que vem referido nos documentos do Plano para 1990, é de realçar a resposta recente que algumas empresas privadas deram aos estímulos financeiros

contidos no Regulamento (CEE) 355/77. Só no sector da transformação do leite, e mais concretamente na área da recolha e modernização, vão ser submetidos à Comissão das Comunidades Europeias para apreciação, no 1º semestre de 1990, projectos no valor de 1,5 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Limitei-me a apresentar alguns aspectos genéricos, pois as questões mais concretas com certeza que já todos as leram no documento que nos foi distribuído.

Assim também será para o sector das Pescas.

Neste sector é evidente que se mantém para 1990 as medidas de política enunciadas no PMP e começadas a pôr em prática no corrente ano.

Permitam-me que destaque o crescimento do sector da frota, por ser aquele que maiores reflexos tem na economia do sector, não só pela riqueza que cria, mas também pelo efeito indutor nas restantes áreas do sector, desde a formação profissional até às infraestruturas portuárias de apoio à pesca.

No período 87/89, entraram na frota 45 novas embarcações, que vieram trazer ao sector uma dinâmica extraordinária.

Porque nesta área de investimentos iniciados num ano, repercutem-se normalmente no ano seguinte, chamo a atenção para o facto de entrarem no próximo ano na frota 7 novos atuneiros polivalentes e 11 palangreiros, todos equipados com moderna tecnologia, e totalizando um investimento de cerca de 2 milhões e cem mil contos.

Outra área que reputo de enorme importância no crescimento do sector é a das conservas de atum. Só entre 1980 e 1986 a produção duplicou, e já representava naquele ano 34% da produção nacional.

Daí a importância que tem assumido o apoio à comercialização das nossas conservas em Itália e em Espanha, promovendo a certificação de origem, "Qualitá Azorre", assim como o apoio, iniciado este ano, aos stocks de conservas e atum congelado, procurando tornar as nossas conservas mais competitivas.

É de referir que, dos cerca de 3 milhões de contos destinados às Pescas em 1990, cerca de 1,8 milhões de contos estão afectos ao crescimento da frota.

Aliás, a razão fundamental pela qual não podemos abdicar do crescimento acelerado da frota, e lembro aqui que, em conjunto com a Região Autónoma da Madeira, somos as únicas Regiões da Europa autorizadas a fazer crescer as suas respectivas frotas, é porque

é indispensável preencher a nossa ZEE com a frota máxima possível até 1995, ano em que as nossas águas se tornam efectivamente comunitárias.

De salientar também, pela sua importância na diversificação do sector, as experiências de pesca que estamos conduzindo actualmente, e que se prolongarão para 1990. Estas experiências procuram não só rentabilizar economicamente a captura de novas espécies, como a utilização de novas artes para diferentes períodos do ano. De assinalar também, o início do acesso ao mercado do Japão para o atum fresco, área de mercado que esperamos ver expandida no próximo ano.

O momento é pois de certezas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho dito várias vezes que os problemas não me fazem "baixar os braços" e que, ao contrário de muita gente que para aí anda espalhando receios por tudo e por nada, acredito no nosso sucesso porque acredito nos homens que constituem por esta Região fora a nossa agricultura e as nossas pescas.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de fazer as seguintes perguntas ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

A primeira vem na sequência de requerimentos apresentados por Deputados de diversas bancadas e que se prendiam com a construção do Entrepasto de Frio na Ilha de S. Jorge.

Em resposta a um desses requerimentos, concretamente a um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado da bancada do PSD, António Silveira, o Sr. Secretário dizia que o Entrepasto de Frio seria uma obra a incluir no próximo Plano.

A pergunta que lhe queria fazer era a seguinte:

- Se quando dizia "no próximo Plano" tinha efectivamente a ver com este Plano de 1990, 3 tendo em vista que o requerimento foi feito e a resposta foi dada em 1989, ou se entendia que seria no próximo Plano de Médio Prazo.

Uma outra pergunta que lhe queria fazer, prende-se com a criação do Centro de Formação Profissional em São Jorge.

Perguntava também se estão previstas neste Plano para 1990 obras no cais da Calheta, que se prendem sobretudo com a ampliação do varadouro e desassoreamento da baía.

Outra pergunta que ainda lhe queria fazer, tem a ver com uma pretensão muito justa dos pescadores da Calheta, que, por diversas vezes, já fizeram sentir a necessidade na área da pesca artesanal, e que até hoje ainda não viram consumada essa pretensão.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Piras.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de colocar algumas questões ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Começaria por lhe perguntar o seguinte:

Depois de ter prometido verbas substanciais, face às necessidades que temos, com vista à integração que se avizinha - uma vez que é essencial proporcionar meios de trabalho ao agricultoras açorianos -, eu perguntar-lhe-ia se está satisfeito com os cortes verificados, nomeadamente, na agricultura; se, como é óbvio esses cortes racairão, sobre as infraestruturas básicas e se concorda ou não que, face ao atraso que temos e à proximidade da integração, ficaremos ainda pior do que estávamos.

Gostaria também de lhe perguntar, uma vez que no Relatório de Execução, nomeadamente no aspecto da "Organização da Produção", existe uma verba de 4.520 contos e logo de seguida diz "desenvolvidas diversas acções no âmbito do projecto". Efectivamente, julgamos que "diversas acções é vago, e gostaríamos de saber se pode precisar.

Também, logo de seguida, no referido Relatório, aparece indicada a "Formação Profissional" e vê-se lá uma verba de 22.128 contos que se destina à formação de dois monitores. Efectivamente, devem ser dois monitores de muito valor, porque estão a custar um pouco caro, pelos vistos.

Finalmente, gostaria de lhe perguntar qual será a entidade que vai executar a obra de abastecimento de água à lavoura na Ilha Terceira - e isto porque (como autarca que sou) a Câmara Municipal da Praia, por ironia do destino, onde o projecto irá ser iniciado, não tem conhecimento absolutamente nenhum deste projecto.

A resposta dada pelo Sr. Secretário na Comissão foi demasiado lacónica, para que o Plenário tenha conhecimento, quando eu

lhe disse isso, acabou por me responder que, enquanto a Câmara reclamasse, entretanto a água já estaria a ser fornecida aos produtores.

Efectivamente, entendemos que é preciso fornecer água aos produtores agrícolas, mas também entendemos que uma "regra de ouro" é respeitar o poder local, na área onde à efectivamente esses poderes nos são conferidos, nomeadamente nos recursos hídricos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo.

Deputado Paulo Araújo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para pôr duas questões ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

A primeira delas prende-se com acções que no Anexo do Plano vêm referidas como "Incentivos à florestação" e "Arborização, gestão e protecção florestal" e que vêm dotadas, na Proposta do Plano, respectivamente, com as verbas de 100 e 2.500 vontos.

O que eu gostaria de saber era se o Sr. Secretário considera que esse investimento é suficiente, considerando que Santa Maria é uma ilha onde os solos estão extremamente degradados e, portanto, onde seria aconselhável o reflorestamento e a arborização nesses terrenos que são baldios e que existem com grande abundância na Ilha de Santa Maria.

A outra questão era a seguinte: - Era para pedir ao Sr. Secretário que deixasse aqui a informação, perante esta Assembleia, do que pretende fazer em relação à falta de médicos veterinários que se verifica nas várias ilhas do arquipélago, nomeadamente em Santa Maria deveria merecer uma atenção particular, uma vez que se está a desenvolver um projecto que Santa Maria lidera a nível da Região, que é o Projecto de Desenvolvimento da Ovinicultura.

Eram estas as duas questões que eu gostaria que o Sr. Secretário referisse aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Quero fazer uma pergunta à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Com certeza!

Deputado Hélio Pombo (PS): Como V. Exa. está a ver, há poucos microfones, pelo menos, na "2ª linha" do partido Socialista. V. Exa., através da mesa poderia fornecer mais um microfone.

Muito obrigado.

Presidente: Isso não é propriamente uma pergunta: é uma recomendação à Mesa!

Deputado Hélio Pombo (PS): Como V. Exa.

achar melhor!

Presidente: A Mesa vai diligenciar nesse sentido.

Deputado Hélio Pombo (PS): Muito obrigado.

- Eu gostava de fazer a seguinte pergunta ao Sr. Secretário da Agricultura e Pescas:

O Governo Regional, numa reunião efectuada no Corvo em 1986, prometeu a construção duma Casa de Matança.

Em 1987 surgiu no Plano, com a inscrição de 5.000 contos, a construção duma Casa de Matança.

A partir de 1987 desapareceu de todos os Planos Anuais e também não se prevê no Plano para 1990.

O ano passado fiz esta pergunta ao Sr. Secretário e o Sr. Secretário não me respondeu. Eu agradecia que o Sr. Secretário fizesse o favor de me responder concretamente a isto: - Sr. Secretário, uma vez que não se prevê para 1990, para quando se prevê a construção da Casa de Matança no Corvo (se V. Exa. acha que os corvinos merecem uma Casa de Matança!)?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, se quiser responder às perguntas formuladas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, de facto, peço imensa desculpa aos Srs. Deputados de não poder responder às perguntas que me foram feitas - relaciona-se com a falta de tempo.

Procurarei satisfazê-las na medida em que se enquadrem aquando da interpelação. Aquelas que efectivamente não se enquadram no quadro da interpelação, eu procurarei responder por escrito.

Os meus agradecimentos e as minhas desculpas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

(Burburinho)

Deputado Dionísio Sousa (PS): Já não estamos a discutir aqui o Plano! Já não estamos a discutir coisa nenhuma! Estamos a conversar com o PSD! Estamos desgovernados!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Pelo seu líder!

Presidente: Peço a vossa atenção e que seja restabelecido o silêncio, a fim de que o Sr. Deputado Carlos Teixeira possa falar.

Deputado Dionísio Sousa (PS): O Sr. Deputado desculpe!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Não tem nada que desculpar! Está desculpado!

(Risos do PSD)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Passaram-se 8 meses apenas sobre a aprovação por parte desta Assembleia do Plano a Médio Prazo 89/92, no entanto não se poderá olvidar que este documento apenas veio a ser publicado no Diário da República em Julho.

O atraso verificado na publicação deste documento, plenamente justificado, teve, como não poderia deixar de ter, consequências na execução do Plano para 1989, assim não é de estranhar que o Governo ao elaborar a Proposta do Plano para 1990 tenha efectuado alguns ajustamentos relativamente ao que foi proposto no Plano a Médio Prazo.

O que me admira, é que a oposição, que ao longo dos anos criticou as propostas de Plano, pelo elevado valor de investimento que comportavam e a capacidade de execução, agora venha assentar as suas críticas nos ajustamentos efectuados.

Além disso a oposição parece desconhecer que a necessidade de planeamento resulta sobretudo do facto dos recursos financeiros não serem ilimitados.

Assim impõe-se tomar opções, definir metas e estabelecer prioridades.

Claro que estas opções, metas e prioridades não podem ser as da oposição.

As razões para isso são simples e evidentes:

Primeiro porque vivemos em democracia e o povo não lhes deu o mandato para isso.

Segundo porque tem demonstrado incapacidade para tal.

Terceiro porque as propostas que fazem, como é óbvio, vão sempre no sentido de piorar a Governança Regional de forma a poderem disso tirar proveito.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Duarte Pires (PS): Ah! Não gostastes!

O Orador: A actuação do PS ao longo deste debate tem demonstrado isso mesmo.

Mas esse debate curiosamente tem demonstrado outra coisa.

E que o Partido Socialista durante estes 12 anos andou a dormir, só agora acordou e descobriu que o Orçamento Regional é um documento importante.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ou será que o PS se apercebeu que saía completamente derrotado da discussão do Plano e Orçamento efectuado neste

Parlamento em Março passado, onde se chegou ao ponto de ter sido um pequeno partido da oposição a conduzir os debates por parte da oposição enquanto o PS completamente desnordeado se limitava a fazer propostas de alteração às verbas dos programas propostos e se esqueceu que o Orçamento também estava em discussão.

Deputado Fernando Fonte (PS): Estávamos como vocês estão agora!

O Orador: Mas, Srs. Deputados do PS, os Srs. este ano vão pelo mesmo caminho:...

Deputado Fernando Fonte (PS): Não vamos! O Sr. é que já está no "caminho"!

O Orador: ...esquecem-se do Plano e discutem o Orçamento.

No entanto estão a meter-se por um caminho mais complicado porque para o Plano é fácil arranjar fichas e fazer um arrazoado ainda que inconsistente e demagógico.

Com o Orçamento as coisas são diferentes.

O Orçamento é composto essencialmente por números, números que têm uma correlação cujo mecanismo é necessário se conhecer para que se não faça a figura que ontem nesta Câmara o Sr. Deputado Dionísio Sousa fez.

Ou será que o PS pretende apenas com essa sua fuga para o Orçamento discutir o menos possível o Plano para que se não esgote a matéria da sua apregoada e extemporânea interpelação ao Governo engendrada pelo seu iluminado messias que veio lá da Califórnia como um Dom Sebastião numa manhã de nevoeiro?

(Risos do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Este Partido Socialista é realmente um espanto,...

Deputado Fernando Fonte (PS): E! Está-se a notar!

O Orador: ...iniciou este debate derrotado e vai sair dele completamente arrasado.

(Risos do PSD e do Governo)

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Fernando Fonte)

(Risos do Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral)

Deputado Fernando Fonte (PS): Não seria, Sr. Presidente! Os Srs. já estão derrotados: já estão calados!

(Risos do PSD e do Governo)

(Aparte inaudível do Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Como referi anteriormente a proposta do Plano para 1990 foi objecto de alguns ajustamentos relativamente ao proposto no Plano a Médio Prazo.

E perfeitamente normal que isto se verifique e tanto se pode dar uma diminuição do investimento como um aumento do mesmo.

Se assim não fosse esta Câmara depois de aprovado o Plano a Médio Prazo apenas teria de aprovar anualmente o Orçamento que lhe servisse de suporte financeiro.

O que importa, isto sim, é verificar se este ajustamento ocasiona desvios na linha de orientação política definida no Plano a Médio Prazo.

Julgo que não, senão vejamos.

Sectorialmente mantém-se o esforço preconizado no Plano a Médio Prazo e não são alteradas as prioridades estabelecidas quando observadas em relação ao global do Plano a Médio Prazo. E assim que:

Os Sectores Sociais são contemplados na presente proposta com 30,4% do total do investimento do Plano a Médio Prazo; o Plano a Médio Prazo aponta para 29,3%; nos Sectores Económicos o Plano para 1990 aponta para 64,3% do investimento, o Plano a Médio Prazo aponta para 64,3%.

Deputado Fernando Fonte (PS): A gente já leu isso!

Deputado Hélio Pombo (PS): Isso é uma oração de sapiência!

O Orador: Os Srs. não sabem é fazer a apresentação da "história"!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Os Srs. não se mudaram ainda suficientemente!

O Orador: Por outro lado importa também verificar se o investimento previsto no Plano para 1990 relativamente ao investimento do Plano para 1989, cresce, mantém-se ou diminui. Isto é que é importante.

Quanto a este indicador também se poderá dizer que é favorável pois apresenta uma taxa de crescimento geral na ordem dos 11,7% (e que não é, de maneira nenhuma, o manter-se a situação, o que acontece é que há um crescimento ainda pequeno, mas há um crescimento efectivo!) mas sim significativo é quando se verifica que o sector económico cresce 17,7% com especial relevo para a agricultura, pecuária e silvicultura que sobem 30,1%; pescas 18%; transporte e comunicações 20,1%; comércio 33,3%.

Claro que estes números que eu estou aqui a apresentar não correspondem de maneira nenhuma aos números apresentados pelo Sr.

Deputado Alvarino Pinheiro, nem podiam condizer, porque os números que ele apresentou estão correctos: é uma questão de apresentação; é uma questão de manipulação!

Deputado Fernando Fonte (PS): É uma questão de arrecadação também!

O Orador: O Sr. Deputado apresentou aqueles que lhe convinham, porque tinham um significado vasto; eu estou a apresentar aqueles que me parecem que são a análise correcta,...

Deputado Hélio Pombo (PS): Que convém!

O Orador: ...que é comparar o Plano de investimentos do ano corrente com aquilo que está projectado para o ano de 1990!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Albano Pimentel (PS): São duas correntes de economia!

O Orador: Assim, julgo que o Plano para 1990 mantém as linhas traçadas no PMP e no Programa de Governo aprovados por esta Assembleia.

Deputado Fernando Fonte (PS): Isso é uma técnica de arrecadação!

O Orador. A "ignorância" é muito estúpida!

(Risos do PSD)

Deputado Dionísio Sousa (PS): Até vai à tribuna!

O Orador: Quanto ao Orçamento para 1990 vou apenas fazer duas referências que julgo merecerem especial destaque.

Relativamente às despesas correntes não há dúvida que têm um crescimento acentuado, no entanto não se poderá deixar de ter em conta que estas na sua grande maioria se destinam a despesas com pessoal cujo sistema remuneratório sofreu recentemente uma alteração significativa e que as infraestruturas que se vão fazendo por toda esta Região obrigam, como é óbvio, a um crescimento das despesas correntes.

Há que ter uma certa preocupação e rigor no evoluir destas despesas ainda que se esteja consciente que a sua evolução não poderá parar neste momento.

Relativamente às receitas correntes, nomeadamente quanto aos impostos directos, julgo que a sua previsão está correcta e quando muito poderá pecar por defeito, senão vejamos:

Com a entrada em vigor dos novos códigos do IRS e do IRC verificam-se alterações profundas na cobrança de impostos que se reflectem como é evidente no Orçamento Regional.

Por um lado desapareceram o Imposto

Profissional, Imposto Complementar Secção A e B, A Contribuição Industrial e o Imposto sobre a Indústria Agrícola.

Os impostos abolidos, nomeadamente o Imposto Complementar, Contribuição Industrial e Imposto sobre a Indústria Agrícola, referentes à matéria colectável respeitante ao exercício de 1988 que normalmente seriam arrecadados em 1989 passaram a ser cobrados 50% em 1989 e os outros 50% divididos pelos 2 anos seguintes 1990 e 1991.

Deputado Albano Pimentel (PS): Oh Sr. Deputado, isso representa 10% do total!

O Orador: Em compensação os novos impostos IRS e IRC passaram a ser cobrados antecipadamente.

Por outro lado a cobrança destes novos impostos passou a ser centralizada em Lisboa, como acontece com o IVA.

Este último facto leva a que não seja possível quantificar com rigor os impostos que dizem respeito à Região, concretamente o IRS e o IRC.

Perante esta situação a solução só pode ser calcular os impostos que respeitam à Região com base na capitação nacional, como aliás já acontece com o IVA.

Com estes elementos julgo que os Senhores Deputados poderão, pegando no OGE, fazer as contas e verificar que as receitas relativas aos impostos directos que apresenta a Proposta de Orçamento são correctas.

Portanto, como eu disse inicialmente, realmente os Srs. Deputados do Partido Socialista meteram-se por um mau caminho, porque não sabiam com o que é que estavam metidos!

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há meses atrás, mais propriamente em Março passado, fiz nesta Câmara uma descrição detalhada das características do nosso parque habitacional e aponte as necessidades do sector tendo em conta a taxa de crescimento prevista da nossa população, a taxa da reformulação do parque habitacional e a necessidade de quebrar a rigidez do mercado da oferta e da procura.

A política de apoio à habitação promovida pelo Governo da Região tem em vista dois grandes objectivos:

1º Reduzir quantitativamente e qualitativamente as carências habitacionais da Região, permitindo aos açorianos, dentro do possível, que a cada família possa corresponder uma habitação própria;

2º Dinamizar o sector da construção civil e criar também condições para que a poupança funcione como estímulo à construção de casa própria dinamizando o mercado imobiliário privado.

Sem dirigismos e uma acção de responsabilização dos cidadãos, o Governo criou uma nova dinâmica na aplicação dos apoios à construção de casa própria através de uma medida de grande alcance social consubstanciada na alteração das condições de acesso aos benefícios do Programa de Apoio à Construção de Habitação Própria.

Simplificou-se, dentro do possível, a burocracia processual permitindo responder com maior celeridade aos candidatos a este programa.

Em 1989 foram despachados 523 processos de apoio à auto-construção e 531 processos referentes ao apoio à recuperação do parque habitacional.

Estimulou-se a adesão dos empresários ao Programa de Construção a Custos Controlados, com resultados positivos, sobretudo em São Miguel, onde se constróiem neste momento 98 fogos e onde se negociam outros dois contratos para a construção de mais 100 fogos.

Procura-se, através de contratos com os empresários locais, lançar um Programa idêntico na Terceira.

O Governo aposta na eficácia do movimento cooperativo e em 1989 a Região cedeu, incluindo as infraestruturas:

96 lotes à Cooperativa Pícolar, 20 lotes à Horteco e prepara a cedência de 50 lotes à Cooperativa Arcanjo Lar;

A Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas está executando as infraestruturas de outros 50 lotes para atribuir à Cooperativa de Santa Maria e vamos apoiar também a Cooperativa promovida pela União Geral dos Trabalhadores no lançamento de iniciativas tendentes à construção de novas habitações, esperando que esta Cooperativa desenvolva desde já a sua acção na Ilha Terceira onde o movimento cooperativo ainda não vingou.

Em 1989 o Governo cedeu 118 lotes em São Miguel e tem a concurso neste momento mais 109;

Na Terceira estão em concurso 150 lotes e foram já cedidos 30 lotes;

Merece destaque o arranque da Urbanização da Serra de Santiago (é um argumento que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro deixa de ter!)...

Deputado Duarte Pires (PS): Finalmente!

O Orador: ...que vai permitir o realojamento dos residentes no Bairro daquela zona que vivem em precárias condições. Finalmente, Sr. Deputado!

Deputado Duarte Pires (PS): Em todos os anos de eleições prometem que vai arrançar e depois nunca arranca!

O Orador: Olhe, Sr. Deputado, estão lá a fazer as fundações! Se o Sr. Deputado quer ficar lá, também pode ir!

(Risos do PSD e do Governo)

Deputado Duarte Pires (PS): Gostava bem de ver!

O Orador: De ver?! Isso é com muito gosto! Um dia destes já o convidado!

Foram cedidos 10 lotes à Câmara Municipal das Velas de São Jorge; vão ser cedidos 15 lotes na Ilha do Pico e vai também ser posto a concurso a cedência de 15 lotes na Graciosa.

Vamos avançar com o concurso para a cedência de 10 lotes na Ilha de Santa Maria.

A par do que já referi estão em execução e preparação várias urbanizações, que podia aqui detalhadamente explicar, mas por falta de tempo, não o vou fazer.

O Governo tomou ainda este ano outra medida de grande alcance social, com o início da alienação dos Bairros Residenciais que são propriedade da Região fixando preços baixos e nalguns casos apenas simbólicos.

Realojaram-se os sinistrados da Ponta da Fajã nas Flores e os desalojados da Freguesia da Relva;

Concluiu-se a 1ª fase da recuperação do Bairro dos 30 Reis em Agua d'Alto e prossegue a 2ª fase da recuperação do Bairro das Pedreiras na Ilha do Faial.

A Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas estabeleceu com a Câmara Municipal de Ponta Delgada um acordo que permite passar para a Região a titularidade do Bairro das Laranjeiras excepto as casas já habitadas, de modo a que a Secretaria lance a concurso para atribuição das casas já iniciadas, no sistema de autoconstrução e **disponibilidade existente** para a construção a custos controlados, alterando-se assim o tecido social ali existente com vantagem para quem ali vive e para a sociedade em geral, sobretudo a que vive no Concelho de Ponta Delgada.

Sem enveredarmos pela concentração das famílias insolventes e dando cumprimento aos objectivos oportunamente traçados pelo III Governo e reforçados pelo IV Governo relativamente às bolsas de pobres, durante 1989 a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas adquiriu, e entregou às Juntas de Freguesia respectivas para realojamento 42 habitações em São Miguel, 1 no Faial e 3 na Terceira, dispendendo com esta acção 82 mil contos.

Conseguiu-se um duplo objectivo:

- Realojar em condições 46 famílias;
- Aproveitar a potencialidade do parque habitacional existente.

Destaque especial merecem os apoios às crises sísmicas de 1988 em São Miguel e 1989 na Graciosa.

Em São Miguel os processos objecto de apoio ascendem a 2.300 e na Graciosa a 100, sem esquecer ainda os que resultam da crise sísmica de 1980 na Terceira.

A habitação constitui um problema de ontem e de hoje e as medidas tomadas pelo Governo, que elegeu este sector como um sector vital da política de desenvolvimento social, atenuarão sem dúvida as preocupações de quantos procuram casa.

O que foi executado nestes meses de exercício do IV Governo prova que a aposta de relançarmos este sector, imprimindo dinamismo na acção e corresponsabilização dos cidadãos na sua execução foi conseguido, apesar da miopia persistente das aves agourentas que por não quererem ver, se aninham no choco da infertilidade, atormentadas pelo vazio de consciência que não têm; dorida pelo pessimismo que semeiam: envelhecidas na desesperança de nunca terem conseguido objectivos que as mobilizem; de pio baixo porque a verdade lhes falta.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ao miserabilismo doentio da oposição nós respondemos com a confiança e o realismo sadio que resulta naturalmente dos indicadores disponíveis e públicos e do comportamento dos agentes económicos.

Já afirmei e agora repito que a nossa política de habitação é agressiva e dinâmica, mas o seu desenvolvimento tem de basear-se no vector quantitativo mas colocando acima de tudo o vector qualitativo.

Nestas circunstâncias cabe salientar o incremento dos Planos de Urbanização que estão em preparação e o início dos trabalhos que irão conduzir à preparação das bases do ordenamento da Região.

Os Planos de Ordenamento Urbanístico

não são documentos rígidos nem peças de decoração. São parâmetros de referência a ter em conta na gestão dos Municípios.

As Obras Públicas avançam, poderei dizer que estão de boa saúde.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: Desde as obras dos portos e aeroportos já hoje aqui referidas pelo meu colega da Economia, passando pelas instalações escolares e hospitalares a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas está trabalhando, colocando especial cuidado na sua execução.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Está a concurso a Escola Secundária da Praia da Vitória, procede-se à expropriação dos terrenos para a Escola Secundária da Madalena do Pico enquanto se discutem os últimos detalhes do projecto.

Foi feita ontem a consulta limitada para a ampliação da Escola de Santa Cruz das Flores, isto depois de se ter anulado o anterior concurso, pelos preços terem duplicado relativamente ao preço base.

Decorre o concurso para ampliação da Escola Preparatória das Capelas e vai ser lançado o da ampliação da Escola de Santa Maria.

O Projecto de ampliação do Hospital de Angra do Heroísmo está em estudo e vai ser elaborado o do Centro de Saúde da Praia da Vitória.

Estão a ser ultimadas as peças do projecto do Centro de Saúde de São Roque do Pico para depois procedermos à assinatura do contrato, e, entretanto arrancaram as obras do Centro de Saúde das Lajes.

Está concluído o relatório de apreciação das propostas para a construção do novo Hospital de Ponta Delgada e o Governo fará a eleição do concorrente melhor classificado ainda durante o mês de Dezembro.

Mas, para chegarmos às habitações e às escolas e fugirmos aos hospitais necessitamos de uma rede de estradas capaz.

Neste domínio tem-se feito um grande esforço porque as estradas dos Açores não estavam preparadas para comportar o crescimento e o desenvolvimento que, graças à política dos Governos Sociais Democratas, os Açores e os Açorianos hoje experimentam.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos previsto para executar em 1990 um vasto programa de recuperação das estradas regionais, em todas as ilhas, que faz parte do PNIC.

Além disso saliento, pelo impacto que têm no conjunto da Região, os seguintes projectos:

O prolongamento da Avenida Marginal de Ponta Delgada e o aproveitamento da zona envolvente que prossegue em bom ritmo; a saída leste de Ponta Delgada que vai ser consignada dentro de dias; a correcção do troço da estrada Vila Franca/Furnas que está em execução; e as obras da 1ª Circular de Ponta Delgada que a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas assumiu directamente a partir de Abril passado.

Na Ilha Terceira estão quase concluídos os trabalhos da estrada Cinco Ribeiras/Santa Bárbara. Foi adjudicado o 3º troço da ligação Angra/Praia, devendo a configuração da obra ter lugar na primeira quinzena de Dezembro, com a disponibilização dos terrenos para se iniciar as respectivas obras; prosseguem os trabalhos da Estrada Circular de Angra do Heroísmo.

Vão iniciar-se brevemente os trabalhos de alargamento da Consul Dabney no Faial e está a concurso a Estrada 2 de 2ª que liga ao Hospital desta Ilha.

Foram já declarados de utilidade pública os terrenos necessários à construção da Estrada entre Urzelina e Manadas em São Jorge.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Fiz aqui um pequeno resumo do que foi feito e daquilo que nos propomos realizar nos próximos tempos.

A amostragem é suficiente para ver que o Governo trabalha, os cidadãos estão a reagir positivamente e daí os dislates de quantos gostariam que fosse o contrário.

A tranquilidade com que administramos a autonomia não significa estagnação ou adormecimento. Antes impõe maior vigilância, maior rigor e aposta também na sua progressividade.

A este respeito diria, para terminar, que bom seria que os Socialistas percebessem a postura séria do Partido Social Democrata e do Governo na condução da Autonomia como percebeu recentemente o Senhor Presidente da República.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

(Pausa)

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Martins Goulart no momento em que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Natalino Vieiros, passa na sua frente em direcção à bancada do Governo)

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Não seja autoritário, Sr. Deputado! O Sr. é como um autoritário da antiga ditadura!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Risos do PSD e do Governo)

(Protestos inaudíveis do PS)

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): É um antidemocrata, com laivos de fascismo!

(Risos do PSD e do Governo)

(Vozes de protesto do PS)

Presidente: Srs. Deputados, eu peço...

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, peço a palavra para a defesa da minha honra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart, nos termos regimentais, para defesa da sua honra.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu quero informar a Câmara que, simplesmente, perguntei ao Sr. Secretário, quando passou pela minha frente, se o Sr. Presidente da República o tinha autorizado a falar em nome dele e...

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Não! O Sr. perguntou: - "Quem é que o autorizou a falar em nome do Presidente da República?"!

O Orador: Exactamente!...

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Que eu saiba, não é preciso autorização!

O Orador: Ai é!...

(*Apartes inaudíveis do PS e do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Natalino Viveiros*)

Presidente: Sr. Deputado e Sr. Secretário Regional!...

O Orador: ...e perante uma pergunta tão simples, que, enfim, podia ou não merecer resposta,...

(*Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Natalino Viveiros*)

Eu gostaria que o Sr. Secretário Regional fosse um pouco mais democrático e me deixasse falar!

Deputado Ricardo Barros (PS): Mais boa educação, Sr. Secretário!

O Orador: Eu nem sequer falo da boa educação, porque, obviamente, não a tem!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Se quer já, eu

dou-lhe!

(*Apartes inaudíveis do PS*)

O Orador: Eu não sei se o Sr. Secretário Regional está a falar comigo ou com outro Deputado!

Presidente: Sr. Deputado e Sr. Secretário Regional eu peço-lhes que não mantenham o diálogo. Podem-se inscrever e usar todos da palavra.

O Orador: Eu não admito ao Sr. Secretário Regional que me chame, nem de totalitário, nem de anti-democrático e muito menos de fascista!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros). Eu não disse isso!

(*Apartes inaudíveis do PS*)

O Orador: Não disse que eu !...

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Eu disse "com laivos de fascismo"!

O Orador: Bom, que eu saiba o Presidente do Governo Regional é que era político antes do 25 de Abril!...

(*Aparte inaudível do Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral*).

... e portanto esteve muito próximo de ser colaborador de um regime fascista! Dou-lhe o benefício da dúvida por saber que ele era "delfim" de Marcelo Caetano!

(*Risos do Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral*)

Dou-lhe o benefício da dúvida, porque ele se afirma hoje de democrata, mas o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas não insulte nenhum Deputado do Partido Socialista, porque nenhum de nós que aqui está pertenceu ao regime anterior e nenhum de nós, pelo nosso comportamento, dá mostras de poder ser comparado com qualquer autoritário ou totalitário!

O Sr. confunde (como confundem os Deputados do PSD) atitudes firmes, uma voz forte,...

Vozes do PSD e do Governo: Oh!!!

O Orador: ...com o totalitarismo, que, esse sim, existe no PSD - e veja-se a bancada do PSD!

Perante a desmontagem completa, que foi feita, do Plano e Orçamento Regionais,...

(*Risos do PSD e do Governo*)

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Duas intervenções!

O Orador: ... - feita pelo PS; feita pelo

CDS e feita pelo PCP! - a bancada do PSD, cuja liderança não falou (não se ouviu a 1ª linha falar!)...

Deputado Rui Melo (PSD): Não foi necessário!

O Orador: ... não se ouviu!...

Presidente: Sr. Deputado Martins Goulart, o Sr. Deputado está a usar da palavra, nos termos regimentais, para defender a sua honra, de forma que pedia-lhe que se cingisse a esse tema, pela circunstância de que não conta para os tempos do PS.

O Orador: Eu termino, chamando a atenção para o Sr. Secretário que problemas desses estão no seu partido, problemas desses estão a ser vividos por aquela bancada, porque muitos daqueles Sr. Deputados que ali estão sabem que o Plano não serve e que o Orçamento é um erro, mas vão votar a favor porque vivem sob o jugo de um partido totalitário!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis do PSD)

Deputado José Carlos Simas (PSD): Que horror! Isso é com os nazis!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa - suponho que também para usar do direito de defesa da honra dos Srs. Deputados do PSD.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para a honra; é para participar no debate e é porque também as coisas, a certa altura, têm limites!

Presidente: Mas, Sr. Deputado, o problema aqui é de organização. O Sr. Deputado pode-se inscrever...

Deputado Madruga da Costa (PSD): Por uma questão de interpretação regimental, eu posso-me inscrever para participar no debate...

Presidente: Muito bem. Então tem a palavra para participar no debate.

Deputado Madruga da Costa (PSD): ... e posso também dizer aquilo que me "aprover", com alguma serenidade, com alguma calma e também, sobretudo, procurando respeitar os meus colegas de bancada e os parlamentares que trabalham nesta Casa, porque julgo que há limites!

O Sr. Deputado Martins Goulart já esta tarde nos "brindou" nesta Casa - não só a mim, mas aos Srs. Deputados desta Câmara! -, dizendo que só se levantaria para responder ao Sr. Presidente do Governo.

Eu penso que isto não é apenas uma ofensa que me é feita a mim e aos Deputados desta

bancada - é feita aos Deputados também do Partido Socialista, do CDS e do PCP!-,...

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... porque eu estou aqui rigorosamente com o mesmo direito, o mesmo Estatuto, com que está o Sr. Deputado Martins Goulart, que aqui não está com nenhum outro Estatuto que não seja o de Deputado Regional! Que isto fique claro!

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

O Orador: O Sr. Deputado Martins Goulart, se quiser desta Casa...

Deputado Albano Pimentel (PS): Os Srs. estão sempre a dizer o contrário!

O Orador: Sr. Deputado Albano Pimentel, eu não costumo interromper ninguém!

Deputado Albano Pimentel (PS): Eu também não costumo, mas às vezes acontece!

O Orador: Se o Sr. quiser interromper, isso é consigo! O Sr. fica a falar "sozinho"!

Gostaria de salientar, com todo o vigor e também com voz forte (com esta que Deus me deu, porque não tenho outra, nem a ensaio para vir para a Assembleia!)...

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...que nesta Casa estamos todos por igual e não há aqui dentro quem se possa assumir como líder de nenhum partido, porque isso fica do lado de fora!

O Sr. Deputado Martins Goulart, quando usa da palavra nesta Casa, fá-lo na sua qualidade - e tão só! - de Deputado!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta é uma ressalva que gostaria de deixar muito clara, para ficarmos entendidos sobre o alcance do Regimento, sobre o alcance do Estatuto dos Deputados e sobre as regras em que vivemos.

Eu não nego que o Sr. Deputado Martins Goulart seja o líder do Partido Socialista. E-o! Cada partido tem o líder que quer e eu com isso não me meto!

A bancada do Partido Social Democrata em cada momento assume a postura que acha que deve assumir e, ao longo deste debate, os meus colegas de bancada têm procurado - cada um a seu jeito, dentro das suas possibilidades, uns com mais génio, outros com mais modéstia - trazer uma aportação séria, honesta, a este debate. Nem todos são economistas; nem todos são juristas; nem todos são especialistas nas mais variadas matérias. Enfim, faz-se aquilo que se pode e que está

ao nosso alcance, mas fazêmo-lo com seriedade e fazêmo-lo, sobretudo, também como pessoas livres, porque vivemos numa terra que é livre, entre gente livre e num partido onde nos é possível falar e dizer aquilo que pensamos e ditar as nossas opiniões.

Se o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, durante este debate, não actuou ao gosto daquilo que seria o interesse do Partido Socialista, isso é um problema que não é nosso: será do Partido Socialista!

O que é facto é que, ao longo destes dias, aqui pudemos trazer os nossos pontos de vista sobre os mais variados sectores, que estão em discussão, do Plano e Orçamento.

Os Srs. Deputados não estão de acordo com isso. Não é de admirar!

Usando a palavra e a expressão utilizada ontem pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, estamos a cumprir um ritual parlamentar, que se repete de há muitos anos a esta parte nesta Região, onde as coisas se processam desta maneira: cada partido, cada agrupamento parlamentar utiliza a estratégia, a tática, o modo de funcionamento da Assembleia e do Regimento como bem quer e lhe aprove!

Agora, daqui a tentar criar-se um clima, em que se transmita para a opinião pública (como, aliás, tentou fazer agora o Sr. Deputado Martins Goulart!) que os Deputados do PSD estão aqui porque estão sentados, estão aqui mas não concordam, estão aqui mas queriam discordar, estão aqui mas não se entendem, estão aqui porque têm um líder que os manda estar aqui, então aí vamos devagar!

Este partido tem um líder (tem!) e tem um líder que eu, pessoalmente, aceito como líder!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu sou livre de aceitar o Dr. Mota Amaral como líder e ninguém tem nada com isso!

O Dr. Mota Amaral pode ser o homem com menos virtudes desta Sala, mas é o líder que eu aceito!

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E não admito que, volvidos tantos anos e a convivência que se tenha feita nesta Casa desde 1976 ainda **tenhamos** que voltar ao discurso de 76! Parecia que estava finalmente arredado!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Creio que não ganhamos nada em voltar a ter aqui dentro desta Casa o discurso que tínhamos - por circunstâncias históricas (aceito perfeitamente) - em 76! As pes-

soas estão mais do que identificadas!

Não creio (não sei se posso dizer isto corro algum risco!) que o Sr. Presidente da República integrasse na sua comitiva, para uma visita de Estado ao país berço das liberdades, um homem sobre o qual tivesse a menor dúvida política!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

O Orador: O Presidente da República não integrou o Dr. Mota Amaral na sua comitiva para o acompanhar numa viagem de Estado a França porque eventualmente sobre ele tivesse qualquer dúvida!

O Sr. Deputado Martins Goulart continua a ter dúvidas, que não sei se são sistemáticas, se são cartesianas! Enfim, são as suas dúvidas!

Deputado Martins Goulart (PS): São certas!

O Orador: Naturalmente, o Sr. Deputado Martins Goulart há-de morrer...

Deputado Martins Goulart (PS): Não me deseje mal!

O Orador: ...e eventualmente com duas penas: com essa dúvida e talvez com a pena de não conseguir alcançar no prazo que lhe seria conveniente aquilo que o Sr. tanto ambiciona!...

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... - liderar eventualmente a alternativa! Porque acaba por não liderar!

O Sr. Deputado Martins Goulart, ao longo destes dias, "a laterae" da discussão do Plano e do Orçamento procurou efectivamente marcar a sua presença. Marcou-a! Está no seu direito! Mas não a marcou até dentro das matérias que estavam a ser mais profundamente discutidas na altura: fê-lo por intervenções a propósito duma intervenção do Sr. Secretário da Administração Pública; ontem fê-lo através duma pergunta dirigida ao Presidente do Governo Regional, que lhe respondeu com pleno cabimento, perfeita pertinência e profundo conhecimento do assunto como aliás ficou provado na Câmara!

O Sr. Deputado Martins Goulart, ao fim e ao cabo, ao longo deste debate, não contribuiu para que se desmontasse o Plano, não contribuiu para que se desmontasse o Orçamento,...

Deputado Martins Goulart (PS): Foi feito ali!

(Risos do Sr. Deputado do PSD, Carlos Teixeira)

O Orador: ...não avançou qualquer proposta sobre aquilo que estamos aqui a discutir!

O Sr. Deputado Martins Goulart aproveitou, sim, a Câmara, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para marcar a sua presença!

Está no seu pleno direito!

Agora o que não pode é vir acusar o meu Grupo Parlamentar, não pode vir...

Deputado Dionísio Sousa (PS): A defesa da honra não é breve?!

O Orador: Os Srs. Deputados não estejam nervosos!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Há um Regimento nesta Assembleia!

O Orador: Gostaria de dizer que pedi a palavra para intervir no debate!

Presidente: O Sr. Deputado Madruga da Costa anunciou que ia usar da palavra para intervir no debate e está a ser-lhe descontado o tempo!

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Dionísio Sousa)

O Orador: Desculpe! O Sr. Presidente é que deu a palavra!...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado do PS, Dionísio Sousa)

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart suscitou um debate, com explicações, para o qual já se inscreveu.

O Orador: Eu, ao fim e ao cabo, não queria incomodar ninguém! Só queria era dizer aquilo que acho que tenho direito a dizer! Se as pessoas se sentem incomodadas, o problema não é meu!

Eu vou terminar já.

Só gostaria de deixar muito claro e gostaria de, com todo o vigor, o dizer e repudiar as afirmações feitas pelo Sr. Deputado Martins Goulart no que se refere ao comportamento do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata nesta Câmara, durante este debate, ao longo destes dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que a hipocrisia tem muitas formas!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Coitado!

(Risos do Presidente do Governo Regional, Mota Amaral)

O Orador: Para quem se preocupa tanto com o direito dos outros e tem assistido ao

ataque que me tem sido dirigido já há meses, pondo em causa a minha dignidade, o meu trabalho... aliás, esse processo tem sido sempre conduzido pelo Sr. Presidente do Governo Regional, mas teve origem...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Tenho mais que fazer!

O Orador: Dedicar-lhe tanta importância que me pediu na presença do Sr. Presidente da República que lhe entregasse uma fotografia com as minhas vestes de doutoramento!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): E na altura o Sr. não a tinha!

O Orador: A fixação patológica que tem sobre a minha pessoa é de facto um problema muito estranho, mas, sinceramente, não sei como o hei-de resolver!

Já lhe dei todos os papéis demonstrativos de que não sou mentiroso, nem andei a fazer nada contra aquilo que está publicado e que é do conhecimento da Universidade,...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O Sr. está é paranóico!

O Orador: ...mas o Grupo Parlamentar do PSD, na minha ausência, sistematicamente - especialmente quando estou ausente -, tenta atacar a minha pessoa! Nunca vi o Sr. Deputado Victor Evaristo (que também se preocupou pelo facto de eu ter hoje mencionado dois nomes de pessoas ausentes, mas que são figuras públicas) nem ninguém do PSD se preocupar em sustentar o tipo de ataque pessoal, exactamente para tentar deslustrar quem nesta Casa representa o Partido Socialista!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): E que às vezes não se sabe quem é!

O Orador: Por outro lado, é evidente que até há coisas interessantíssimas! Há coisas interessantíssimas como, por exemplo, a disposição desta bancada parlamentar.

Foi interessante descobrir esta deslocação que houve aqui em frente há uns meses atrás, por parte do PSD, exactamente porque está incomodado com o facto de eu, para além de ser Deputado Regional (e só estou aqui nessa qualidade!) ser também o líder do Partido Socialista nos Açores.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Ah é?! As vezes não se dá por isso!

O Orador: Não sou líder parlamentar! Têm de compreender que eu não sou o líder parlamentar do PS e portanto não tenho que fazer as intervenções que os Srs. querem, nem quando querem que eu as faça!

Eu também tenho o direito de fazer as intervenções que quero, quando quero e da forma que acho mais correctas, para que haja um esclarecimento da minha posição e da

forma como conduzo a política do Partido Socialista!

Portanto, se por um lado é verdade que não tenho mais direitos do que ninguém, não me tirem a faculdade de ser eu próprio, com todas as vestes que me cabem!

Eu sou o líder do Partido Socialista nos Açores!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): As vezes!

O Orador: Mais: - Devo-lhes dizer que o Partido Socialista é um partido democrático e posso deixar de ser o seu líder com a maior facilidade deste mundo - basta que os delegados em congresso, votem outro candidato e ele vença uma eleição ou que eu não me candidate (é tudo possível).

Deputado Rui Melo (PSD): Depois das autárquicas!

O Orador: Portanto, estou perfeitamente à vontade. Sempre me submeti às regras da democracia e do meu partido; sempre respeitei a lei e se não gostam do meu estilo - também vos devolvo - o problema é vosso!

Agora, quando eu esta tarde ouvi por várias vezes Deputados do PSD a chamar-me "Messias" (não vi ninguém incomodado!), a chamarem o meu nome, a tratarem-me sempre num sentido pejorativo, a fazerem crer que havia 2^{as} e 3^{as} linhas que não falavam, eu acho que posso dizer - sem ofender ninguém - que a 1^a linha do PSD não falou!

É um facto!

Portanto quando eu falo, também penso que posso fazê-lo com toda a liberdade, sem ofender absolutamente ninguém, e acho que estou no direito de, depois de meses de tentarem, na via pública, nos jornais controlados pelo PSD, denegrir o meu nome, de num momento (um momento, pelo menos!) poder demonstrar que eu sou quem sou, com todos os defeitos e todas as virtudes, mas não tenho mais defeitos do que aqueles que tenho e tenho algumas virtudes que os Srs. não reconhecem!

Muito obrigado!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Srs. Deputados, este "incidente" está encerrado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte para...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, eu peço a palavra em defesa da honra.

Presidente: Assim sendo, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para

defesa da honra.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Descobri que com este método o tempo não conta!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de dizer também uma palavra para repudiar a acusação que me faz o Sr. Deputado Martins Goulart de eu o andar a perseguir.

Efectivamente, não ando a perseguir-lo. Temos mais que fazer do que perder tempo com ele!

Se porventura, quando estive cá o Sr. Presidente da República, em gracejo, como é óbvio (e um gracejo amistoso), lhe perguntei quando é que ele tirava uma fotografia com as suas vestes, fi-lo apenas com o desejo de o ver com essas lindas "frafernálias", que, aliás, muito gentilmente e com muita consideração (que eu agradeço), me fez presente ontem.

Fiquei muito feliz por vê-lo com as suas vestes académicas.

A minha única preocupação é com a verdade, Sr. Deputado, e foi por isso que eu, em diversas ocasiões - com certeza aqui à roda desta Sala ou noutros lugares públicos -, estranhei que o Sr. Deputado se tivesse apresentado como Doutor pela Universidade Americana antes de ter obtido efectivamente esse grau.

A partir do dia em que o obtive, estou felicíssimo!

O Sr. deu-me hoje um documento segundo o qual o grau lhe foi concedido em 16 de Junho de 1989.

Eu só achei estranho - e foi por isso que andei durante algum tempo a pedir-lhe, digamos assim, a explicação - porque o Sr., o ano passado, quando foi das eleições à Assembleia Regional, fez correr por toda a parte que era Doutor pela Universidade Americana!

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Isso é falso!

O Orador: Isso veio em todos os documentos do Partido Socialista na altura!

E, quanto ao resto, se alguém está fixado em alguém é o Sr. Deputado Martins Goulart,...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Muito bem!

O Orador: ...que passa a vida a falar do Dr. Mota Amaral, a propósito e a despropósito! Não sei se porventura pretende substituir na ua bancada a Sra. Deputada Conceição Bettencourt, que uma vez se confessou fascinada por mim!...

(Risos do PSD e do Governo)

...Salvo seja! Só me saem "Duques" nessas coisas de fascínio!

(Risos do PSD e do Governo)

Ora bem, eu, por mim, rejeito completamente, não estou interessado que fique aqui à puridade declarado!

Não vale a pena portanto os Srs. Deputados estarem muito preocupados comigo!

Cada um tem a sua função, a sua missão nesta tarefa!

Eu nem sequer vou agora retomar e repudiar as referências que fez a essa história antiga! As minhas convicções democráticas não precisam do seu aval para nada (devo dizer-lhe)!

Antes do 25 de Abril, eu estava lutando pela democracia (sim!) na Assembleia Nacional, ao lado de Francisco Sá Carneiro e de Francisco Pinto Balsemão, que foram depois Primeiros Ministros de Portugal!

Eu sou o co-autor com Francisco Sá Carneiro (conforme consta, de resto, dos Diários das Sessões da Assembleia Nacional dessa altura) do Projecto de Revisão Constitucional que antecipava as reformas democráticas - o Projecto era o "Projecto Sá Carneiro/Mota Amaral".

Isso é, hoje em dia, uma questão histórica!

Portanto, eu não preciso para nada do seu aval democrático!

Não sei o que é que o Sr. estava fazendo nessa altura! Prefiro até não saber, porque me consta que o Sr. estava nessa altura lá por San Francisco na Califórnia ou por aí perto!

Deputado Martins Goulart (PS): E falso! Estava aqui na Horta!

O Orador: Portanto, não me interessa! Isso é uma história antiga!

Não sei o que é que fizeram os outros Srs. Deputados que estão aí na sua bancada pela democracia na altura em que era difícil lutar por ela! Não me interessa também!

O que é certo é que estamos agora na fase de 1989 e é nesta fase que nós devemos olhar uns para os outros para construir - e cada vez com mais força! - a democracia nos Açores!

Toda a gente sabe que um líder com convicções democráticas e com uma prática democrática, como é inegavelmente o meu caso, a oposição é tão importante como a maioria!...

Presidente: Sr. Presidente, pedia-lhe que fosse breve porque está atingindo o tempo máximo de 3 minutos concedido para a defesa da honra.

O Orador: ...É por isso mesmo que eu a respeito e, sobretudo, respeito também os estatutos do Sr. Presidente da Assembleia Regional, que me está a mandar calar!

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Eu quero, em primeiro lugar, repudiar a afirmação falsa que fez de que eu, no debate ou por altura do debate, tivesse dito...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Não foi em debate nenhum! Foi naquela altura!

O Orador: Foi campanha eleitoral, Sr. Presidente! Foi na altura em que eu falei consigo, Sr. Presidente!

Eu **nunca** afirmei que tinha o doutoramento antes de o ter! - Primeiro aspecto.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Está nos jornais!

O Orador: Segundo aspecto - Essa situação é tão óbvia que eu fiz em 9 meses 7 viagens da Califórnia aos Açores para manter os meus compromissos, obviamente até numa delas tendo-me despedido de si (e foi em Novembro - suponho eu) a dizer "tenho que voltar à Califórnia, porque a publicação da tese está atrasada; o trabalho está feito, mas a coisa emperrou e eu tenho que a resolver".

Portanto, nunca, em circunstância alguma eu disse que tinha o doutoramento antes de o ter!

Por outro lado, o Sr. Presidente do Governo revela desconhecer todo o sistema educativo americano! Não sabe como é que as coisas funcionam e a sua fixação ou fascínio por mim é muito estranha!

(Risos do PSD e do Governo)

Mas eu digo-lhe já uma coisa: - Eu não tenho nenhum fascínio por si, até porque **não gosto de homens!**

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Isso é o máximo! Isso é que dignifica o Parlamento!

(Protestos inaudíveis do PSD)

O Orador: Mais: - Quero dizer-lhe com toda a frontalidade que, se fez essa comparação com a minha camarada e amiga Conceição Bettencourt, eu penso que não deve brincar comigo sobre questões da minha honra!

Quando entreguei hoje os meus papéis de-

monstrativos da atribuição do meu doutoramento pode verificar que isso coincidiu com o fim de um ano académico - os doutoramentos são atribuídos no fim do ano académico. Eu estou nos Açores, permanentemente, desde o dia 7 de Maio! Explique-me...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): O Sr. Deputado faltou!

O Orador: ...Explique-me como é que a Universidade da Califórnia atribui a um falto-so um grau de doutoramento estando ele nos Açores! - E porque o doutoramento estava feito; estava a aguardar meramente o cumprimento dum prazo normal, porque os graus académicos são conferidos no fim do ano académico!

Isto de facto é dramático! É triste que uma fixação patológica como a sua me obri-gue nesta Câmara a ter que defender a minha honra, só porque o Sr. Dr. Mota Amaral anda já há meses, sempre que me vê, a perguntar-me: "Já acabou o doutoramento, Sr. Eng^o Martins Goulart?!". Sempre me perguntou (sempre!!) Não houve circunstância alguma em que ele não me visse que não viesse com essa doentia pergunta! - E eu dizia-lhe: "o trabalho está feito e estou a aguardar a publicação da minha tese".

Disse-lhe na presença do Sr. Presidente da República (que, aliás, foi muito simpático!); e, quando me pediu, Sr. Presidente do Governo Regional, para eu lhe dar uma fotografia, recorda-se do Sr. Presidente da República dizer "Martins Goulart, não se esqueça de lhe fazer uma boa dedicatória!?! Não a fiz!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em respeito do Povo dos Açores e em honra dele, eu requeiro à Mesa que se volte a discutir a ordem de trabalhos!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

Presidente: Passado este incidente, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte, que se inscreveu para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vamos tentar voltar à discussão do Plano.

O nosso povo costuma dizer que "não vale

a pena gastar cera com defunto que não quer morrer", mas, mesmo assim, apesar de eu saber que não me vai responder, Sr. Secretário, eu vou-lhe fazer algumas perguntas.

O Sr. Secretário, quando veio aqui acima fazer a sua exposição, falou em várias urbanizações por esses Açores fora, falou de algumas na Terceira, mas eu tive sempre à espera que o Sr. Secretário fizesse uma referência à urbanização da Carreirinha. Não a quis fazer!

Eu só quero lembrar a esta Câmara que a urbanização da Carreirinha teve início em Setembro de 1981. É a Resolução 93/81, de 15 de Setembro, onde são expropriados os terrenos para se dar início de imediato à urbanização da Carreirinha.

A história desta urbanização é muito longa.

Nós estamos em Novembro de 1989 e a urbanização da Carreirinha não está pronta!

Eu, há um ano, fiz um requerimento nesta Câmara a perguntar ao Sr. Secretário das Obras Públicas em que pé é que se encontrava tudo isso e ele respondeu-me que em Junho deste ano (porque havia necessidade de alterar o plano da urbanização) ele ficava pronto.

Neste momento não está pronto; ainda não se sabe o que é que vai acontecer à urbanização da Carreirinha, ou, se se sabe ninguém nos diz concretamente o que é que vai acontecer.

Esta é a primeira questão.

A segunda questão, Sr. Secretário Regional, vai para si, para algum outro Secretário Regional ou talvez é melhor dedicá-la a todo o Governo Regional, porque talvez, se procurarmos bem em todas as Secretarias, encontremos situações iguais às que eu vou aqui referir.

De acordo com o Decreto-Lei 343/79, de 28 de Agosto, deverão ser obrigatoriamente inscritos na Segurança Social todos os trabalhadores que, concorrendo com a sua actividade profissional para a satisfação de necessidades normais do Estado, não reúnem as condições de inscrição na Caixa Geral de Aposentações.

Por diversas vezes nesta Assembleia já foram apontados casos de incumprimento dessas disposições por parte de diversos serviços da Administração Regional.

Não obstante a intenção do Sr. Secretário da Administração Interna, aquando da discussão do Plano, de - e passo a citar o Sr. Secretário - "resolver as múltiplas situações de trabalho precário", esta situação continua a arrastar-se, com graves prejuízos para os

trabalhadores que não beneficiam, assim, de qualquer esquema de Segurança Social e não têm, nesta medida, direito à reforma e a protecção nas situações de doença e desemprego - e quando digo "direito à protecção" é protecção imediata.

A moralização do sistema da Segurança Social, nomeadamente no que concerne à obrigatoriedade dos contribuintes cumprirem com os seus deveres, passa pelo escrupuloso respeito pela lei por parte do Estado e, neste caso, da Região.

Ora muito bem, Sr. Secretário das Obras Públicas, o Sr. deu instruções para que a partir de Junho deste ano se celebrassem acordos com trabalhadores ao seu serviço - que até agora estavam em situação precária - e efectivamente já começaram a entrar os primeiros descontos na Segurança Social em relação a esses trabalhadores.

A pergunta que eu lhe queria fazer é a seguinte: - Como é que vamos resolver os 4, 5 e 6 anos para trás que esses trabalhadores trabalharam e que não tiveram protecção da Segurança Social?

Pergunto muito concretamente se pensa este Governo, tal qual dispõe a lei, contribuir retroactivamente para que esses trabalhadores tenham assegurado a protecção social.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário realmente não me pode responder, mas eu também não posso evitar de fazer a pergunta, porque sei...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não pode?! Tem tempo para isso!

O Orador: Ah! Tem tempo. Eu não sabia!

Mas, de qualquer modo, eu não tenho dúvida que, quando achar por conveniente e puder, irá responder.

O Sr. Secretário conhece a estrada de acesso ao Caldeirão na Ilha do Corvo, porque realmente (julgo até comigo) já teve o prazer de ver a linda vista que é a cratera do vulcão da Ilha do Corvo, mais conhecida por "Caldeirão".

Eu gostaria de dizer o seguinte, sem nenhum tom de jocosidade e falando muito a sério:

Essa estrada é para alcatroar, numa distância que vai desde um sítio, que se chama a "Casinha Velha", até à saída no Caldeirão, e tem precisamente 4.5 Kms.

Em 1986 foi inscrita uma verba de 17.000 contos para a pavimentação da referida estrada; em 1987, 9.000 contos; em 1988,

10.000 contos; em 1989, 8.000 contos. Para 1990 prevê-se uma verba de 12.000 contos.

Ora muito bem, Sr. Secretário, para uma estrada que tem 4,5 kms já foi prevista uma verba - até 1989 - de 45.000 contos e está alcatroado **1 km!**

Eu também sei que só em 1986 e 1987 é que houve gastos nesta obra, que montaram (julgo eu) mais ou menos a 27.000 contos.

Sr. Secretário, em 1990, com 12.000 contos, vão alcatroar só 500 metros?! Mais vale não fazerem lá nada!

Quando é que vão acabar aquela estrada? - No dia de "São Nunca" à tarde?!

Realmente, já é muito tempo para acabar uma estrada, quando essa estrada já teve inscrita, para a fazer, a verba de 50.000 contos!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional, mas queria de facto que ele me respondesse, porque prende-se precisamente com a intervenção que ele fez no referente à Serra de Santiago, que já é considerada como a vergonha da Ilha Terceira, ali ao lado da Base das Lajes.

Efectivamente, todas as vezes que o Governo visitava a Câmara Municipal da Praia da Vitória, o Sr. Presidente do Governo Regional e os Secretários Regionais que o acompanhavam sempre ouviram as mesmas lamúrias.

Vários Secretários Regionais, que já passaram pelo Governo, prometeram a concretização do saneamento da Serra de Santiago e nunca ninguém cumpriu.

Constava já no primeiro Plano e foi uma promessa sucessivamente adiada e nunca cumprida até hoje.

Os próprios habitantes da zona já mandaram reclamações para o próprio Presidente do Governo Regional, nomeadamente quando são inundados pelos esgotos dos americanos, e nunca obtiveram resposta.

O Sr. Secretário diz que vai começar. Quando eu saí de lá não tinha nada - estava apenas aberto um alicerce. Não sei se é verdade, se é mentira!

Mas o que eu desafiava o Sr. Secretário aqui neste Parlamento era a dizer quantas casas vão ser feitas, quantos projectos estão aprovados e quanto tempo vai ser preciso para isso, para que depois do acto eleitoral não volte tudo à mesma!

Gostaria que o afirmasse aqui, para nós

podermos constatar, se é que a sua palavra ainda vale alguma coisa! Depois de tudo o que eu me habituei na vida política a ouvi-lo dizer, era esse o grande desafio que lhe lançava aqui nesta Câmara!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo.

Deputado Paulo Araújo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de pôr uma questão ao Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas. Não sei se pretende dar resposta ou não, mas de facto agradecia, porque é uma questão que penso que preocupa os marienses e, como tal, eu tenho que a pôr aqui.

Prende-se com a ampliação da Escola Preparatória de Vila do Porto, que (como penso que o Sr. Secretário sabe) está a funcionar em regime de desdobramento, com evidentes inconvenientes, tanto para os alunos, como para a própria Escola e, de uma forma geral, para a população da ilha.

No Plano para o corrente ano estava inscrita uma verba de 20.000 contos. Não houve execução até esta altura.

Em resposta a um requerimento meu, fui informado de que a obra irá iniciar-se no próximo ano. Existe para isso, na Proposta do Plano para 90, uma dotação de 20.000 contos, que eu entendo que é manifestamente insuficiente. E a questão que eu lhe queria pôr vai nesse sentido, isto é, se vai haver um reforço de verba, porque, tanto quanto me foi dito na resposta ao requerimento que fiz, para além de se prever a construção de mais um bloco de salas de aula (que se iniciaria supostamente - no 2º Trimestre de 90), iriam ser construídas as infraestruturas desportivas descobertas que estão projectadas para a Escola já há algum tempo.

É evidente que 20.000 contos é uma verba manifestamente insuficiente, de maneira que a questão que eu punha é realmente esta:

- Se vai ser reforçada essa verba ou se vamos ter uma obra daquilo a que por norma se chama "as obras de Santa Engrácia", portanto, que se arrastam em termos de tempo, porque de facto a Escola não está em condições de suportar por muito mais tempo essa situação.

Já agora, deixava-lhe aqui um alvitre, uma vez que vão ser construídas as infraestruturas cobertas, eu lembro-lhe que os arranjos exteriores da Escola - que já está a funcionar há 4 anos; e que foram iniciados nessa altura - não são ainda concluídos. O alvitre era no sentido de ver se é possível

a conclusão desses arranjos.

Eu agradecia-lhe de facto uma resposta, se fosse possível.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

Deputado Victor Ramos (PS): Gostaria igualmente de levantar algumas questões ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Gostaria de saber, uma vez que o Sr. Secretário tem vindo a falar de "programas a custos controlados" quais são os critérios subjacentes a esses programas de construção a custos controlados pelos quais os empreiteiros se possam regular ou orientar, a fim de concorrerem aos mesmos.

A segunda pergunta tem a ver também com a forma de conter a especulação imobiliária, a discricionariedade da utilização dos solos e a racionalização dos mesmos. Para esse efeito, o Sr. Secretário tem utilizado, de uma forma geral, todos os instrumentos que a política de ordenamento e planeamento de territórios perdeu.

Gostaria de perguntar-lhe exactamente: - Quais os instrumentos a aplicar e em que situações?

A terceira pergunta tem um cariz mais real: tem a ver com a via rápida Lagoa/Ribeira Grande e Ponta Delgada, portanto, a saída Leste de Ponta Delgada, em que o Sr. Secretário também referiu aqui nesta Câmara, em Dezembro passado, que estava a ser feita a elaboração do contrato e que o início das obras seria no primeiro trimestre deste ano.

Gostaria também de saber a situação dessa obra.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional das Obras Públicas preconiza na Proposta do Plano uma série de intenções em obras de grande vulto, que, sem dúvida alguma, serão infraestruturas e outras obras de alto interesse para a Região. Ninguém duvida disso, embora, obviamente, esteja em questão - e possa ser colocado com toda a legitimidade - a ordem de prioridades dessas mesmas obras.

Mas a questão que aqui já foi colocada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista é que de facto estaremos, um pouco, todos

a discutir aquilo que não há garantias de ser concretizado pelo Governo, isto é, já foi provado que a Proposta do Plano que o Governo apresenta não tem garantia de cobertura orçamental e, se não tiver a cobertura orçamental necessária, tudo o que o Governo venha dizer que pretende fazer é a mesma coisa que dizer "absolutamente nada"!

Nessa perspectiva, está-se aqui a discutir se o Governo vai fazer isto ou vai fazer aquilo e o Governo diz que sim a tudo, mas depois se não tiver a cobertura orçamental necessária (e já foi demonstrado pela bancada do meu partido que não terá!) não fará!

Talvez até para desanuviar um pouco o ambiente e fazendo um pouco de ironia, que de forma alguma pretende ser ofensiva, eu gostaria que o Sr. Secretário respondesse se tem a certeza de que a sua Secretaria vai ser dotada com a base orçamental de que necessita para cumprir com o seu Plano ou se não tem, porque, se não tem, a pergunta que eu lhe queria fazer é: - Quantos sacos de cimento V. Exa. ainda tem para distribuir até ao dia das eleições regionais?!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Tenho muito ainda!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, eu prescindo da palavra.

Presidente: Tem então a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não posso responder a todas as perguntas, mas vou, de forma geral, procurar dar a resposta àquelas que me parecem mais importantes.

Relativamente ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, eu devo-lhe dizer que a razão da sua pergunta responde-se apenas com isto: quando se adjudicam obras, quando se elaboram contratos há compromissos de ambas as partes e o Governo assume compromissos e vai cumprí-los, nem que para isso tenha que ir buscar o dinheiro ao banco!

Portanto, não vale a pena estar aqui a discutir mais este assunto. Desde o momento que as obras estão adjudicadas e que se assinam os contratos e fazem as consignações, as obras são para arrancar, são para se cumprir, custe o que custar!

Relativamente à pergunta que o Sr. Deputado Fernando Fonte fez, eu vou-lhe apenas

lembrar que respondi a esta questão - exactamente a esta mesma pergunta que o Sr. Deputado colocou - em sede da Comissão e também lhe expliquei quais foram as razões pelas quais o Plano de Urbanização da Carreirinha não avançou mais cedo: foi porque houve necessidade de proceder à sua redistribuição.

O Sr. Deputado sabe isso! Eu expliquei-lhe isso na Comissão!

Relativamente ao Sr. Deputado Pires, eu devo-lhe dizer uma coisa: eu apreciei a sua dose de incredibilidade perante a Serra de Santiago, mas vou-lhe responder com a execução da obra!...

Deputado Duarte Pires (PS): Eu perguntei "quando"!

O Orador: ...com a execução da obra! E neste momento (com certeza que o Sr. Deputado segue pelos jornais), relativamente ao lançamento do concurso para a atribuição de lotes, nós já abrimos o concurso para a atribuição de 100 lotes, para já!

Deputado Duarte Pires (PS): Isso não serve de nada!

O Orador: Quem é que disse que não serve de nada?!

Deputado Duarte Pires (PS): Sou eu que estou a dizer que não serve de nada!

O Orador: O Sr. é mais papista que o Papa! Pelo amor de Deus!

Por outro lado, relativamente às condições em que vão ser executadas, evidentemente que as infraestruturas são da responsabilidade do Governo. A responsabilidade da construção das casas...

Deputado Duarte Pires (PS): Ah! Muito bem! Venha!

O Orador: Ah, mas são verdes!
...A responsabilidade da construção das casas é efectivamente dos cidadãos que vão para ali residir! O Governo...

Deputado Duarte Pires (PS): E a água?!

O Orador: A água?! Estão neste momento a ser construídos os depósitos! Ou não sabe?! Não viu que já foi adjudicada a execução dos depósitos de água?! Não viu?!

Deputado Duarte Pires (PS): Quais depósitos?!

O Orador: Homem, já foi há semanas atrás! Já está em execução! O Sr. não viu?!

(Negativa inaudível do Sr. Deputado do PS, Duarte Pires)

Ah! O Sr. passe por lá! Eu aconselho-o a passar por lá!

Relativamente à pergunta que foi feita pelo Sr. Deputado Ramos, eu tenho muito

gosto em depois fornecer-lhe a documentação referente à matéria que aqui...

Deputado Victor Ramos (PS): Só a mim?!

O Orador: Pois, com certeza!

Deputado Victor Ramos (PS): Não! E para a Câmara!

O Orador: Não! Não é para a Câmara: é para si! O Sr. é que pediu! Ou o Sr. sabe ou não sabe!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

E para dizer que eu coloquei uma outra questão que, para mim, é mais importante do que a urbanização da Carreirinha, porque se trata da Segurança Social dos trabalhadores. Essa não respondeu. Fazia o favor de responder a essa, por favor!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): O Sr. pôs essa questão ao Governo, na sua globalidade!

Deputado Fernando Fonte (PS): Então peça que o Governo me responda!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Vai responder-lhe!

Presidente: Peço-vos que não estabeleçam diálogo directo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era só para pedir ao Sr. Secretário para fazer o favor de responder àquilo que eu perguntei!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado David Santos.

Deputado David Santos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E só para esclarecer o Sr. Deputado Pombo que é de lamentar que não tenha conhecimento do que se passa no Corvo! Mas eu vou-lhe dizer já!

Pela Resolução nº 22, de 9-06-86, foi atribuída a importância de 10.202.500 \$ 00 para asfaltagem de 2 kms da estrada de acesso ao Caldeirão.

Pela Portaria 176/87, publicada no Jornal Oficial, I série, nº 23, de 23-06-87, foi adjudicada a uma firma parte da asfaltagem da Ilha do Corvo, na importância de 9.926.326 \$ 00, em face de concurso efectuada.

Portanto, durante 86/87 foram investidos na asfaltagem da Ilha do Corvo

20.158.826 \$ 00 (isto para que o Sr. Deputado tenha conhecimento!).

No entanto, acontece que, devido às propostas que apareceram de outras empresas, o Governo deliberou, em face da importância exigida pela firma em causa, que não devia adjudicar à mesma a continuação das obras de asfaltagem.

E, para esclarecimento, quero dizer que a estrada da Vila do Caldeirão são 8 kms e não 1 km, como o Sr. Deputado há pouco acabou de dizer!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero dizer, rapidamente, ao Sr. Deputado David Santos que o Sr. Deputado normalmente quando usa a palavra para responder a uma coisa que eu digo costuma dizer que eu não sei o que é que se passa no Corvo.

Deputado David Santos (PSD): Realmente!

O Orador: Eu sei o que é que se passa no Corvo, Sr. Deputado! E tanto sei que vou-lhe explicar e também vou-lhe dizer que aquilo que o Sr. disse agora aqui, eu disse anteriormente e, inclusive, disse os mesmos números, só que não tenho essa "pilha" que o Sr. tem à sua frente para...

Deputado David Santos (PSD): Eu tenho os documentos todos aqui!

O Orador: Deixe-me acabar!

...para ir à procura desses papelinhos todos (que o Sr. é o homem dos papéis!)

(Risos do Sr. Deputado do PSD, David Santos)

Mas eu quero-lhe dizer uma coisa:

Quando o Sr. me diz (e com verdade, porque eu também digo esses números!) que foram investidos no Corvo 20.000 contos na estrada, o Sr. Deputado está a dizer aquilo que eu disse!

(Risos do Sr. Deputado do PSD, Francisco José Silva)

Mas eu continuo-lhe a dizer (com aquele Sr. lá por trás a rir, que também é do PSD!) que os Srs. gastaram 20.000 contos para alcatroar 1 km de estrada! Isto é para si e para aquele Governo que ali está (e para o Sr. Presidente que está aí a rir!)

20.000 contos para 1 km de estrada! Paciência, Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo.

Deputado Paulo Araújo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era só para pedir ao Sr. Secretário da Ha-

bitação e Obras Públicas (que possivelmente se terá esquecido da questão que eu lhe pus) uma resposta, se for possível, se não for comprometedor para si!

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não há nada de comprometer na resposta a dar ao Sr. Deputado!

Eu digo-lhe só que, se for necessário reforçar, com certeza que será reforçado. O Programa é global, embora esteja distribuído, mas não há problema sobre essa matéria.

Presidente: Voltando às inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários:

Planear as realizações a efectuar em nove ilhas não é tarefa fácil por razões várias.

A descontinuidade geográfica, embora minimizada com a construção de portos e aeroportos, constitui um obstáculo inultrapassável, as intempéries que, de quando em vez, assolam a Região deixando marcas profundas, pondo em risco pessoas e bens e os recursos modestos que uma Região como a nossa possui, são aspectos que não posso deixar de considerar como condicionantes a um mais acelerado desenvolvimento social, cultural e económico.

Os grandes objectivos do Plano são vários, porém, ater-me-ei apenas a algumas áreas ligadas à Comissão dos Assuntos Sociais e por esta analisadas.

No domínio do desporto pode salientarse a concretização de diversas instalações desportivas, das quais salientaria a zona desportiva das Laranjeiras, o aceleramento do parque desportivo de Angra do Heroísmo, bem como a continuação das obras na zona desportiva do Lajedo e do sonho de uma geração tornado realidade que foi o restauro do campo Marquês Jácome Correia.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste sector, é ainda de salientar os apoios aos clubes, grupos e organismos desportivos não oficiais, mediante subsídios a fundo perdido para construção de recintos desportivos.

Ao nível de apoio às actividades desportivas, salientaria a concessão de subsídios a fundo perdido a clubes, com vista a competições de âmbito regional e nacional, apoiando financeiramente os atletas e técnicos espe-

cializados tendo em vista a sua fixação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A habitação constitui neste Plano um importante sector cuja dotação financeira vem permitir uma melhoria substancial das condições de habitabilidade, de acordo com o Programa do Governo aprovado nesta Câmara.

Trata-se, pois, de um conjunto de apoios destinados ao realojamento de casais cuja insuficiência económica os vinha marginalizando da sociedade.

O Governo, por esta via e ainda pela política de recuperação do parque habitacional degradado procura, e bem, dignificar os estratos da população mais carentes, prova de que a solidariedade se traduz nos princípios humanísticos, preconizados pela Social Democracia.

Por outro lado, os apoios aos programas de auto-construção constituem uma medida de grande alcance social, porquanto visam possibilitar, designadamente aos jovens casais, construir habitação própria, o que de outra forma dificilmente teriam por si só.

O Plano ao atribuir importantes meios financeiros a este sector dá sinal não só das preocupações sociais deste Governo como vem permitir, por outro lado, injectar no sector privado uma importante soma de capitais que estimulará as empresas a prosseguir um ritmo acelerado de construção em toda a Região.

Veja-se ainda, a título de exemplo, o programa de custos controlados que tem vindo a registar grande receptividade nas empresas de construção civil e que permite disponibilizar no mercado de habitação um grande número de fogos a preços convidativos.

O cooperativismo de habitação já em expansão na Região, poderá constituir um meio privilegiado das populações para construirem o seu lar.

Importa pois fomentar e dinamizar o sector cooperativo habitacional, uma vez que este importante meio tem de facto dado óptimos frutos.

Quanto ao sector da Formação Profissional e emprego direi que o caminho até aqui percorrido orgulha-nos.

Os factos e as realizações falam por si, são a prova cabal de que os profetas da desgraça não acertam em nenhuma e senão vejamos:

Formação Profissional

No corrente ano o Centro de Formação Profissional dos Açores abrangeu cerca de 200 jovens para cursos e qualificação.

Foram ainda realizados cursos de aperfei-

çoamento, de curta duração, para trabalhadores em diversas áreas, tais como:

- reparação de electrodomésticos
- reparação de aparelhos de electrónica
- montadores e reparadores de aparelhos de gás
- gestores de rede local Novell (informática)
- direito do trabalho

Programa de Integração no Mercado do Trabalho

Destinado a ocupar os jovens candidatos ao primeiro emprego, enquanto estão inscritos para emprego, proporcionando-lhes um primeiro contacto com a vida activa e uma experiência profissional.

De Abril a Outubro em toda a Região participaram 340 jovens.

Programa de Ocupação de Trabalhadores Desempregados

Destinado aos desempregados de longa duração com idade superior a 25 anos.

De Julho a Dezembro em toda a Região estão ocupadas 80 pessoas em tarefas de interesse social, nas autarquias, nas instituições de solidariedade social e na administração regional.

Programa de Desempregados Sazonais

Destinado a trabalhadores dos sectores agrícola e piscatório temporariamente desocupados no período de Inverno.

De Janeiro a Abril foram ocupadas 320 pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Nestes sectores, como em outros, ao longo dos anos o Governo dos Açores da responsabilidade do Partido Social Democrata tem realizado um trabalho importante que deve ser continuado tendo em vista a diminuição da taxa de desemprego e melhor competência profissional dos trabalhadores em geral.

O trabalho até aqui realizado estimula-nos de forma a atingir novos estádios de desenvolvimento.

O Plano ora em apreciação concebe os métodos, saibamos implementá-lo.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: O número de intervenções produzidas nesta Câmara pela bancada Socialista são a prova inequívoca da irresponsabilidade do PS.

O discurso fácil, derrotista e demagógico do Partido Socialista é já sobejamente conhecido do Povo dos Açores, **está velho, gasto!**

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Por isso é que cresceu!

O Orador: Do Partido Socialista, do seu Gabinete sem sol, do seu líder de transição e elitista nada de novo se pode esperar, a não ser presunção.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos. Recomeçaremos amanhã, pelas 10,00 horas.

Muito boa noite!

(Eram 21,20 horas)

(Deputado que entrou durante a sessão: CDS - Alvarino Pinheiro).

O Redactor de 2ª Classe: José Maria Dutra da Silva.